

**DESENVOLVIMENTO,
EDUCAÇÃO E
REGIONALIDADES**





Editor

Francine Zanin Bagatini

Conselho Editorial

Dra. Janaína Rigo Santin

Dr. Edison Alencar Casagrande

Dr. Sérgio Fernandes Aquino

Dra. Cecília Maria Pinto Pires

Dra. Ironita Policarpo Machado

Dra. Gizele Zanotto

Dr. Victor Machado Reis

Dr. Wilson Engelmann

Dr. Antonio Manuel de Almeida Pereira

Dr. Eduardo Borba Neves

Editora Deviant LTDA

Rua Clementina Rossi, 585.

Erechim-RS / CEP: 99704-094

www.editoradeviant.com.br



Wellington Lima Amorim
(Organizador)

**DESENVOLVIMENTO,
EDUCAÇÃO E
REGIONALIDADES**



Editora Deviant
2019

Copyright © Editora Deviant LTDA

Categoria: Ciências sociais

Produção Editorial
Editora Deviant LTDA

Todos os Direitos Reservados

ISBN
978-85-5324-032-6

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

AM524 Amorim, Wellington L.

Desenvolvimento, Educação e Regionalidades / Wellington Lima Amorim - Erechim: Deviant, 2019.

196 p. 23 cm.

ISBN: 978-85-5324-032-6

1. Ciências sociais. I. Título.

CDD 300

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
----------	---

I THE PROMISES OF INTER-ETHNIC ALLIANCES, NEW PARTICIPATION, AND LATIN AMERICAN SOLIDARITY	15
---	----

Patricia Rodríguez
Marilene Barros-Sarnataro

II ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROTAGONISMO DO MUNICÍPIO SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE	37
---	----

Analice Schaefer de Moura
Camila Leonardo Nandi de Albuquerque

III CULTURA ORGANIZACIONAL EXTROVERTIDOS E INTROVERTIDOS NO AMBIENTE DA CONTROLADORIA	57
--	----

Lucas Monzon dos Santos
Everaldo da Silva

IV O CONCEITO DE TÉCNICA EM ORTEGA Y GASSET, MARTIN HEIDEGGER E ÁLVARO VIEIRA PINTO	75
--	----

José Ernesto de Fáveri
Sandro Luiz Bazzanella

V	ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS DO SOFRIMENTO NO TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE A ACELERAÇÃO E OS EFEITOS NA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR	105
	Ana Flavia Moura Carvalho Wellington Lima Amorim	
VI	CAMBIO DE PARADIGMA: TACTICAS ECO- FEMINISTAS EN VALENCIA A PRINCIPIOS DEL SIGLO XXI	127
	María José Méndez Gallart	
VII	SISTEMA PROCESSUAL ACUSATÓRIO É SINÔNIMO DE GARANTISMO PROCESSUAL?	157
	Luiz Eduardo Cani	
VIII	O LOCAL E O GLOBAL NAS RELAÇÕES AMBIENTAIS DA SUB-BACIA DO LAJEADO DOS FRAGOSOS, CONCÓRDIA/SC	181
	Maria Cristina Pansera de Araújo Jairo Marchesan Eduardo L. Bernardo	

PREFÁCIO

1. AS PROMESSAS DE ALIANÇAS INTERÉTNICAS, NOVA PARTICIPAÇÃO E SOLIDARIEDADE NA AMERICA LATINA

*Patricia Rodríguez, Ph.D*¹

*Marilene Barros*²

RESUMO: Não obstante a importância de um fim oficial do conflito armado prolongado entre o governo colombiano e o grupo rebelde mais poderoso FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), a política ‘elaboração’ por trás do plano de paz e seu processo de implementação tem seguido um padrão de centralizado estado (e corporativo) controle sobre os recursos, territorialidade e sociedade organizada. Nos últimos anos, as comunidades locais e organizações de base formaram coalizões interétnicas que estabelecem propostas de consenso construído entre campesinx, afro-descendentes e grupos indígenas ao redor territorialidade alternativa popular, a paz com justiça social, e o direito a uma vida digna. As redes formadas neste processo representam uma visão político-organizacional conceituada-re que tem gerado uma nova idéia do tipo de participação que está sendo proposto. O aprofundamento do trabalho de coalizão interétnica significou ativismo transnacional e solidariedade movimento social latino-americana que ajuda a solidificar um conjunto de propostas de todo territorialidades alternativas, novas economias, e o direito de ficar.

¹ Departamento de Política, Ithaca College, NY;

² Independent Research Colaborador, Universidade Nova de Lisboa

2. CAMBIOS DE PARADIGMA: TACTICAS ECO-FEMINISTAS EN VALENCIA A PRINCIPIOS DEL SIGLO XXI

*María José Méndez Gallart*³

RESUMO: A través de este capítulo identificaremos el origen de la teoría eco-feminista así como el concepto cambio de paradigma. El enfoque multidisciplinar que plantea la publicación nos permite señalar las iniciativas que puedan ser identificadas con esta corriente de pensamiento el eco-feminismo, que procurarán facilitar el acceso a las tácticas identificadas (de Certeau, 1986) con el fin de poder funcionar como agentes de cambio en nuestra ciudad, Valencia. Para ello haremos una primera toma de contacto con la complejidad a la que nos enfrentamos (Morin, 2010) y el concepto “*transición*” a la sociedad a la sociedad post-carbono, cuya economía y producción industrial no podrá basarse en recursos energéticos de origen fósil (Turiet, 2013) en el futuro no muy lejano, se estima que entorno al 2030.

3. CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA POLÍTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EM SÃO LUIS – MA

*Natália Maria Campos Lobo*⁴

*Carlos Eduardo Queiroz Pessoa*⁵

*Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa*⁶

RESUMO: Autorizados pelo MEC, os Cursos de Técnico em Serviços Jurídicos (CTSJ) adotam uma política pedagógica estruturada para o trabalho. Pretendem formar profissionais para a atuação e execução de serviços e de suporte jurídico. A partir de uma revisão bibliográfica, o objetivo deste trabalho visa compreender como a criação do CTSJ em São Luís/MA se enquadra no sistema educacional dualista no país. Isso porque as políticas educacionais para o ensino profissionalizante se implementaram com base

3 Escuela de Doctorado Universidad Politécnica de Valencia-España. E-mail: mamengal@alumni.upv.es

4 Bacharelado em Direito pela Unidade de Ensino Superior – São Bosco (UNDB) – São Luís-MA. E-mail: natalyamari@hotmail.com

5 Licenciado em Filosofia e Bacharelado em Direito; Mestre em Ciências Sociais pela UFCG, Docente do Ensino Superior. E-mail: carlospessoacampinagrande@gmail.com

6 Doutora em Psicologia. Universidade federal do Maranhão. E-mail: yldry.souzaramos@gmail.com

em duas redes distintas: uma profissional e outra de educação geral. Assim, o ensino profissionalizante pode perder seu caráter emancipatório, reflexivo e crítico ao enfatizar uma política pedagógica baseada no sistema produtivo capitalista, amparada na concepção de produtividade, competitividade e flexibilidade, a fim de atender as necessidades definidas pela divisão social e técnica do trabalho.

4. A RELEVÂNCIA DA VOZ DO DOCENTE: PREVENÇÃO E ORIENTAÇÃO DA SAÚDE VOCAL

*Denisy Garcia Pereira*⁷

*Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa*⁸

*Carlos Eduardo Queiroz Pessoa*⁹

RESUMO: A voz como instrumento de trabalho é indispensável para muitos profissionais, sobretudo para o professor. O objetivo deste artigo é demonstrar a relevância da voz do docente de ensino superior, caracterizando a prevenção e a orientação da saúde vocal como principais requisitos para uma voz saudável. As referências analisadas entre os anos de 2013 a 2018 foram localizadas em bancos de busca nacional e internacional, a partir das palavras-chave: “voz”, “docente” ou “prevenção”. Assim, os resultados demonstraram que a prevenção é o principal meio para se evitar problemas de saúde vocal, e a orientação é excelente roteiro para cuidar da voz. A conscientização dos professores é fundamental para a prevenção de agravos e a mudança de hábitos para o devido cuidado com a voz.

⁷ Pós-Graduada em Saúde da Família, pela Universidade Castelo Branco, Pós-graduada em Gestão em Saúde pela UEMA e Pós-graduada em Saúde Materno Infantil pela UFMA e Graduada em Fonoaudiologia pela Uniceuma. E-mail: denisyfonoaudiologa@hotmail.com

⁸ Doutora em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: yldry.souzaramos@gmail.com

⁹ Graduado em Filosofia e Direito; Mestre em Ciências Sociais pela UFCG, Docente do Ensino Superior. E-mail: carlospessoacampinagrande@gmail.com

5. CULTURA ORGANIZACIONAL: EXTROVERTIDOS E INTROVERTIDOS NO AMBIENTE DA CONTROLADORIA

*Lucas Monzon dos Santos*¹⁰

*Everaldo da Silva*¹¹

RESUMO: Necessitamos ter uma visão sobre o indivíduo com sua extroversão e introversão incorporados na controladoria, de como ele é capaz de mudar o ambiente a sua volta, possibilitando a gestão organizacional aprimorar e estar atenta aos funcionários, pois os dois tipos de indivíduos podem utilizar de suas totais qualidades e competências. O presente artigo teve como objetivo o estudo do indivíduo, suas características de extroversão e introversão, na cultura organizacional inserido dentro da controladoria, buscando o conhecimento no íntimo do ambiente empresarial que conceitua o trabalhador como o impacto direto do ambiente da organização e como sua força e fatores fazem o grande tomador de decisão. A formulação da sua personalidade como extrovertido e introvertido, trazendo seus fundamentos, seus traços e diretrizes que regem suas atitudes, influenciando o espaço interno da entidade corroborando com suas operações de trabalho bem como a pesquisa em campo que viabiliza a necessidade de entender e compreender as tomadas de decisões perante certas circunstâncias que estes indivíduos se deparam na controladoria da organização.

6. O CONCEITO DE TÉCNICA EM ORTEGA Y GASSET, MARTIN HEIDEGGER E ÁLVARO VIEIRA PINTO

*José Ernesto de Fáveri*¹²

*Sandro Luiz Bazzanella*¹³

RESUMO: A técnica se tornou na contemporaneidade um fim em si mesmo. Em sua condição categórica se apresenta como o modo de vida de-

10 Especialista em Auditoria Contábil e Controladoria Pós-graduação UNIasselvi. Graduado em Ciências Contábeis (UNOPAR). E-mail: luk.m.santos@hotmail.com

11 Cientista Social (FURB). Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB). Doutor em Sociologia Política (UFSC). Professor e Pesquisador. E-mail: prof.evesilva@gmail.com

12 Graduado em Filosofia e Pedagogia, especialização Orientação educacional, Mestrado em Educação: Ensino Superior (FURB), doutorado na área da Educação (UFSCar), docente e pesquisador na UNIDAVI, Rio do Sul (SC). E-mail: faveri@unidavi.edu.br

13 Graduado em Filosofia (IFCILD/RS). Mestrado em Educação e Cultura (UDESC). Doutor em Ciências Humanas (UFSC). Professor de Filosofia na graduação e no do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – Campus Canoinhas. E-mail: sandro@unc.br

terminante que nos envolve a partir das regras da racionalidade articulada a partir de critérios de funcionalidade e eficiência. Sob tais pressupostos, o objetivo deste artigo é contribuir com o debate sobre a questão da técnica e suas imposições sobre a forma da relação dos seres humanos com o mundo, consigo mesmos e como outros seres humanos. Nesta direção, participam deste debate o filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883 a 1955), mais especificamente em sua obra: “Meditação da Técnica” (1963), o filósofo alemão Martin Heidegger (1889 a 1976), a partir do texto: “A questão da técnica”, publicado na segunda metade dos anos 50 do século XX e, o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909 – 1987) em sua obra: “O Conceito de Tecnologia” Vol I (2005). Salvaguardadas as diferenças teóricas, conceituais, o que aproxima tais pensadores em torno da questão da técnica é o fato de terem vivenciado os conflitos mundiais das primeiras décadas do século XX, os horrores perpetrados pela racionalidade técnica instrumental nos campos de concentração e a condição subdesenvolvida dos povos do terceiro mundo. Questões que se desenrolaram ao longo do século XX ceifando vidas, impondo sofrimento e, miséria à culturas, povos e países subdesenvolvidos.

7. O LOCAL E O GLOBAL NAS RELAÇÕES AMBIENTAIS DA SUB-BACIA DO LAJEADO DOS FRAGOSOS, CONCÓRDIA/SC

*Maria Cristina Pansera de Araújo*¹⁴

*Jairo Marchesan*¹⁵

*Eduardo L. Bernardo*¹⁶

RESUMO: O artigo buscou compreender as relações dos suinocultores com os recursos naturais na Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos – Con-

14 Bióloga; Professora Associada ao Departamento de Ciências da Vida e no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI; Endereço: Avenida São Francisco, 501, São Geraldo, CEP: 98700-000, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil; E-mail: pansera@unijui.edu.br

15 Geógrafo; Professor do Programa de Mestrado da Universidade do Contestado, UnC; Professor Efetivo de Geografia da Rede Pública do Estado de Santa Catarina; Endereço: Rua Santa Catarina, 257, Centro, CEP: 89700-047, Concórdia, Santa Catarina, Brasil; E-mail: jairo@unc.br

16 Biólogo e Engenheiro Sanitarista e Ambiental; Doutorando em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC; Endereço: Rua Pedro Detoni, 240, Cinquentenário, Concórdia, Santa Catarina, Brasil; E-mail: eduardolbernardo@gmail.com

córdia (SC), pois estão vinculados ao sistema de produção integrado. Utilizou-se a categoria de lugar, que é um recorte espacial onde se materializam as ações humanas e constituição das concepções, relações e práticas dos sujeitos, para compreender o processo produtivo instalado. Enfocou-se a escassez de água e problemas ambientais, relacionando-os ao global, buscando identificar as pressões econômicas e ambientais que submetem os suinocultores. Vinte suinocultores, seis técnicos de agroindústrias e quatro representantes de órgãos de fiscalização foram entrevistados, por meio de áudio-gravações. As transcrições das entrevistas foram analisadas e possibilitaram reconhecer que os suinocultores estão em situação política, econômica e ambiental desconfortável. Eles reconhecem as práticas ambientalmente destrutivas, em que estão inseridos, mas não conseguem implementar ações mais sustentáveis pela dependência financeira e imposição do mercado, numa relação local com o global.

8. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROTAGONISMO DO MUNICÍPIO SOB ÓTICA DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

Analice Schaefer de Moura¹⁷

Camila Leonardo Nandi de Albuquerque¹⁸

RESUMO: Aborda-se no presente artigo o protagonismo dos Municípios no desenvolvimento de uma economia democrática a partir do apoio a estabelecimentos solidários e o desenvolvimento local no Brasil, sob a ótica do princípio da subsidiariedade, a partir da crise econômica de 2008. Com efeito, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: os Municípios, sob a ótica do princípio da solidariedade, podem contribuir para o desenvolvimento de uma economia democrática a partir do apoio a estabelecimentos solidários e o desenvolvimento local no Brasil? A resposta inicial

17 Professora da Universidade do Contestado. Mestre em Direito pelo Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul. Linha de pesquisa: Políticas Públicas de Inclusão Social. Integrante do Grupo de Pesquisa “Direito, Cidadania e Políticas Públicas”, vinculado ao PPGD – UNISC. Graduada pela mesma Universidade. Advogada OAB/RS 103034. E-mail: analice_sm@hotmail.com.

18 Professora na Universidade do Contestado. Especialista em Direito Empresarial pela Uniasselvi. Integrante do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em “Direitos Humanos”, vinculado ao PMDR – UnC. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – UnC. Graduada em Direito – Unisul- OAB/SC 39.114. E-mail: camilanandi@hotmail.com

ao problema é positiva, contudo é necessário que as ações do município não se limitem apenas a induzir a criação destes estabelecimentos, mas prestem o suporte necessário para a sustentabilidade efetiva das associações e cooperativas de economia solidária. Deste modo, objetivou-se inicialmente analisar a importância dos Municípios na implementação de políticas públicas, sob a ótica do princípio da subsidiariedade, especialmente no que tange ao apoio à economia solidária. Após, busca-se compreender a noção de Poder Local e sua influência no empoderamento e inclusão social dos cidadãos, através das noções de capital social. Por fim, analisa-se a Economia Solidária e seus possíveis impactos no desenvolvimento local. Como método de abordagem se adotará o dedutivo. Como métodos de procedimentos serão o histórico crítico e o sistemático. Já como técnica de pesquisa optou-se pela bibliográfica e documental.

1

THE PROMISES OF INTER-ETHNIC ALLIANCES, NEW PARTICIPATION, AND LATIN AMERICAN SOLIDARITY

Patricia Rodríguez¹⁹

Marilene Barros-Sarnataro²⁰

Social movements throughout Latin America were prominent in legislative, advocacy, and grassroots fights for constitutional, territorial/land, housing, and human rights in the 1990s and 2000s, and have more recently faced high levels of repression, in addition to cooptation, and burnout. In an article on the decline of indigenous organizations in Latin America, Martinez Novo (2012) notes that indigenous groups in Ecuador and Mexico, for instance, have had to grapple with issues of organizational exhaustion after years of working in asymmetrical ways with international and national non-governmental organizations; she also notes the brewed resentment against indigenous leaders by indigenous members who see few advantages gained in working with foreign and domestic organizations and political parties. However, organizing work has not stopped, and much still needs to be examined about agency among indigenous and non-indigenous movements in the region. Recent work on grassroots interethnic

¹⁹ Associate Professor, Department of Politics Ithaca College, NY, E.U.A.

²⁰ Researcher – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS. NOVA and co-author, Departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

coalitions in Latin America and in the U.S. has highlighted the potential in collaborative efforts to resist and disrupt the Western imposed sense of order and neoliberal development, especially related to mega-type projects like hydro-electric dams, mining and fracking projects, and militarization throughout the region (Martinez-Neira 2018; Grossman 2017).

Using primary and secondary research and interview methodology, we analyze Colombian social movements that organize to bring about a new vision for the country, especially in what concerns the praxis of participation defended by interethnic mobilizing networks. We then place these in the context of relevant social movement literature to point out that just as dealings with governments and external actors can create crisis within ethnic organizations, these conflicts can also lead internally to re-conceptualizations of ‘who we are’ and ‘what we want.’ In the second section, we discuss what an alternative world might look like by considering ethnic and popular forms of participation and political mediation (at the national level) that steer away from reinforcing the asymmetries of power that enable patrimonial forms of thinking about territoriality, participation, and economic logics behind extractivism. We then turn to how movements perceive the implementation of the new vision, especially with principles of a new solidarity economy in different spheres, highlighting the role of transnational organizing work in generating impetus for deepening interethnic coalitional work. Transnational organizing activism can help solidify a set of proposals that strengthen the work of producing alternative territorialities and that also bring light to the struggle for the *right to stay* in one’s territory.

LAND AND TERRITORY: OPPOSITE VISIONS AND ‘MAPPINGS’

Over the past several decades, continued armed conflict and neoliberal reforms in Colombia have dealt severe blows to people wanting to secure rural livelihoods. As Ng’weno argues, there is a broad valence around the grounding

of power in territory: “Territory is used by the government, by armed groups, by communities, and by individuals to wield power, to break up power, and to demonstrate authority, legitimacy, and control” (2007, 96). For communities that perceive land as the basis of their labor, sustenance, and communal life, making territorial claims to the state based on constitutional and legislative recognition involves appeals to ethnic rights-based citizenship that can possibly enable future claims of autonomy and self-governance. For state and private actors, their own control of land and ‘territorial ordering’ is particularly important as they seek to find benefit within a global system dominated by international trade. The challenges of these contradictory pulls are many, as they also are the result of longstanding conservatizing political legacies and dynamics that have kept deep transformations at bay (Bair and Hough 2012).

STATE-CENTERED TERRITORIALITY

In Colombia, the state is currently deeply entrenched in ethnic-territorial matters. For the government, territorial ‘concessions’ (especially to ethnic groups) encompass carefully constructed language and practices of incorporation and of controlled governance over national territory. The 1991 Constitutional reform process dealt with ethnic mobilizations by granting recognition of ethnic rights and land-related claims. However, these contained vague stipulations as to the implementation process and the mechanisms of participation and consultation with indigenous and Afro-descendant communities in the creation of laws (Asher 2009; Van Cott 2000).

As Velasco explains in the case of Afro-descendant communities in one area of Colombia, “after achieving the constitutional protection of local ethno political autonomy, most communities failed to benefit from the new rights...[and only] communities with capacities to resist and hold governments accountable, though under great stress, are preserving local decision making” (2014, 146). The realm of territoriality is already a deeply dominated arena, as

the specific circumscription of territory is currently tied to a particular relation with state institutions and the government. Though different movements gained state-granted rights over territory, it inherently required a certain type of bureaucratization within communities, and it bound them (and changed them) in ways that significantly delimited self-governance. Rappaport and Dover (1996) have noted for instance that state definitions of ‘indigenous territorial entities’ (ETIs) contemplated in the 1991 constitutional reforms have significant impacts. They write:

State notions of ethnic entitlements and of the nature of ethnic identity begin to circulate with increasing authority within the community itself, not just in its relationship with the dominant society. ...it ties the maintenance of communities to particular relationships, or limited entitlements granted by the state (27).

Having established these ethnic-territorial control mechanisms, the state deepened its physical presence in territories via violent and non-violent mechanisms. During the 2001-2009 period, when then-President Alvaro Uribe implemented his ‘*mano dura*’ approach to dealing with guerrilla groups under his Democratic Security Policy, he also massively developed connections with the extractivist-mining sector. During 2002-2010, the government invested 32.5% of its funds in this sector, while agriculture and livestock sectors received 8.6%, and industry development another 12.4% (NRGI 2016, 7). Thousands of concessions to mining corporations were approved, without much attention to the environmental and social impacts of such processes, thus enabling many irregularities and massive displacement and discontent (NRGI 2016; Rodriguez and Estrada 2016).

In his first year in government (2010), (former) President Santos embraced the mining boom emphatically, and posited it as one of five ‘locomotives for prosperity’ (along with infrastructure, housing, agriculture, and innovation). In 2012, the Rural Development Law helped solidify a strategy of linking the agro-sector to the global markets with an emphasis on embedding small farmers

into the production chain (Caballero-Fula 2016). In addition, the energy-mining sector would form the core of the 2010–2014 National Development Plan, with a purported goal of providing funding for social services, infrastructure investment, creation of jobs, and ‘territorial equity.’ The government recently drafted yet another plan, the National Plan for Mining Development 2019, which delineates the mechanisms through which the state would restructure its governmentality to address the strengthening of the mining-energy sector, and therefore ensure private investment. Although the government had decreed in 2016 a halt to mining titles to give time for analysis, at the same time it solidified the idea of non-renewable natural resources as a public good (NRGI 2016).

This increased centralization has affected many rural Colombians, especially as it increased dependence and state arbitrariness (NRGI 2016). A decimation of small-scale agricultural sector ensued with a 60% decrease of state spending between 2014 and 2016, a reduction that the government dubbed ‘intelligent austerity’ even as rural development was branded as one of the key transformational mechanisms of the peace accord (Lewin 2015; Peñaranda 2017). The approach toward the agrarian sector became implemented into policy as ‘Territorial Rural Development’ (DTR). DTR is described by Machado as: a “process of productive, institutional and social transformation of rural territories, where local social actors can work alongside public and private actors to improve their well-being with a basis on in sustainable use of biodiversity, including renewable natural resources and ecosystems” (2013, 20). In a country dominated by elite and corporate power, the association of *campesinos* with agribusiness may be tainted and not sustainable in practice.

The land ‘reform’ portion of the peace agreement with FARC (Revolutionary Armed Forces of Colombia) agreed to by 2013 (*Hacia un Nuevo Campo Colombiano: Reforma Rural Integral RRI*) promoted a ‘new’ model for the presence of the state, but one that heeds to expanded notions of security and protection of the right to property, alongside promises of respect toward social, economic, cultural rights. This dual focus of RRI is reflected too in the themes included in the accord, such as access and use of the land; development with a territorial

focus; infrastructure development; social development; stimulus to productive agriculture and livestock; technical assistance and support for cooperative and solidarity economy. Yet, Law Decree 902 of 2017, which implements integrated rural reform (RRI), provoked strong opposition among peasant organizations, academics, and the FARC itself. The law seems to reverse rights and gains made by *campesino* and ethnic groups in the 1990s against land concentration and large-scale land privatization (Peñaranda 2017).

POPULAR TERRITORIALITY

The halting of the mining titles has in part to do with the anti-mining mobilizations across the country. In the period from 2001-2011, there were 274 collective actions (around 4% of total mobilizations during the period) around exploitation of petroleum, coal, and gold (NRGI 2016, 11). The movements de-construct the state's discursive strategies for spurring dispossession, and their framing of policy in ways that give the state 'the power to define the terms of discussion [and thus force] certain movements to engage in debates on the state's preferred terms' (Bebbington et. al. 2013, 281). In its place, popular forms of legislating about territoriality emerge from spaces such as the Cumbre Agraria and the Congreso de los Pueblos, which conceives of a new "paradigm of the communitarian, as a vision-action behind a new social project, one where *Buen Vivir* (Living Well), human dignity, and the rights of nature infuse all our social fabrics...one in which no life is destroyed, nor made into hierarchies, nor negotiated" (Congreso de los Pueblos 2013, 8).

This popular territorial ordering rescales the politics of resistance, such that movements "[negotiate] through difference and similarity to...formulate collective strategies [that do not sacrifice] local loyalties and militant particularisms" (Swyngedouw 2004, 43). That is, a territoriality that is '*propria*' (one's own) emerges from a principle common to all, the rights to land and permanence of those with unequal power, with priority placed on the diversity of established

territorial entities with their ancestral, collective, biodiversity, intercultural, interethnic, sovereign bases (Caballero-Fula 2016). This negotiating on what is common is part of the day-to-day interactions and collective decision-making at local meetings and assemblies, particularly in Cauca. As a *campesino* leader from Cauca notes:

It is a vital goal to be resolving the issue of multinational corporate (MNC) presence in the territories. We have been discovering that MNCs and their lawyers heavily influence policy, such as the Mining Code. In our region of Cajibío, the same thing happens with Cartón Colombia: they are the advisors to the government in forestry, within the ministry of Culture. It is very complicated, and the fight cannot stem from only one organization, it has to be from many, working together (J.G. interview with author June 9, 2016).

This diagnosing of the common threat is the basis for the construction of collective decisions by local communities, and establishment of the notion of popular territorial ordering that is in turn at the core of the broader dialogue *in collective unison* that they call for with government and business sector at the regional and national level. As Caballero-Fula proposes, “conflicts need to be resolved in order to obtain the type of coherent ordering” envisioned by grassroots movements (2016, 98).

Conflicts are, however, difficult to address when the core conflicts over land and property rights, soil and subsoil rights, and water are not part of the analysis on the part of the government. State-led territorial ordering discounts the high concentration of property and the contradictions of unequal attention to private rights (of industry) vs. the collective rights of ethnic groups. As Caballero-Fula notes, “for the government, technical assistance, credit subsidies, viability studies are all tied to profitability (*renta*) of products in the international market, and therefore defined with antecedence...the government does not assume a true redistributive [rural development] policy” (2016, 99).

The government’s and the corporate actors’ divisive approach to land and natural resource policy creates immense challenges to the work of establishing

interethnic coalitions among grassroots organizations. As a campesino leader says,

Afro-Colombians and indigenous groups have advanced territorial systems, and us campesinos have to learn, we are behind. In Cauca, campesinos have less than one hectare of land. But the indigenous have their territories, and they continue to buy individual fincas (land), separate from one another, but then they decide to petition enlargement of their territory, so as to link those who bought lands. This displaces campesinos. So we have had to dig deep to understand the legal context behind the indigenous *resguardos* so that we can convince them not to continue doing that.

(J.G. interview with author, June 9, 2016).

Mining has had a strong impact in the different regions of Cauca. One of the most latent presences in Cauca is South African mining company Anglo Gold Ashanti, which holds many of the concessions granted by the government over the past decade. Since October 2009, Anglo Gold Ashanti has held two mining concessions (of around 350 hectares) in La Toma Afro-Colombian territory, both for exploration of gold for 30 years; it also had filed seven requests for concessions, which in 2015 still had to be granted. In this northern part of Cauca, interethnic mobilizations are common among indigenous, Afro-Colombians and campesinos around the problems created by the failures on the part of local, regional and national governments approach to curb violent approaches to dealing with the presence of illegal and large-scale mining, and the violent displacements due to growth of illicit crops. As an Afro Colombian leader noted during a protest of more than 2500 people in front of the local government offices of the municipality of Suarez in late October 2017,

we have organized intercultural and interethnic spaces to improve the conditions in our communities, and demand the voluntary substitutions of illicit crops and the full participation in the design of the Development Plans with Territorial Focus (PDET). Ours is a show of unity in midst of our differences. We work together, indigenous, afro-descendants, cam-

pesinos as we understand that we all have needs and came together to demand our rights (Molano 2017).

Popular Territorial Ordering has a basis on indigenous knowledge and cosmo-vision and respect for Mother-Earth, as well as the right to minimum guarantees for good life of the peoples who live in the territories. In the eyes of Henry Caballero-Fula, member and leader of the Regional Indigenous Council of Cauca (CRIC), the only way to hold reasonable dialogue with state and non-state actors is if the tensions over the meanings of individual vs. collective property of land, the use of soil, agro-industrial production vs. campesino forms of local economy, and conflicts over the use of water for dams and mining vs. human consumption are addressed (2016, 98). For campesinos, the diagnosis of the problems begins with the consequences of reordering of territories in detriment of *campesin@* economy. A path toward addressing the social exclusion of campesinos from territorial rights necessarily involves establishing juridical mechanisms (the recognition of *campesin@s* as political subjects) that are strong enough to confront the violations of rights by the state. It also requires the detailed description of *territorios agro-alimentares*, solidarity economy, and the continuous constructions of its principles via popular participation spaces such as are being created by CNA (national level campesino movement, National Agrarian Coordinator) (Castilla 2016). As Castilla notes: “agrarian policies historically have subordinated the peasantry, so popular consultation is a mechanism of participation that directly relates to everything having to do with territorial ordering and that affects fundamental rights” (Castilla 2017). As I will argue further in the last section of this paper, this is not just related to local territorial ordering, but an effort also at the transnational organizational level. First, we can stop to reflect on the point that popular forms of territoriality emerge not just within specific socio-environmental conflicts, but that these outcomes (i.e. the internal seeking of alternatives) also encompass a broad array of tensions and contradictions of an extractivist model.

In response to conflict, movements often turn inward as they reflect upon interactions with other movements and with the state. This is an insight that merits some detailed attention, as it opens the possibility that state reforms need not always only create *crises* within ethnic organizations; they can also create innovative strategies (Velasco 2014). For instance, the Diné Navajo in New Mexico have engaged in collectively rethinking indigenous sovereignty through ethical practice and a *lived* territorial sovereignty (as opposed to solely its legal-judicial dimension), even after years of experiencing the contamination and internal divisions brought about by the politics of extractivism in Navajo land (Powell 2015). Undoubtedly, an intellectual reconceptualization and resurgence of what lies at the basis of a group's way of life can occur that helps to establish a shared vision of solidarity (moral, economic, political, cultural), and of a sovereign future. This means that beyond the outcome of interrupting the ability of powerful interests to make profit from natural resources, conflict can involve a reconceiving of what it means to be on the land, to connect to it, to reclaim it, and rename it (McCarthy 2016).

PARTICIPATION: SOCIAL MOVEMENT NETWORKS AND POLITICAL-ORGANIZATIONAL VISIONS

While the internal processes are important, conflicts produce more than internal re-conceptualizations of territory and sovereignty; they often produce the need to establish strong national (and international) networks of support. Silva (2015) suggests that associational power (the horizontal linkages made among local-regional organizations) and collective power (broader solidarity among rural and urban networks of SMOs) are the crucial elements in pressuring authorities on 'issues in which public opinion- important for electoral purposes- was going against them,' such as the construction of hydroelectric in the remote Chilean Patagonia region (954). Shared interests can be forged in particular campaigns against a dam or an extractive project, but what is re-

ally going to produce long term collective power cannot be limited to sporadic interethnic campaigns because the power behind the governments framing of extractivism as the path to reducing inequities and poverty is formidable throughout Latin America (Silva 2015; Riofrancos 2018). The goals of inclusiveness and sustainability that will enable a true space for an alternative policy agenda can be conceived as something more than a symbolic form of change (i.e. in policy terms, extractivism and poverty reduction *and* a small grain of inclusiveness and sustainability). They require a strategy that addresses knowledge production and diffusion around the imperative of deeper material changes, and ‘changes in the distribution of power’ (Silva 2015, 956; McCarthy 2017). In many ways, the grassroots coalitional construction of territorial visions need to be accompanied by strategies to build collective political-organizational strength that transcends the short-term mediation by political actors in specific campaigns or conflicts.

The movements in Cauca have worked relentlessly on building political-organizational strength, opening space and establishing the capacity to decide collectively, especially in what concerns the defense of territories and of life itself. This desire to act intentionally for that grassroots model of participation so that there is not an imposing but instead a dialogue between what is being accorded and those who are doing the work in the territories is widely different than what was implemented in the Havana accords between FARC and the government (Serna 2014). While the Havana talks included key social movement leaders who gave input on the different points in the pre-established agenda for peace, and the post-accord period has included the diffusion of the points of the agreement in the communities, it is not the same to consult as to engage in dialogue. J.G. explains the trap that top-down participatory spaces represent, as they limit possibilities for alternatives ideas related to territoriality.

We have wanted to differentiate ourselves from our compañeros from Marcha Patriótica. They are for the Zonas de Reserva Campesina (ZRC), which is tied to the Havana negotiations. They want us to work with this model, but we want to keep a distance, with our own ideas (J.G. interview with author, June 9, 2016).

More recently since 2017, the Mesa Nacional, the Cumbre Agraria, the Congreso de los Pueblos participated in the negotiations in Quito to reach peace with the ELN (National Liberation Army; the second biggest guerrilla movement in Colombia). This is because the ELN established as a core point in its methodology that the territorial enfoque (focus) was something essential to the process of peace, and that this required local as well as regional and national participation in territorial dialogues. As Serna argues, the model of participation by thematic sectors in the ELN-government talks tackles the major conflict situations in the regions (interview with author, June 2017). The ELN explicitly called for diverse spaces for this dialogue: *cabildos, asambleas, mesas, encuentros, mingas, representaciones culturales, foros, encuentros virtuales*, and others. The ELN pressed for a process that includes *audiencias previas* about each of the themes to be discussed, to be held in the territories, and not exclusively in the space of negotiation in Quito. ELN leaders pose that the diverse, non-exclusive, and binding nature of these spaces of the *audiencias previas* can enable the overcoming of the historical limitations in participation in Colombia (ELN Comunicaciones 2018).

The outcome of the building of political-organizational strength at the local/national level is a momentum toward consensus around a different model of coexistence and relationships, including to nature. One of the interethnic coalitions that formed in the aftermath of collective mobilizations in Cauca starting in 2008 and which then adopted national level platforms since 2010. Congreso de los Pueblos has established collective proposals toward this model. The participatory process described above is at the center of the core proposals. These proposals broadly describe a medium to long-term plan that articulates spaces for significant change in the agendas for peace, development, and territoriality. They speak of specific proposals that concern *popular territorial ordering* that start from the premise of respect for cosmo-vision, traditional knowledge and culture, human rights, and the ecosystem, and that form the basis for the *Gran Diálogo Nacional para la Paz* that includes investment/business sectors, civil society, and government. This *Gran Diálogo* includes direct action strategies such

as civil disobedience, continued mobilizing, marches, and strikes, and thus the full force of potential associational and collective power. As we have described above, this is a complicated process, and one that does not automatically assume unity; to the contrary, the building of unity and consensus forms the essence of this political-organizational work, just as it does in the popular territorial work. As one of the leaders of the Congreso de los Pueblos signals, “we are not all ready yet, all the movements are not ‘there,’ and some sectors do not feel like they are part. That is why it is difficult to have enough strength to make the government abide by its commitments in accords. But we are at it, trying to make broad sectors be part of it” (Marylen Serna, interview with author June 29, 2017, Bogotá). This last point is interesting in that it suggests that the interethnic coalition understands its engagement with state actors not in the usual political mediation model, where mediation of conflict between ‘inside and outside’ actors depends on the structure of opportunities. Instead, civil society operates on the notion that associational and collective power can transform the playing field toward a more ethical, reconciliatory path that transcends the usual lack of respect for what is accorded (Caballero-Fula 2017).

Cumbre Agraria, Campesina, Étnica y Popular is another part of the effort. The Cumbre Agraria is a national grassroots coalition of peasant movements, indigenous peoples, Afro-Colombian groups and civic organizations from around Colombia that was born out of a similar national strike in 2013. In June 2016, Cumbre organized a historic agrarian strike that lasted more than two weeks, creating work stoppages, and road and port blockades and occupations across the country. Among other things, these rural movements demanded structural transformations in urban and rural areas, broad democratic participation in shaping the foundation for the peace plans, and institutional guarantees. The strike led to important advances, especially the recognition of the *Mesa Social para la Paz*, a broadly inclusive process that sets the stage for the delineation of an agenda for a “new country” where major social, political and economic issues are addressed. The opening of talks about recognition of *campesinos* as rights-bearing political subjects and the mapping of a route toward establishing an

alternative economía propia (a self-governing, solidarity-based economy) were among the outcomes of the 2016 strike, but that have been watered down in political impasses at the congressional and executive level (Rodriguez 2016).

More recently, Cumbre Agraria has joined efforts with indigenous and other organizations, as well as environmental and human rights NGOs like Indepaz to establish the Mining Moratorium Initiative. This civil society coalitional initiative calls for the suspension of mining titles and environmental permits for mining in Colombia until several issues are addressed. First, they call for a reform of the Mining Code, a modification of the tax and royalty payment incentives facilitated by the government, and a prohibition of the use of cyanide and other toxic liquids for industrial extraction across the country. Secondly, they call for an exclusion of mining in areas considered as having 'strategic ecosystems' because they belong to ethnic communities or are a foundation for food sovereignty and ecological preservation. Thirdly, they demand the guarantee that mining concessions are halted and current concessions are reviewed to ensure they abide by environmental, and land and water use standards. They also insist on adherence to the right of communities to prior consultation. One of the outcomes of these collective efforts at local and national levels to shift on-the-ground mining policies has been the establishment of at least seventeen civil-society led popular referendums where communities have voted to prohibit the presence of domestic and international mining corporations. Although the government claims these popular referenda do not have a binding legal basis, this indicates that there is growing consensual rejection of extractivism as a model within communities, even in locations where companies have established strong presence.

FLIPPING THE SCRIPT: LOCAL, NATIONAL, AND TRANSNATIONAL ORGANIZING AROUND ECONOMÍA PROPIA

The call for norms of respect toward local decisions about territory permeates domestic coalitional work as well as international solidarity efforts. Transnational activism among coalitional social movements in Colombia has followed a path somewhat similar to the boomerang model initially theorized by Keck and Sikkink (1998), where the lack of access to policy and legislative influence in local and national level policy is closed such that activists seek international allies to pressure for an opening to change. But in Colombia, there has been a turn toward solidifying regional/continental spaces of transnational organizing, especially along the elaboration and knowledge exchanges around the building of *economía propia*, or solidarity economies, and *territorios agro-alimentares*. Coalitional movements in Colombia form an intricate part of regional meetings that have been an ongoing part of the ALBA-PTA (Bolivarian Alliance for the Peoples of our America- Peoples' Trade Agreement) project. This work indicates the brewing of a new economic model not just at the local level but also across transnational boundaries at the level of regional dialogues in ALBA-Social Movements (the social movement council within the Bolivarian Alliance for the Peoples of the Americas-Peoples' Trade Agreement). As Muhr (2010) describes, the Council of Social Movements [within ALBA]:

is the democratic embodiment of transnational organized society...an 'anti-imperialist space' and the 'principal mechanism for direct social integration and participation' ...with a mission to 'integrate the social movements of the ALBA-PTA member countries and those from non-members that identify with this effort' and thus to 'contribute to the development and extension of the ALBA-PTA process (43).

Although the ALBA-PTA is one among several models of regionalism based on economic integration, it sets a precedent as a space for anti-capitalist

solidarity and cooperation among nations in the region, both among governments and among organized civil society (Quiliconi and Espinoza 2017). Movements meet on a regular basis to discuss struggles and approaches, and in the case of CNA (Coordinador Nacional Agrario) participation, it has been a space for furthering the ideas, projects and concepts behind a new solidarity economy and the creation of *Territorios Agroalimentares*.

The CNA has been at the forefront of establishing the principles behind agro-food territories and *economía propia*. The building of *territorios campesinos agroalimentares* (in several pilot projects in Cauca and elsewhere that have already been formed) is an intricate part of the movement for a new regenerative economy, as these *territorios* seek to transcend the production limits of the capitalist system. The *campesinos* who are establishing these *territorios* speak of industrializing under new norms, where technology can be democratized and territorial production becomes one among other local decisions (housing, land, schools being among other decisions) made under the peoples' assembly model.

The CNA elaborates on the principles of Planes de Vida Comunitarios para los Territorios Agro-alimentares (CNA 2015). Communities where these *territorios* are being implemented (nationally) are called to an analysis that 'sees our realities,' and to create a sort of 'social cartography' of current impacts of climate change and extractivism, as well as find an interpretation of the historical roots of social relations that lead to this. A second step is to discern and explain this using the tool of the 'Problem Tree' to get at the causes, the effects and the connections between these two. The third phase of the analysis is 'to act' upon a collectively constructed plans (planes de vida) that are part of the Solution Tree where the negative is turned into positive, so as to 'avoid the occurrence of disasters in our territories' (CNA 2015, 15).

These Life Plans are the basis of a different relationship to nature, to one another, and to the state; it seeks to transform the approach of the government who is conceding the territories for oil and mining exploitation, and actually "has to pay the companies to be here" (J.G. interview with the author, June 13, 2016). The decree proposal that CNA presented to the national government

in the aftermath of the debate about approval of Territorios Agroalimentares (approved by the Vice Minister of Agricultural Development in September 2016 but since then stuck Congress) specifically notes that there should be state support for plans of varied civil society organizations and groups purporting *economía propia* ideas. They want to:

control the set of productive chains without depending on transnational, financial groups, nor large landowners...[and instead favor] alternative forms of direct commerce among production and mutual solidarity collectives, and which seek to overcome the barriers that exist between rural and urban processes (CNA 2016, np).

This work at the local level is also manifested at the transnational level. One of the things that transnational organizing helps with is to enable work on establishing self-managed cooperatives based on models of social and gender justice in urban and rural settings. This connection between rural and urban movements is not something unique to the transnational setting, but something that is a core part of the conceiving of popular territorial ordering. However, the question of how Social and Solidarity Economy (SSE) actors can ‘scale up’ is something that transnational exchanges with others who have had experiences in this area can help with (Utting 2015). Movement ‘strategy’ in this sense centers on political growth and solidarity work such that local SSE actors can “effectively engage non-SSE actors on their own terms,” as well as increase capacity for managerial and internal organizational interventions such that agricultural cooperatives can indeed succeed (Utting 2015, 16-17). There is of course, concern about the “dangers of reducing [core SSE principles] to a fragmentary form of self-management during institutionalization processes” (Utting 2015, 18), that is, the attempts of governments to use the constitutional approval of things such as the *territorios agro-alimentares* to legitimate the state’s own agenda. However, the work at the transnational level seeks to strengthen SSE initiatives across the continent, and articulate the political discourse around SSE as something that can revitalize rural economies in order to advance in the reconstruction of

autonomy and self-management of agro-food and food sovereignty regionally, nationally, and transnationally.

The type of project that is being discussed at continental forums such as ALBA-Social Movement Councils is akin to the building of a new script, or a flipping of the script that sees the model of extractivism as an addressing of poverty. Instead, social movements exchange information and support one another's struggles and efforts; to bring to the forefront what Naomi Klein calls a worldview "that sees nature, other nations, and our own neighbors not as adversaries, but rather as partners in a grand project of mutual reinvention (2014, 23).

CONCLUSION

One of the objectives of this paper is to examine what occurs when socio-territorial conflicts threaten the very existence of ethnic and interethnic groups on their ancestral territories. Colombia is a prime setting for this examination, as its governments deepen the extractivist model which threatens livelihoods for future survivability, amidst promises of poverty reduction and economic growth. Political agreements around the end of a long-standing civil conflict bring challenges as well as opportunities, to discuss, look at the impact, and question a mainstream approach. The peace processes in Colombia, particularly in the context of government-ELN (Ejército Nacional de Liberación) negotiations in Quito, provide spaces for deepening the transformations of state and social power structures proposed by social movements in Colombia.

Inter-ethnic coalitions have utilized these spaces and others they have constructed in the past decades to gather a grounded understanding of territoriality, legislation, and alternatives to current trends. They have also concomitantly worked on political-organizational strengthening that reaches beyond the local, but that opens national and transnational deliberative spaces. These movements are making strides into regional/continental spaces of transnational organizing, thus giving content (along with movements from across Latin

America) to anti-extractivist, anti-imperialist and alternative economy (solidarity local economies) projects within the context of spaces such as the Bolivarian Alliance for the Peoples of our America- Social Movements Council (ALBA-Social Movements). In different ways, the territorial/political-organizational/ and counterhegemonic projects begin to establish the ground for a national and world vision that transcends the divisions, competition and destructiveness created by hegemonic actors in the local, national and global economies. This inter-ethnic work is not without its challenges, a prime one being violence. The vision for democratic participation, conscientious use of land, and cooperative productivity can be a policy outcome of getting through this morass of struggles where communities have resisted being defeated, and have put a collective front to not allow for the nullifying of their thinking.

REFERENCES

- Asher, Kiran. 2009. *Black and Green: Afro-Colombians, Development, and Nature in the Pacific Lowlands*. Durham: Duke University Press.
- Bair, Jennifer, and Phillip Hough. 2012. The Legacies of Partial Possession: From Agrarian Struggle to Neoliberal Restructuring in Mexico and Colombia. *International Journal of Comparative Sociology* 53(5-6): 345-366.
- Caballero-Fula, Henry. 2016. Acuerdos de La Habana y territorialidad indígena. *Bitacora* 26(2): 95-102.
- Castilla, Alberto. 2016. Reconocimiento político del campesinado: Por qué debe promoverse en la Constitución Nacional? 30 March. Corporacion Grupo Semillas website.
- Congreso de los Pueblos. 2013. *Memoria del Congreso para la Paz*. Bogotá. www.congresodelospueblos.org
- Congreso de los Pueblos. 2015. *Llamamiento a fortalecer la participación de la sociedad en los diálogos de Paz*. www.congresodelospueblos.org

[Congreso de los Pueblos. 2018. http://www.congresodelospueblos.org/articulacion/](http://www.congresodelospueblos.org/articulacion/)

Coordinador Nacional Agrario. 2015. Los planes de vida comunitarios para los territorios agroalimentares. Secretaria de Tierras/CNA.

Ejército Nacional de Liberación Comunicación. 2018. Un año de fase pública de conversaciones en Quito. Revista Insurrección no. 620, January. Online.

Fundación Territorios por Vida Digna. 2011. *Descubriendo territorios: violaciones a los derechos humanos y violencia política en el departamento de Cauca*. Informe no. 5. Popayán: FTVD.

Grossman, Zoltan. 2017. *Unlikely Alliances: Native Nations and White Communities Join to Defend Rural Lands*. Seattle: University of Washington Press.

Indepaz. 2018. Situación de DDHH en Colombia. March 1. <http://www.indepaz.org.co/8033/situacion-de-ddhh-en-colombia/>

Klein, Naomi. 2014. *This Changes Everything: Capitalism vs. The Climate*. New York: Simon and Schuster.

Lemaitre, Julieta, et al. 2011. *Derechos enterrados: comunidades étnicas y campesinas en Colombia, nueve casos de estudio*. Bogotá: Universidad de los Andes/USAID.

Martínez Neira, Christian, and Gonzalo Delamaza. 2018. Coaliciones interétnicas, framing y estrategias de movilización contra centrales hidroeléctricas en Chile: ¿Qué podemos aprender de los casos de Ralco y Neltume?. *Middle Atlantic Review of Latin American Studies*. 2(1), 68–96.

Martínez Novo, Carmen. 2012. Why Are Indigenous Organizations Declining in Latin America? in D. Douglas Caulkins, and Ann T. Jordan, eds, *A Companion to Organizational Anthropology*, 471–492. John Wiley & Sons, Malden MA.

McCarthy, Teresa. 2017. *In Divided Unity: Haudenosaunee Reclamation at Grand River*. Tucson: University of Arizona Press.

Molano, Alfredo. 2017. La protesta interétnica en Suárez. *El Espectador*, 26 October.

Muhr, Thomas. 2010. TINA Go Home! ALBA and Re-theorizing Resistance to Global Capitalism. *Cosmos and History: The Journal of Natural and Social Philosophy* 6(2): 27–54.

- Natural Resource Governance Institute NRGi. 2016. *Los efectos del boom de las industrias extractivas en los indicadores sociales: Colombia*. Lima, Peru: NRGi.
- Ng'weno, Bettina. 2007. *Turf Wars: Territory and Citizenship in the Contemporary State*. Stanford: Stanford University Press.
- Organizaciones Sociales y Plataformas de Paz. 2018. El diálogo ilumina el camino de la vida y la paz. *Revista Insurrección* no. 620, January. Online.
- Peñaranda, Isabel. 2017. Coca and Agriculture in Post-Peace Accord Colombia. Part I. *Nacla Report on the Americas*. 11/29/17. <https://nacla.org/news/2017/11/29/coca-and-agriculture-post-peace-accord-colombia-part-i>.
- Powell, Dana. 2015. The rainbow is our sovereignty: Rethinking the politics of energy on the Navajo Nation. *Journal of Political Ecology* 22(1): 53-78.
- Quiliconi, Cintia and Raul Espinoza. 2017. Latin American Integration: Regionalism a la Carte in a Multipolar World? *Colombia Internacional* 92: 15-41.
- Rappaport, Joanne, and Robert Dover. 1996. The Construction of Difference by Native Legislators: Assessing the Impact of the Colombian Constitution of 1991. *Journal of Latin American Anthropology* 1(2): 22-45.
- Rodriguez, Nadia, and Maria del Rosario Estrada. 2016. Tacticas de gobierno en la politica de proteccion de tierras de la poblacion desplazada de Colombia: Una etnografica del Estado. *Revista de Antropologia Ibero-Americana* 11(3):381-404.
- Rodriguez, Patricia. 2016. Cumbre Agraria Strikes Back. *NACLA Report on the Americas*. August 25. <https://nacla.org/news/2016/08/25/cumbre-agraria-strikes-back>.
- Serna, Marylen. 2014. Desde Cauca. In Victor de Currea-Lugo, *Por qué negociar con el ELN?* (Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana): 137-141.
- Silva, Eduardo. 2016. Patagonia, without Dams! Lessons of a David vs. Goliath Campaign. *Extractive Industries and Society* 3: 947-957.
- Utting, Peter, ed.. 2015. *Social and Solidarity Economy: Beyond the Fringe*. UN-RISD/Zed Books.
- Van Cott, Donna. 2000. *The Friendly Liquidation of the Past: The Politics of Diversity in Latin America*. Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh Press.

Valencia, Leon and Alexander Riaño. 2017. *La minería en el posconflicto: un asunto de quilates*. Bogotá: Editora Geminis.

Velasco, Marcela. 2014. The Territorialization of Ethnopolitical Reforms in Colombia: Chocó as a Case Study. *Latin American Research Review* 49(3): 126-156.

Verdad Abierta. 2017. El Proyecto que ataca el alma de la reforma agrarian integral. 20 Abril. www.verdadabierta.com/procesos-de-paz/farc/6611-el-proyecto.

Interviews:

J.G. 2016. Interview with author, 6.13.16, Popayán, Colombia.

J.C. 2016. Interview with author, 6.3.16, Popayán, Colombia.

J.S. 2016. Interview with author, 6.10.16, Cajibío, Colombia.

Marylen Serna. 2017. Interview with author, 6.29.17. Bogotá, Colombia.

2

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PROTAGONISMO DO MUNICÍPIO SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

Analice Schaefer de Moura²¹

Camila Leonardo Nandi de Albuquerque²²

A economia solidária surgiu no Brasil com força nos anos 1990 a partir da crise econômica enfrentada na época. Assim, durante muito tempo ela foi entendida como um modelo alternativo capaz de superar a crise do capitalismo. Nesse início do século XXI, contudo, percebe-se o auge do sistema de produção capitalista, inclusive sendo perceptível a dependência dos estabelecimentos comunitários ao sistema de produção global. Com efeito, a economia solidária passa a possuir uma conotação diferenciada, como uma proposta de organização do trabalho que visa a inclusão de seus membros através da produção de bens, prestação de serviços e intermediação de microcréditos.

21 Professora da Universidade do Contestado. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul. Linha de pesquisa: Políticas Públicas de Inclusão Social. Integrante do Grupo de Pesquisa "Direito, Cidadania e Políticas Públicas", vinculado ao PPGD - UNISC. Graduada pela mesma Universidade. Advogada OAB/RS 103034. E-mail: analice_sm@hotmail.com.

22 Professora na Universidade do Contestado. Especialista em Direito Empresarial pela Uniasselvi. Integrante do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em "Direitos Humanos", vinculado ao PMDR - UnC. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UnC. Graduada em Direito - Unisul- OAB/SC 39.114. E-mail: camilanandi@hotmail.com

A partir dessa perspectiva, o presente artigo tem como tema o protagonismo dos Municípios no desenvolvimento de uma economia democrática a partir do apoio a estabelecimentos solidários e o desenvolvimento local no Brasil, sob a ótica do princípio da subsidiariedade, a partir da crise econômica de 2008. Desse modo, pretende-se responder ao problema os Municípios, sob a ótica do princípio da solidariedade, podem contribuir para o desenvolvimento de uma economia democrática a partir do apoio a estabelecimentos solidários e o desenvolvimento local no Brasil? Nesse ínterim, defende-se que o princípio da subsidiariedade pode auxiliar na compreensão da questão considerando-se sua dupla dimensão, positiva e negativa, que visa dar maior autonomia para o poder local definir suas prioridades e auxiliar na elaboração e implementação de políticas públicas. No decorrer da pesquisa, foi utilizado como método de abordagem o dedutivo. Como métodos de procedimentos serão o histórico crítico e o sistemático. Já como técnica de pesquisa optou-se pela bibliográfica e documental. As fontes utilizadas permitiram uma melhor fundamentação no trabalho desenvolvido, bem como, na diversificação da abordagem, para concretizar os objetivos estabelecidos.

Nesses termos, a pesquisa tem por objetivo geral analisar a importância dos Municípios para o desenvolvimento de uma economia democrática a partir do apoio a estabelecimentos solidários. Assim, inicialmente aborda-se a importância dos Municípios na implementação de políticas públicas, sob a ótica do princípio da subsidiariedade, especialmente no que tange ao apoio à economia solidária, defendendo-se a possibilidade desta prática estar dentro das dimensões positiva e negativa do princípio. Após, procura-se compreender a noção de Poder Local e sua influência no empoderamento e inclusão social dos cidadãos, através das noções de capital social. Por fim, analisa-se a Economia Solidária e seus possíveis impactos no desenvolvimento local. É o que segue.

A economia solidária é uma proposta alternativa de produção e de organização do trabalho que enfoca o desenvolvimento local, através de associações e especialmente cooperativas que não visam lucro em si, tendo em vista o rateio dos ganhos entre os cooperados. Com efeito, defende-se que o espaço local é o

ambiente privilegiado para o apoio aos estabelecimentos solidários, considerando-se as inúmeras contribuições que eles podem proporcionar, tais quais geração de renda, empoderamento²³ e inclusão social, além de outros benefícios ligados diretamente a área de atuação da cooperativa e programas desenvolvidos dentro dela. A Constituição da República Federativa do Brasil estabeleceu uma federação *sui generis* ao atribuir autonomia aos municípios, atribuindo-lhes orçamento próprio e a competência de editar sua própria Lei Orgânica. Com efeito, no país o Município possui importância fundamental na elaboração e execução de políticas públicas. Sob essa perspectiva, Hermany e Giacobbo (2017, p. 45) defendem que o debate acerca da descentralização e democratização do espaço local prescinde de sustentação constitucional para tanto.

Inútil seria envidar esforços em discussões e proposições de alternativas democráticas ao poder local se, materialmente, não houvesse o que democratizar. A figura do Município representa o nível institucional mais próximo do cidadão, portanto, representa o poder local enquanto Estado. Disto decorre o fato de só fazer sentido tratar da descentralização se o Ente municipal desfrutar de autonomia e de poder político suscetível de compartilhamento entre os cidadãos (HERMANY, GIACOBBO, 2017, p. 45)

A organização das competências pela Constituição de 1988, “está baseada em um sistema complexo, em que se intercalam competências privativas e competências concorrentes, cumulativas e não cumulativas” (HERMANY; GIACOBBO, 2017, p. 49). Nesse sistema, a União e os Municípios possuem competências expressas, enquanto os estados possuem uma competência residual. Depreende-se daí a importância do Município, visto que cabe a ele implementar políticas públicas de interesse local, bem como legislar sobre o tema, seguindo as diretrizes do âmbito federal (HERMANY, GIACOBBO, 2017).

23 A noção de empoderamento importa diversos significados, aqui entende-se como um “processo por meio do qual pessoas, organizações e comunidades adquirem controle sobre questões de seu interesse. Desse modo, o termo cobre diferentes dimensões: a individual, a organizacional e a comunitária” (BAQUERO; BAQUERO, KEIL, 2006, p. 9)

É justamente a partir da descentralização que, de acordo com Hermany (2015) o princípio da subsidiariedade é consolidado. O referido princípio, “se vincula à existência de um conjunto de esferas autônomas de poder, de abrangência local, bem como a maior atuação da sociedade no processo de obtenção do consenso” (HERMANY, 2015, p. 253). A subsidiariedade é uma estratégia de protagonismo da sociedade no espaço público estatal, substituindo a lógica de um poder central autoritário. Krell (2008) defende que a estruturação constitucional da divisão de competências e, especialmente o artigo 23 da Constituição de 1988, que prevê os casos de competência comum entre os entes federados, estabelece o federalismo cooperativo, que visa fixar parâmetros de atuação conjunta em um mesmo nível de execução, sendo esta competência balizada por meio do princípio da subsidiariedade. O termo subsidiariedade, do latim “subsidiarius”, que deriva do termo “subsidium”, não possui o mesmo significado que subsídio, apontando mais para a noção comum de apoio, reforço ou auxílio extraordinário (MARTINS, 2003, p. 493). Com efeito, a subsidiariedade possui diferentes significados. Numa primeira interpretação ela assume a ideia do que é secundário. Sob outra interpretação, mais aceita, ela se refere à ideia de supletividade. De acordo com Baracho (1996, p. 24) a subsidiariedade nessa compreensão:

absorve, simultaneamente dois significados: complementariedade e suplementariedade. A suplementariedade é o que se acrescenta, entende-se que ela representa a questão subsidiária, destinada a suplementariedade a desempatar os concorrentes. A ideia de complementariedade explica, de maneira ampla, a utilização feita em direito, da noção de subsidiariedade. (BARACHO, 1996, p. 24)

Dowbor (2008) defende que o ponto chave para a concretização do princípio é o sentimento de apropriação das políticas pela população, isso, segundo o autor somente se desenvolve no espaço local, onde as pessoas podem participar diretamente e ativamente da política, pois “conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento” (DOWBOR, 2008, p. 88). Está-se diante de um deslocamento de perspectiva. O Município deixa de

ser percebido como um lugar distante de poder, para se tornar o bloco básico de atuação estatal (DOWBOR, 2008). O resultado disso, é que as comunidades deixam de ser pequenas, para serem viáveis, pois permitem uma articulação diferenciada das territorialidades, justamente por estarem mais próximas dos cidadãos.

De acordo com a lógica do princípio da subsidiariedade, a atuação estatal deve ocorrer por primeiro nas comunidades menores, a partir dos indivíduos, e somente numa perspectiva subsidiária, ser necessária a atuação do poder público. Trata-se efetivamente do empoderamento da comunidade para atuar diante de seus problemas. Assim, o princípio da subsidiariedade se manifesta em dois graus:

- a) Ajuda: mediante a criação das condições necessárias para fazer possível e tornar garantida a atuação das comunidades intermediárias;
- b) Realização supletória da missão dessas comunidades, suprimindo sua insuficiência, quando elas não realizam adequadamente a função. (BARA-CHO, 1996, p. 50)

Através do empoderamento dos cidadãos que se concretiza a dimensão horizontal do princípio, uma vez que “sua aplicação sistemática pressupõe o condicionamento da ampliação das competências municipais a uma relação entre espaço público estatal municipal e sociedade que resguarde o papel de protagonismo do cidadão” (HERMANY, 2015, p. 258). Importante destacar, nesse sentido, que não se trata da superação do estado nacional, mas da apropriação do espaço público pelos cidadãos. Portanto, a subsidiariedade confere elementos para a soberania do indivíduo, pois aproxima o diálogo do cidadão, estimula a participação política, traz abertura para diálogos pluralistas e com as minorias. Trata-se de uma lógica que, de um lado ressalta o papel das comunidades menores, do cidadão e, de outro, mantém um importante espaço de atuação do Estado, na medida em que este deve agir quando necessário para a garantia dos avanços sociais (HERMANY, 2015). Sob essa perspectiva, Martins (2003)

afirma que o princípio da subsidiariedade possui uma dupla dimensão oposta e alternativa, tendo em vista ele possuir uma dimensão positiva e uma negativa:

Ou implica intervenção ou implica não intervenção: não é por se exercer que a intervenção é subsidiária. É esta duplicidade imanente que permite que seja invocada na direcção positiva ou na direcção negativa. além disso como não permite identificar o autor na intervenção também é passível de utilização por um nível de decisão superior relativamente a um inferior ou vice-versa. (MARTINS, 2003, p. 498)

A dimensão negativa relaciona-se a função de limitação da atuação do poder estatal frente ao indivíduo. Já a dimensão positiva pode ser observada pelo compromisso social do Estado que exige a atuação das instituições para atender as necessidades trazidas pelas sociedades quando a ação dos atores sociais for insuficiente para atendê-las (HERMANY, 2015).

A subsidiariedade, contudo, não pode ser entendida diante da lógica liberal do Estado absentéista. O princípio teve seu surgimento nas encíclicas papais e, portanto, não se pode olvidar de seu conteúdo social, de modo que sua interpretação deve atender as garantias constitucionais (HERMANY, 2015). Em última análise, a subsidiariedade, embora vise o empoderamento comunitário, não isenta o Estado de suas responsabilidades constitucionalmente estabelecidas, especialmente considerando que sua aplicabilidade se dá justamente pela busca do desenvolvimento local. Do mesmo modo, Baracho (2008) defende dentre as possibilidades de aplicação do princípio da subsidiariedade é necessário manter, embora que não exclusivamente, o foco no papel das instituições estatais. Justamente, porque o foco na centralidade do cidadão, por significar um retorno ao modelo liberal. Assim, o autor considera o princípio de subsidiariedade corresponde a um princípio de divisão de competências, transferidas as comunidades intermediárias e ao Estado, bem como uma divisão funcional do poder, que confere a cada comunidade o poder necessário para executar sua função (BARACHO, 1996).

Contudo, ocorre que administração local se encontra num paradoxo, enquanto é chamada a todo tempo para suprir as necessidades emergentes que

recaem sobre o município, diante da repartição comum e subsidiária de competências, não possui os repasses orçamentários correspondentes. Ou seja, embora seja a municipalidade a primeira a sofrer as pressões por políticas públicas, ela está no “último escalão de acesso a recursos” (DOWBOR, 2016, p. 10). Assim, o desenvolvimento local através da concretização do princípio da subsidiariedade perpassa necessariamente pela atribuição de maiores recursos ao Município. Com a análise do protagonismo do município e da comunidade sob o princípio da subsidiariedade, pretende-se, portanto, superar a dicotomia entre público (representado exclusivamente pelo Estado) e privado. A partir dessa perspectiva a subsidiariedade tem a possibilidade de atribuir a centralizado ao cidadão, para que este supere a condição de mero destinatário das políticas públicas, tornando-se protagonista na sua elaboração e controle. Segundo Nascimento (2010) o território local é privilegiado para realizar a articulação entre as políticas de desenvolvimento urbano e as sociais por considerarem importante a presença dos sujeitos que são alvo das referidas políticas, bem como a valorização desses sujeitos no atendimento aos direitos sociais por eles demandados.

Com efeito, a economia solidária está justamente focalizada no plano local, visando o desenvolvimento das comunidades a partir de estratégias mais significativas que a simples geração de renda. Os projetos das organizações solidárias visam o empoderamento social nas diversas áreas como meio ambiente, cultura, educação, turismo, dentre outros. Visa ainda a geração de renda para grupos marginalizados ou que possuem o acesso ao mercado de trabalho formal prejudicado por diversos fatores, tais como índios, quilombolas, mulheres e a população mais empobrecida de maneira geral. Atualmente a sociedade enfrenta dois dilemas que estão impactando negativamente o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas são eles a desigualdade e a destruição ambiental. Dowbor (2016) afirma que até pouco tempo esperava-se que o crescimento econômico proporcionaria as soluções para os problemas sociais. Segundo o autor essa concepção foi abandonada, não restando mais dúvidas da necessidade de ferramentas mais ativas e complexas de intervenção para enfrentar os desequilíbrios herdados. Com isso, é necessário envolver “todos os atores sociais – Estado,

empresa e sociedade civil – na luta por uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável” (DOWBOR, 2016, p. 5)

Nesse contexto, Piketty (2014) afirma que o início do século XXI foi marcado pela volta das desigualdades de riqueza que se pensavam extintas nos estados sociais, e mais, estas desigualdade parecem estar ainda mais acirradas. Nesse sentido, a economia global que prometeu o fim da pobreza e inclusão dos cidadãos no mercado de trabalho produtivo, se revelou como uma fonte de desequilíbrio tanto entre indivíduos como entre países. No Brasil, a crise econômica de iniciada em 2008, levou cerca de 4,1 milhões de brasileiros para a pobreza entre os anos 2014 e 2015, desse total, 1,4 milhão estão na extrema pobreza (IPEA, 2015). Ainda de acordo com o Ipea (2015) houve uma redução de pouco mais de 50,00 reais na renda per capita da população brasileira, que compreendia 803,36 reais em 2014, para 746,84 reais em 2015. O aumento da população em situação de pobreza se explica especialmente pelo agravamento da taxa de desemprego, a partir de 2015, que chegou ao índice recorde de 13,7% no primeiro trimestre de 2017, totalizando 14,2 milhões de brasileiros desocupados (IPEA, 2017). Contudo, no segundo trimestre encerrado em julho de 2017, a taxa de desemprego no país ficou em 12,8%. Essas desigualdades são ainda mais sentidas do âmbito local, visto que impactam severamente a vida cotidiana das pessoas, o consumo e por muitas vezes sobrecarregam as políticas públicas que, em última análise, são executadas no município. Por esta razão, defende-se que o espaço local é privilegiado para a promoção do desenvolvimento e empoderamento social.

Diante da crise do Estado social e da redução da solidariedade nas instituições públicas e privadas, Santos (2006) defende que a sociedade encontra-se, então desamparada. Na dualidade entre público e privado, as organizações da sociedade civil possuem um importante papel. Assim, Schmidt (2017) destaca que a comunidade voltou a ganhar força diante da crise do Estado moderno. Essa situação favorece que as próprias comunidades unam forças e se organizem em torno de causas comuns e particulares a cada local. Dowbor (2016), afirma que a participação da comunidade na política local, seja através de conselhos, de audiências públicas ou por meio de organizações da sociedade civil, implica na

transformação da cultura administrativa, o que pode ser um processo sistemático e trabalhoso, porém necessário.

Diante do exposto, a ideia de poder local, enquanto sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado, implica em alterações no “sistema de organização da informação, reforço da capacidade administrativa, e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade como na própria máquina administrativa. Trata-se, portanto, de um esforço do município sobre si mesmo”. (DOWBOR, 2016, p. 21). De acordo com Hermany (2015) o espaço local é o mais viável para efetiva representação dos cidadãos e participação política dos mesmos, considerando-se o maior sentimento de pertencimento. Assim, é o espaço local que possui maior legitimidade e capacidade de adaptação em um modelo socioeconômico baseado em fluxos complexos que os Estados centralizados se mostraram incapazes de organizar. No mesmo sentido, Dowbor (2008, p. 191) afirma que “as sociedades modernas são demasiado complexas para serem ordenadas por um superpoder autoritário”. Com efeito, o desenvolvimento de uma economia mais democrática está proporcionalmente relacionado à qualidade da inserção coletiva no processo produtivo, no acesso equilibrado aos resultados do esforço e no acesso à informação que assegure o direito às opções (DOWBOR, 2008).

A democracia é central no processo, pois quando há formas participativas de tomada de decisão, envolvendo, portanto, os diferentes interesses, o resultado tende a ser mais equilibrado. Interesses não representados não influenciam no processo decisório, o que leva a problemas maiores, pois virão a se manifestar quando os prejudicados já atingiram o nível do desespero. A democracia econômica consiste, portanto, em inserir nos processos decisórios os diversos interesses e, particularmente, os que são passíveis de serem prejudicados. Trata-se, aqui também, menos de bondade do que de inteligência institucional. (DOWBOR, 2008, p. 190).

Importante destacar aqui o princípio da comunidade, que se choca com princípio do Estado e com o princípio do mercado e, estabelece uma “obrigação política horizontal e solidária de cidadão a cidadão. Segundo ele, é esta a obriga-

ção política originária, a que estabelece a inalienabilidade da soberania do povo de que deriva a obrigação política com o Estado” (SANTOS, 2006, p. 352). Ao se incentivar o deslocamento das iniciativas voltadas ao desenvolvimento para o nível local, pretende-se aproximar a decisão do espaço de decisão, em que o cidadão realmente pode participar, ocupando assim uma posição de protagonista seja através da fiscalização da aplicação dos recursos públicos, identificação de prioridades na execução e formulação de políticas públicas, como um próprio agente transformador.

Isso muda profundamente o que poderíamos chamar de cultura do desenvolvimento. Uma comunidade deixa de ser um receptor passivo de decisões longínquas, seja do Estado que vai “doar” um centro de saúde, ou de uma empresa que chegará e poderá “dar” empregos. O desenvolvimento deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente, torna-se uma coisa que se faz, inclusive no aspecto da organização dos aportes externos. A cidadania política é complementada pela cidadania econômica e gera-se o sentimento de apropriação e domínio da sua própria realidade. (DOWBOR, 2008, p. 88)

Percebe-se daí a potencialidade das organizações comunitárias no desenvolvimento local. Contudo, tais organizações ainda são vistas como instituições privadas, desconsiderando-se o serviço público que prestam. Defende-se assim, que as instituições da sociedade civil inserem-se no conceito de público não estatal, o que leva a discussão sobre a divisão dicotômica entre público e privado, que deve ser superada nas análises mais modernas sobre políticas públicas. As organizações comunitárias não visam a substituição do Estado, mas a superação da dualidade público/privado estado/mercado, sugerindo-se assim um equilíbrio entre ambos. Esse binômio leva a uma compreensão simplista entre certo/errado, bom/ruim, que não abarca a complexidade social. Daí urge a necessidade de se reconhecer uma terceira esfera entre o público e o privado, o público não estatal. Essa terceira esfera pode ser entendida como o terceiro setor. É nele que o paradigma da colaboração tem se materializado. Destaca-se aqui que embora seu conceito ainda esteja em desenvolvimento, basicamente o terceiro setor

pode ser entendido como o conjunto de organizações da sociedade civil, conceito mais amplo que o de instituições beneficentes ou sem fins lucrativos que poderia excluir diversas organizações que tivessem algum fim social.

Segundo Santos (2006, p. 350) “o terceiro setor é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais, nem mercantis”, que visam atender necessidades sociais, públicas ou coletivas. Com efeito, o termo engloba um conjunto de comportamentos que não se definem pelos paradigmas tradicionais da busca do lucro ou da autoridade estatal. (DOWBOR, 2008). As iniciativas do terceiro setor, de acordo com Dowbor (2008), nascem do movimento de um grupo pessoas “preocupadas com um problema social que não encontra soluções aparentes nem no Estado, nem na empresa, e que se organizam para dar uma resposta”. (DOWBOR, 2008, p. 171). Dentro do conceito de terceiro setor estão organizações que visam lucros, mas mantêm a característica social, através do modelo de economia social, que dá um enfoque comunitário, ao invés de adotar os pressupostos da economia neoclássica. Esse modelo está marcado por relações baseadas na reciprocidade e redistribuição. É o caso das cooperativas e associações de economia solidária.

Dowbor (2008) afirma que os estudos sobre o capital social trouxeram fortes avanços dentro do desenvolvimento local, pois demonstram como os mecanismos participativos não só complementam a regulação do Estado e do mercado, mas constituem uma condição importante da eficiência desses mecanismos. O capital social é, portanto, um fator determinante na qualidade da governança de um território determinado, daí a necessidade de se vincular a ideia de desenvolvimento local e economia solidária com o nível de capital social em uma determinada comunidade. O conceito de capital social pode ser entendido como o “conjunto de redes, relações e normas que facilitam ações coordenadas na resolução de problemas coletivos e que proporcionam recursos que habilitam os participantes a acessarem bens, serviços e outras formas de capital” (SCHMIDT, 2006, p. 1760). Ou seja, o próprio conceito de capital social remete à relação

entre as esferas econômica e social. Dentre as diversas tipologias de capital social, Schmidt (2006) destaca três principais:

Capital social *bonding*, “de união”: existente em relações socialmente estreitas, onde há contato pessoal frequente, como no caso de parentesco, vizinhança, amizade.

Capital social *bridging*, “de vinculação”: existente em relações medianamente estreitas, como entre colegas de trabalho, membros de um clube ou associação.

Capital social *linking*, “de conexão”: existente em relações assimétricas, entre pessoas distantes e com poucos contatos, como empregador-empregado e governante-cidadão (SCHMIDT, 2006, p. 1761).

A literatura que relaciona capital social e pobreza afirma que, especialmente nos países atrasados, os mais desfavorecidos têm acesso a fatos estoques de *bonding* social capital, pouco *bridging* e quase nenhum *linking*. Ou seja, a coesão entre os pobres fornece-lhes apoio mútuo, mas dificulta a fluidez em sentido vertical; o governo costuma ser mouco à suas demandas (SCHMIDT, 2006, p. 1765). Por outro lado, o tipo de capital social mais desejável para as questões públicas é o *bridging*, presente nas pontes entre indivíduos não tão próximos, nem tão vinculados. Os pobres possuem um amplo estoque de capital social, contudo, este restringe-se à tipologia *bonding*, daí também a relação entre capital social e pobreza. Sob essa perspectiva a economia solidária é uma proposta alternativa que visa a inclusão social de seus membros, através a produção de bens, prestação de serviços, compras conjuntas e/ou sistemas de trocas, e/ou intermediação de microcréditos. Contudo, visa ainda a inclusão dos participantes, configurando assim a dimensão política na sua atuação. Possibilita, assim, o envolvimento dos associados ou cooperados nas questões relativas ao empreendimento e suas decisões, bem como seu relacionamento com as questões comunitárias e locais do ambiente em que estão envolvidos (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Carleal e Paulista (2008, p. 9) identificam os estabelecimentos de economia solidária como inovação organizacional por quatro principais elementos que lhe são próprios:

(i) é uma iniciativa coletiva de produção de bens e/ou serviços, (ii) criada para empreender com o objetivo de apropriação coletiva dos resultados; (iii) organizada de modo associativo e (iv) baseada nos princípios de autonomia, gestão democrática e valorização do trabalho acima do capital.

Nesse sentido, são princípios organizativos dos empreendimentos solidários a “posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir, gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida e a destinação de excedente anual” (SINGER, 2000, p. 13). Na maioria das vezes, debates suscitados em torno da economia solidária referem-se aos empregos gerados por tais iniciativas, razão pela qual o termo é associado às novas formas de trabalho e de geração de renda. Contudo, a economia solidária vai além da preocupação com a empregabilidade. As principais características para identificação de um empreendimento como solidário são a pluralidade de princípios econômicos, a autonomia institucional, a democratização dos processos decisórios, a sociabilidade comunitário-pública e a finalidade multidimensional (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004). De maneira diversa ao cooperativismo tradicional, inserido dentro da lógica capitalista, a economia solidária possui um discurso crítico, e se caracteriza através de diferentes iniciativas de grupos sociais (e de base popular) que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da atividade econômica, embora continue operando dentro deste sistema capitalista e se relacionando com ele. Assim, sintetiza as principais diferenças entre uma empresa coletiva solidária e uma empresa coletiva de capital aberto.

QUADRO I – Caracterização das empresas coletivas sob o capital

Empresa coletiva solidária	Empresa coletiva de capital aberto
Trabalho cooperado centrado na atividade individual de cada participante	Trabalho cooperado centrado no assalariamento
Identidade entre proprietários e gestores	Distinção entre proprietários e gestores
Gestão democratizada dos processos de trabalho	Gestão hierarquizada do processo de produção

Dominada pelo trabalho humano e elaborando produtos, em geral, de baixo valor agregado	Dominada pela ciência
Apropriação coletiva dos resultados individualizada pelo número de horas trabalhadas por cada participante.	Apropriação privada dos lucros regida pelo retorno possível na esfera financeira e consubstanciada nos dividendos Individualizados

Fonte: CARLEAL; PAULISTA, 2008, p. 17

As associações e cooperativas solidárias se baseiam no princípio da confiança, podendo estabelecer fortes laços de capital social *bonding* e *bridging*. Putnam (2006), assevera que uma das principais características do capital social é que ele geralmente constitui um bem público, diferentemente do capital privado. Assim, o capital social não é propriedade de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Leite (2009) afirma que as iniciativas de economia solidária visam especialmente a busca de novas formas de regulação social com base na auto-organização política e econômica. Para a autora isso significa:

(...) combinar dinâmicas de iniciativas privadas com propósitos centrados não no lucro, mas no interesse coletivo. A razão econômica é acompanhada por uma finalidade social que consiste em produzir vínculos sociais e solidários, baseados numa solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estariam, assim, no âmago da ação econômica (LEITE, 2009, p. 34).

Diante do exposto, defende-se que a economia solidária alicerçada no capital social possibilita o empoderamento do cidadão. Isso porque, baseada na autogestão permite a participação ativa dos seus membros nos atos decisórios, na divisão do trabalho e, logicamente, na divisão dos lucros. Com efeito, o empoderamento é elemento chave nas iniciativas que visam a inclusão social através do fortalecimento do capital social. Isso porque, diante das múltiplas barreiras sociais que lhes são impostas, boa parte da população mais empobrecida tem dificuldade de ver-se como atores capazes de exercer alguma influência real no seu ambiente social e na esfera política. Nesses termos, o empoderamento consiste numa transformação atitudinal de grupos sociais desfavorecidos que

os capacita “para a articulação de interesses, a participação comunitária e lhes facilita o acesso e controle de recursos disponíveis, a fim de que possam legal uma vida autodeterminada, auto responsável e participar do processo político” (SCHMIDT, 2006, p. 1774).

Assim, as iniciativas dos empreendimentos solidários são formadas por pessoas excluídas da posse dos meios socializados de produção e redistribuição de bens e serviços (SINGER, 2000). Contudo, tais organizações enfrentam dificuldades no mundo capitalista organizado, especialmente diante de grandes corporações e empresas multinacionais. Assim, o apoio público é fundamental para o desenvolvimento da prática e sua manutenção. No plano federal, foi publicado em 2015, o Plano Nacional de Economia Solidária, com intuito de orientar a atuação do Conselho Nacional de Economia Solidária, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, integrado por representantes do governo, sociedade civil e empreendimentos, para a formulação de prioridades no Plano Plurianual do Governo Federal 2016 – 2019, que elenca enquanto prioridades a promoção do trabalho decente e da economia solidária.

Dentro da Política Nacional de Economia Solidária, o Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária, visa a promoção e geração de empregos, bem como a distribuição de renda e consequente redução da pobreza. O referido programa, foi organizado em quatro eixos, quais sejam “a Política Pública de Emprego; a inclusão produtiva e geração de trabalho e renda; o direito ao emprego e ao trabalho decente; e a promoção da economia solidária” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2015). Diante desse prisma, é necessário sensibilizar a sociedade e seus atores a apoiar e estimular novos padrões culturais e empresariais possibilitando novos arranjos econômicos que visem efetivamente o desenvolvimento local a partir do empoderamento dos cidadãos. Aqui um elemento muito importante é que esta política efetivamente sirva de apoio aos estabelecimentos solidários. Isso porque, Carleal e Paulista (2008) alertam para o fato de que o trabalho associado geralmente não é uma escolha do trabalhador. Segundo as autoras há uma absoluta predominância de associações e cooperativas geradas por indução da po-

lítica públicas, mas depois de criadas passam a operar sem apoio algum. Assim, os trabalhadores desses empreendimentos enfrentam uma dura realidade com maquinário defasado, jornada exaustiva, baixa produtividade e por decorrência poucos recursos econômicos. Para superar essa realidade, é necessária uma política pública compromissada com o desenvolvimento de práticas solidárias. Isso somente ocorre dentro do espaço local, visto que é ali que os impactos positivos dos estabelecimentos de economia solidária são sentidos.

Diante de todo o exposto, a economia solidária pode ser aplicada em prol do desenvolvimento local, utilizando-se como pressuposto o princípio da subsidiariedade visto que, em uma primeira análise refletiria a dimensão positiva do princípio, considerando-se que o Estado através de políticas públicas tem incentivado iniciativas desse modelo em todo o país. Ademais, sob a ótica da dimensão negativa, com o tempo e apoio necessários, tais empreendimentos tendem a se tornar autossuficientes, gerando renda, inclusão social e atuando em setores com importante impacto social, especialmente na educação e meio ambiente. Ademais, dentro da perspectiva vertical, ressalta-se a importância do município no apoio aos estabelecimentos solidários, visto que é no espaço local que se pode identificar os principais desafios e suas principais contribuições.

O presente trabalho analisou o protagonismo dos Municípios no desenvolvimento de uma economia democrática a partir do apoio a estabelecimentos solidários e o desenvolvimento local no Brasil, sob a ótica do princípio da subsidiariedade, a partir da crise econômica de 2008. Possivelmente influenciada pela estagnação do crescimento econômico no final do século XX, existiu no país uma política de indução ao trabalho associado e ao empreendedorismo, sob a forma de associações ou cooperativas populares. Diante da impossibilidade de geração de novos postos de trabalho, especialmente diante da forma como o país ingressou no mercado internacional como produtor de bens primários, as políticas de incentivo ao trabalho associado tiveram grande popularidade nos anos 90 e retornam à cena atualmente. Ocorre que a simples indução ao trabalho cooperado como forma de distribuição de renda, sem estratégias de sustentabilidade

desses estabelecimentos, atua verdadeiramente como mecanismo de controle da pobreza.

Com efeito, iniciou-se o desenvolvimento do trabalho fazendo uma abordagem sobre a importância dos Municípios na implementação de políticas públicas, sob a ótica do princípio da subsidiariedade. Com efeito, defende-se que o protagonismo dos municípios e da comunidade amparados pelo princípio da subsidiariedade, permite a superação da divisão entre público X privado, possibilitando o incentivo de novas práticas transformadoras da realidade social que não se identificam com nenhuma dessas categorias. Em seguida, abordou-se algumas noções acerca do desenvolvimento local e sua relação com o capital social, buscando-se já identificar como essas organizações podem influenciar para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil. A partir daí chega-se a possível relação entre Economia Solidária e desenvolvimento local. Diante disso, conclui-se que uma economia mais democrática, embora essencial para o desenvolvimento local, deve estar compromissada com a realidade dos estabelecimentos solidários a fim e efetivamente proporcionar um efetivo empoderamento social. Daí a importância da formulação de uma política no âmbito local que disponibilize formação, apoio técnico e informações, aliada à Política Nacional de Economia Solidária para obtenção de suporte e recursos.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, M.; BAQUERO, R.V.A. ; KEIL, I. L. M. . Para além do capital social, juventude, empoderamento e cidadania. In: III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2006, Santa Cruz do Sul. III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 102-1104. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos2/18.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2017.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. O princípio de subsidiariedade. Conceito e evolução. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

CARLEIAL, L. M. F.; PAULISTA, A. . Economia Solidária: utopia transformadora ou política de controle social? (Economia Política). In: XIII Encontro Nacional de Economia Política, 2008, João Pessoa, PB. XIII Encontro Nacional de Economia Política: Celso Furtado: diálogos desenvolvimentistas, 2008.

COSTA, Marli M. M. A transversalidade das políticas públicas na perspectiva de gênero. In.: COSTA, Marli M. M.; LEAL, Mônia C. H. Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, p. 193-216.

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. Ebook. Imperatriz: Ética, 2016. Disponível em: <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/Dowbor-_Poder-Local-portal.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Democracia econômica: alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2004.

GURVITCH, Georges. La Idea Del Derecho Social. Noción y Sistema Del Derecho Social. Granada: Comares S.L., 2005.

HERMANY, R.. Aproximações teóricas no espaço local: o princípio democrático e a atribuição de sentido à dimensão horizontal da subsidiariedade. In: Marli Marlene Moraes da Costa e Mônia Clarissa Henig Leal. (Org.). Direito Sociais e Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos- TOMO 15. 1ed.Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015, v. 1, p. 247-274.

HERMANY, R.; GIACOBBO, G. Descentralização e Municipalismo no Brasil. In.: HERMANY, R.; CÂNDIDO, A. (Coord.) Municipalismo: Perspectivas da Descentralização na América Latina, na Europa e no Mundo – Brasília: CNM, 2017, p. 37 - 102.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). Radar IDHM, 2015. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>>. Acesso em 20 nov. 2017.

_____. LAMEIRAS, Maria Andréia Parente; CARVALHO; Sandro Sacchet de. Carta de conjuntura n. 36. Mercado de Trabalho. 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/taxa-de-desemprego/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

KRELL, Andreas J. Leis de normas gerais, regulamentação do Poder Executivo e cooperação intergovernamental em tempos de reforma federativa. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e práticas. *Revista Brasileira de Ciências sociais*, v. 24, n. 69, 2009.

MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira. O princípio da subsidiariedade em perspectiva jurídico-política. Coimbra: Coimbra editora, 2003.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Plano Plurianual 2016–2019: mensagem presidencial. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Conselho Nacional de Economia Solidária. 1º Plano Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnec/resolucoes/item/547-plano-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria Nacional de Economia Solidária. Política Nacional de Economia Solidária: apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/orientacao/AcoesIntegradasMunicipiosUFs.pdf>>. Acesso em 10 out. 2017.

NASCIMENTO, Sueli. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHMIDT, João Pedro. Exclusão, inclusão e capital social: o capital social nas ações de inclusão. In: LEAL, R.; REIS, J. R. *Direitos sociais e políticas públicas 6*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, p. 1755-1786.

_____. *Universidades comunitárias e terceiro setor: fundamentos comunitaristas da cooperação em políticas públicas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2017.

3

CULTURA ORGANIZACIONAL EXTROVERTIDOS E INTROVERTIDOS NO AMBIENTE DA CONTROLADORIA

Lucas Monzon dos Santos²⁴

Everaldo da Silva²⁵

Na busca do entendimento do indivíduo, da sua personalidade e das suas atitudes, é importante ter a compreensão da cultura organizacional e da controladoria na organização. O trabalhador moderno contribuiu em suas atividades para o bom andamento da organização. No caso, o trabalhador traz consigo idiossincrasias contrárias a cultura organizacional de uma determinada empresa. Em linhas gerais se faz importante a assimilação da controladoria de forma geral e interdisciplinar, dialogando com outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, pode-se ampliar o foco e as dimensões do conhecimento da estruturação do indivíduo, demonstrando que ele é capaz de interferir no ambiente organizacional, destacando seus aspectos psicológicos como tópicos principais. Assim, trazendo a sapiência da característica da personalidade em dois tipos de indivíduos, o extrovertido e o introvertido, devidamente fundamentados e estudados em suas posturas como trabalhadores na controladoria. O artigo se jus-

²⁴ Especialista em Auditoria Contábil e Controladoria Pós-graduação UNIASSELVI. Graduado em Ciências Contábeis (UNOPAR). E-mail: luk.m.santos@hotmail.com

²⁵ Cientista Social (FURB). Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB). Doutor em Sociologia Política (UFSC). Professor e Pesquisador. E-mail: prof.evesilva@gmail.com

tifica pela necessidade crescente de ter-se uma visão sobre o indivíduo com sua extroversão e introversão incorporados na controladoria, de como ele é capaz de mudar o ambiente a sua volta, possibilitando a gestão organizacional aprimorar e estar atenta aos funcionários, pois os dois tipos de indivíduos podem utilizar de suas totais qualidades e competências no âmbito de suas atividades trabalhistas. Logo, através de uma pesquisa de campo, bibliográfica e se utilizando da aplicação de questionários, buscou-se no artigo expandir o conhecimento sobre os trabalhadores extrovertidos e introvertidos.

Por sua vez, com a coleta dos dados nos ambientes organizacionais, procurou-se compreender as situações e problemas que demonstram os traços das características de extroversão e introversão, aproveitando as características que cada um possui e pode ser aplicada no ambiente da organização. Constituído neste artigo, divididos em tópicos como, discute-se primeiro sobre o indivíduo e a cultura organizacional, em seguida, os indivíduos extrovertidos e introvertidos na organização, com suas características básicas, e a importância da controladoria para a gestão da organização, fornecendo uma visão ao estudo e a pesquisa de campo, por fim, temos as considerações finais e referências. Para compreender o indivíduo e a cultura organizacional é importante buscar o pilar que sustenta o todo deste ambiente. Logo, parte-se da premissa de diluir o entendimento da controladoria, com uma visão de área estratégica, em virtude de apresentar o fator humano dentro da organização. Sendo assim, no prelúdio do estudo temos:

A Controladoria, como área estratégica no contexto de gestão corporativa, deve integrar todas as demais áreas em seus aspectos mais importantes, sendo que os principais seriam as informações e os fluxos informacionais que permitem sua fluidez no contexto organizacional e, configurando-se o mais importante de todos, o fator humano. (GARCIA, 2014, p.29).

Destacando as palavras de Garcia (2014) a importância do fator humano dentro da organização, entende-se que a manivela que faz mover a controladoria é o

fator humano na organização, que tem sido denominado capital humano, forma o que chamamos de microssociedade, dentro do contexto da organização que, por sua vez, desenvolve ou está sujeita a regular-se por uma cultura específica, a qual reconhecemos na literatura de negócios como cultura organizacional. (GARCIA, 2014, p.29)

O ponto imprescindível dentro da organização é o trabalhador, que diretamente desenvolve este corpo social-econômico que se forma baseado nos conceitos profissionais e empresarias influenciado pelo meio de trabalho, fazendo origem a cultura interna da organização. Garcia (2008) pressupõem “é possível perceber que, como o indivíduo está imerso em um volume considerável de situações-problema cotidianas, além de ser um ser cultural é tomador de decisões, e isso faz um agente de transformações do meio”, tais ações são responsáveis por consequências do dia-a-dia e modificam o espaço com o indivíduo em plena capacidade no âmbito do seu conhecimento. Todo indivíduo exposto a situações-problema em seu cotidiano acaba por ser influenciado pelo mesmo em suas tomadas de decisões acerca de suas atividades. Ainda seguindo na linha de raciocínio desenvolvida por GARCIA (2008), “A decisão geralmente traz consigo elementos que levam à crença de que está intrinsecamente ligada ao comportamento e a questões psicológicas do ser humano”, ou seja, subentende-se que o estudioso demonstra a influência do psicológico do indivíduo nas questões dentro do ambiente de trabalho. Assim, todo homem tem sua forma de pensar e agir, um conjunto de crenças que o moldam, e quando se depara com outros ambientes seu desenvolvimento humano-social faz-se adaptar ao meio imerso, “O ser humano é um ser cultura e carrega consigo a própria cultura em tudo que faz, mesmo que se adapte a novas culturas como meio de sobrevivência” (GARCIA, 2014). Entretanto, como somente entender o “ser” sem ter o conhecimento do que é cultura, aquilo que faz com que o indivíduo tenha suas características únicas. Consolidando o conceito de ser-cultural pode-se apontar que é

[...] algo mais do que um conjunto de formas isoladas de comportamento. É a soma total, integrada, das características de comportamento aprendi-

do que são manifestadas nos membros de uma sociedade e compartilhadas por todos. (HOEBEL, 1972, p.208).

Como pode-se verificar a cultura é uma formação cognitiva de fatores que se manifestam em torno do indivíduo, tornando-o parte de uma sociedade. Outrossim, também para DaMatta (1986) a cultura é que nos faz humanos, ela é a mais importante das atividades humanas. Com ela nos criamos em comunidade de língua, costumes, valores, moral, nossa adaptação ecológica ao ambiente em que vivemos, enfim, ganhamos nossa identificação étnica. Com o alinhamento da compreensão de cultura juntamente ao indivíduo vê-se a importância de desenvolver mais formas que possam contribuir com um modo de contemplar a organização como um todo, unificando seus trabalhadores com a mesma, fortalecendo a gestão. Garcia (2014) aborda o assunto com maestria assim defendendo o seguinte:

Abre-se uma oportunidade de aprimoramento do foco da contabilidade no que se refere a olhar a empresa de forma mais abrangente e completa, contribuindo, assim, para que a ciência se desenvolva caminhando para seu fortalecimento como área de gestão, proposta essa inerente à contabilidade. (GARCIA, 2014, p. 46)

Com esta compreensão em desenvolver a amplitude da organização, não somente a parte que compete a finanças, mas juntamente com a parte de gestão, tendo ambos uma formação única de compreensão, e assim destacamos que:

O alinhamento dos valores nas dimensões indivíduo-ambiental e do discurso-prática vai ao encontro do objetivo de proporcionar condições psíquicas favoráveis ao bem-estar social. É imprescindível que haja estudos voltados para a elaboração de modelos que possibilitem o levantamento da percepção individual, favorecendo uma constante reflexão sobre o contexto e relações nele estabelecidas. (GARCIA, 2014, p. 57)

Busca-se apresentar a importância de estudos voltados ao indivíduo e ao ambiente da organização, para aprimorar seus valores e dar condições de bem-estar social, fornecendo suporte a individualidade psicológica de cada um. Garcia (2014) ainda desenvolve que “Para a sociologia, a cultura seria o resultado das experiências individuais do ser humano passando pelas fases de conhecimento, comunicação e ação” pois nesta importância de aprender o conceito da cultura conseguimos seguir com o contínuo intuito racional, o mesmo prossegue:

A partir da definição do que seria a cultura, basta transferir seu conceito para dentro do universo de uma organização para se chegar a definição de cultura organizacional. Desta forma, ela seria o conjunto de princípios, crenças e valores resultantes das interações dos indivíduos que a constituem. (GARCIA, 2014, p. 59)

Desvendando a conceptualização da cultura dentro da organização faz com que se tenha uma visão dos valores impregnados na empresa que regem e interferem no indivíduo, e o mesmo trazendo consigo sua própria cultura adentrando em seu ambiente de trabalho onde se agregam em forma equilibrada de equivalência. No entendimento de Crozatti (1998) um “indivíduo pode adaptar-se à organização sem modificar suas crenças e valores intrínsecos. Neste caso, ele se adaptou a uma nova realidade, porém, sua estrutura interna em termos psicológicos permaneceu inalterada, inclusive norteando o próprio processo de adaptação”. Logo, para o autor, o indivíduo se adapta a organização, em suas regras e valores, mas sem modificar seu cerne como um ser pensante de individualidade própria. Ao assimilar todo este contexto abordado anteriormente, traz-se a importância de revermos a gestão social dentro da empresa que, se não harmonizada corretamente, resulta em consequências ao âmbito do trabalho, assim a

maneira de lidar com as diferenças individuais cria um certo clima entre as pessoas e tem forte influência sobre toda a vida em grupo, principalmente nos processos de comunicação, relacionamento interpessoal no comportamento organizacional e na produtividade. (MOSCOVICI, 1997, p.3)

Como se vê, as diferenças de cada indivíduo tem forte influência no grupo da organização formando-se um certo clima entre eles, e isto é trazido para os demais processos que englobam a organização. O autor Angeloni (2010) apresenta que:

aquela que contempla o diagnóstico do clima organizacional é o comportamental. Esta dimensão relaciona-se com o posicionamento dos indivíduos e envolve preocupações a ele relacionadas, como habilidades comunicativas envolvendo os níveis intrapessoal, interpessoal e grupal. (ANGELONI apud GARCIA, 2014, p.65)

Assim buscando entender o comportamento dos indivíduos entre si no ambiente de trabalho da organização, este diagnóstico que influencia diretamente nas tomadas de decisões, promove o estudo dos comportamentos, tendo em vista as características dos indivíduos como base, neste caso o estudo de indivíduos extrovertidos e introvertidos inseridos na organização. Como vimos anteriormente a importância do indivíduo dentro do ambiente organizacional e sua influência, isso nos faz buscar sua identidade, e para isso o estudo da pesquisa teórica de Carl Jung da psicologia analítica, que irá nos apresentar a base das características de extroversão e introversão, salientando no princípio o seguinte:

Objeto é tudo aquilo que é externo ao indivíduo, enquanto o conteúdo interno do indivíduo recebe o nome de subjetivo. A atitude extrovertida direciona predominantemente a energia psíquica para o objeto, ao contrário da atitude introvertida, que fornece o direcionamento da energia psíquica para o subjetivo. (JUNG apud MOLINARI; RICCIO, 2018, p. 4).

Mostrando que a força psíquica que emana do indivíduo para fora, ou no caso para o objeto, denomina-se ter uma ação extrovertida, e temos esta mesma força psíquica que se condensa trazendo-se para dentro do indivíduo, apresentando-se assim como ação introvertida. Enquanto um libera tal força o outro retrai o mesmo, mostrando que ambos são antônimos. Podemos distinguir que o objeto é o ambiente de trabalho da organização em que o indivíduo está pre-

sente e seu subjetivo é seu “eu”, com isto o extrovertido é aquele que tem mais participação ativa dentro da organização, pois o libido flui para o objeto, e o introvertido com sua interação indiretamente tem menos participação, causa de que o libido flui para o subjetivo. Carl Jung apresenta em seu estudo a desmistificação da personalidade humana em dois tipos de comportamento, o indivíduo introvertido e um extrovertido sendo que:

O introvertido se comporta abstrativamente, está sempre preocupado em retirar a libido [energia psíquica] do objeto como a prevenir-se contra um superpoder do objeto. O extrovertido, ao contrário, comporta-se de modo positivo diante do objeto. Afirma a importância dele na medida em que orienta constantemente sua atitude subjetiva pelo objeto e a ele se reporta. No fundo, o objetivo nunca tem valor suficiente para ele e, por isso, é necessário aumentar sua importância. (JUNG, 1991, p.316)

Na medida que o introvertido busca reter a energia psíquica do objeto, ou seja, suas atitudes na cultura da organização, nos faz entender a total abstinência de interação para com o objeto, salienta-se sua característica quieta e recatada. No desenrolar do extrovertido exerce sua atitude ativa trazendo consigo seu positivismo para o objeto, isto é sua personalidade na procura da expansão, tanto social quanto profissional, ao seu ambiente de trabalho. Dentro de sua obra, Jung enfim chega a sua conclusão desenvolvendo o introvertido e extrovertido, bem como a descrição estudada de suas características básicas que integra esta tipologia junguiana:

Finalmente, fundamentado em muitas observações e experiências, cheguei a apresentar dois tipos básicos de comportamento ou de atitude, ou seja, a introversão e a extroversão. A primeira atitude, quando normal, é caracterizada por um ser hesitante, reflexivo, retraído, que não se abre com facilidade, que se assusta com os objetivos e sempre está um pouco na defensiva, gostando de se proteger por trás do escudo de uma observação desconfiada. A segunda, quando normal, é caracterizada por um ser afável, aparentemente aberto, de boa vontade, que se adapta bem a qualquer situação, se relaciona com facilidade com as pessoas e, não raro, se lança despreocupadamente e confiante em situações desconhecidas sem levar em conta a eventualidade de certos riscos. (JUNG, 2014, p.55)

Esclarecendo por definitivo os traços que marcam tais personalidades os enquadrando definitivamente no estudo. Também temos o estudo de conceito da extroversão e introversão de Von Franz (1996) e Silveira (1981):

Os conceitos de introversão e extroversão são pautados na maneira como o sujeito processa a energia psíquica (libido) em relação ao objeto. Na extroversão, a libido flui em direção ao objeto e, na introversão, a libido recua diante do objeto. A relação do indivíduo como o objeto cria uma circulação da libido, que pode caracteriza-lo como introvertido ou extrovertido. citação da citação (FRANZ; SILVEIRA apud ESPIRITO; FRANCISCO, 2012, p.89)

Pode-se salientar que a personificação do extrovertido e introvertido desenvolvidos por Jung, e o contínuo estudo destas personalidades aponta para:

A natureza reflexiva do introvertido leva-o a refletir ou a meditar sempre antes de agir. Sua situação é, evidentemente, mais lenta. Pela timidez e desconfiança diante dos objetos é levado a hesitar e sempre encontra dificuldades em adaptar-se ao mundo externo. Inversamente, o extrovertido tem um relacionamento positivo com as coisas. Ele é, por assim dizer, atraído por elas. É tentado por situações novas e desconhecidas. Chega a se lançar de corpo e alma em coisas novas, só para conhecê-las. Em geral, age primeiro e só depois reflete. Sua ação é rápida, sem hesitação ou escrúpulos. Ambos os tipos são como que criados para uma simbiose. Um encarrega-se da reflexão; o outro, da iniciativa e da ação prática. (JUNG, 2014, p.66)

Como vimos as características e segue-se o pensamento que, se um introvertido que trabalha na organização acaba por se deparar com questões a serem resolvidas, ele irá refletir muito antes de tomar uma decisão, conseguindo concluir a atividade, e um extrovertido levará pela perspectiva de que conseguira resolver antes mesmo de saber a dimensão do problema e se o mesmo está apto a este problema. O trabalhador extrovertido terá uma melhor desenvoltura em relações de grupo, usando desta artimanha para alcançar sua excelência diante de situações-problema da organização. Sobre a mesma luz que se faz entender estas

personalidades, ambos não são de inteira totalidade extrovertido ou introvertido, mas sim cada qual tem um pouco do outro, destacando-se um como principal e a outro repousa na base do cerne do indivíduo, temos então:

Considerando que nenhum ser humano é exclusivamente introvertido nem exclusivamente extrovertido, ambas as atitudes existem dentro dele, mas só uma delas foi desenvolvida como função de adaptação; logo podemos supor que a extroversão cochila no fundo do introvertido, como uma larva, e vice-versa. (JUNG, 2014, p.67)

De acordo com a extroversão e introversão, o estudo ainda cita que:

Introvertidos não são mais inteligentes do que extrovertidos. De acordo com testes de Q.I., os dois tipos são igualmente inteligentes. E em muitos tipos de tarefas, particularmente aquelas desempenhadas sob pressão temporal e social ou que envolve fazer várias coisas ao mesmo tempo, os extrovertidos saem melhor. Extrovertidos são melhores que introvertidos ao lidar com excesso de informação. A reflexão dos introvertidos utiliza muito da capacidade cognitiva, de acordo com Joseph Newman. [...] Os extrovertidos parecem alocar a maior parte de sua capacidade cognitiva em um objetivo eminente, enquanto os introvertidos usam sua capacidade para monitorar como a tarefa está sendo desempenhada. (CAIN, 2017, p.168)

Os introvertidos têm sua aptidão em controle e acompanhamento silencioso, onde consegue ter a visão das tarefas e atividades em execução e os extrovertidos em alvoroço para a execução e finalização das suas responsabilidades profissionais com seu trabalho. Entende-se que os dois são paralelos em sua inteligência e sua personalidade não os qualifica tanto para positivo como para negativo, mas eleva o ambiente empresarial em sua cultura organizacional. Sabendo como coloca-los em suas devidas atividades, sua personalidade irá se encaixar, fazendo seu potencial amplificar resultando em excelência satisfatória, tanto para a empresa quanto para o empregado. Na elaboração do contexto conseguiu-se ver a importância do indivíduo e suas características, como a extroversão e a introversão, isto nos faz entender a importância do indivíduo e para

complementa-lo investigaremos a importância da controladoria para a gestão da organização. Para isso, Padoveze (2003) demonstra em seu estudo o conceito da controladoria:

A Controladoria é uma ciência autônoma e não se confunde com a Contabilidade, apesar de utilizar pesadamente o instrumental contábil. (...) Em nossa opinião, a Controladoria pode ser entendida como a ciência contábil evoluída. Como em todas as ciências, há o alargamento do campo de atuação; esse alargamento do campo de abrangência da Contabilidade conduziu a que ela seja mais bem representada semanticamente pela denominação de Controladoria. (PADOVEZE, 2003, p.3)

Averiguando mais a fundo pode-se destacar a responsabilidade da controladoria como a ferramenta que dá sustento e locomoção ao sistema de informação da gestão da organização onde é desenvolvida, quem afirma este conhecimento é Monteiro, et al (2015 p.67), citando, a “Controladoria tem responsabilidade na construção e manutenção do sistema de informação da gestão da entidade, pois é responsável por gerar as informações adequadas para a tomada de decisão. Proporcionando um princípio de continuidade e a procura de excelentes resultados”. Absorvendo as sábias palavras de Monteiro, consegue-se chegar a um entendimento que o indivíduo necessita deste mecanismo, que é a controladoria, chegando na tomada de decisão da melhor forma em excelência para a gestão da organização.

Somando-se ao contexto da importância da controladoria, temos Martins (2005) diz que seu propósito é de assegurar informações adequadas no processo de decisão dos gestores, com isso ajuda na busca pela eficácia, considerando aspectos econômicos. Com tudo isto, se a gestão precisa de informação processada para sua tomada de decisão é certo dizer que, quem processa toda esta informação necessária é a controladoria, sua importância é colossal para o gestor na organização. Depreende-se que “[...] é função da Controladoria dar suporte ao processo de gestão, haja vista que esta realiza atividades de produzir informações operacionais e estratégicas, as quais são de fundamental importância para o processo de gestão”. (BORINELLI, 2006, p. 142). Compreende a relevância

significa da controladoria para a gestão, no avanço de seu processamento de informações que fomentarão a gestão da organização, dando suporte para ter alcance a suas metas e decisões.

Para termos uma melhor visão sobre este assunto, a respeito dos introvertidos e extrovertidos no ambiente da controladoria, elaboramos um questionário que tem como foco analisar o indivíduo e sua personalidade dentro do ambiente de trabalho, tentando investigar seus comportamentos no ambiente da controladoria na organização. Com isto, o questionário foi entregue a sete (7) empresas privadas do setor de controladoria. Todas estas empresas encontram-se no Vale do Itajaí, estado de Santa Catarina. Acentua-se o comprometimento dos trabalhadores que se dispuseram a responder este questionário e as empresas que autorizaram a distribuição do mesmo em seus respectivos setores de controladoria. Sobre a análise de todos os questionários podemos destacar que 61,90% dos pesquisados é do sexo masculino e 38,10% do sexo feminino, todos têm ensino superior concluído, sendo que alguns estão cursando e outros já possuem especialização lato sensu. Nesta pequena imersão as informações vemos que todos são instruídos em níveis de ensino superior. Uma maioria de 76,19% são trabalhadores carregam experiência de muitos anos dentro da controladoria, com peso de conhecimento relevante, e 23,81% são trabalhadores em seu primeiro ano no setor.

Sendo assim, primeiramente foram questionados se gostam de trabalhar sozinhos dentro da empresa com suas devidas funções, 57,14% teve essa preferência em trabalharem sozinhos, dando o entendimento que ao desenvolver suas atividades dentro da controladoria preferem ficar sozinhos e concentrados, desenvolvendo suas atividades, concluindo que é mais proveitoso e produtivo. Apurou-se também que 42,86% que declararam esta mesma questão negativamente, não tendo inclinação para trabalharem só. Questionados se têm preferências em trabalharem individualmente ou em grupo, mais da metade escolheram o trabalho individual, com porcentagem de 52,38%, e 42,86% dos demais escolheram o trabalho em grupo. Somente com essas porcentagens conseguimos enxergar que os trabalhadores que optaram por atividades individuais são mais

introvertidos, pois deixam fluir seu libido para dentro de si, e os que escolheram trabalhos em grupo apresentam aptidão a serem extrovertidos, liberando sua energia psíquica para o ambiente empresarial, baseando-se assim na descrição clínica de Carl Jung das características de pessoas de personalidade de extroversão e introversão.

Na questão anterior, que pede para escolher se preferem trabalhar em grupo ou individualmente, foi solicitado que justificassem suas respostas, utilizando a *maiêutica*²⁶, instigando eles a pensarem o porquê de suas escolhas, assim conseguindo desmistificar as barreiras do indivíduo sobre seus afazeres trabalhistas, ao nosso ver esta questão levanta muito do potencial da característica do trabalhador que a organização poderia utilizar a seu favor, colocando-o em ambientes e atividades que o potencial do empregado poderia ser melhor aproveitado. Nas justificativas, os que escolheram o trabalho individual, com 52,38%, compartilham características similares em suas respostas, seriam elas como o melhor aproveitamento do tempo para desenvolver seu trabalho juntamente com a potencialização de sua concentração e o poder de desenvolver o trabalho em formas que possam concluí-la sem interferência de outrem para que não retarde seu desenvolvimento, conseguindo se organizar melhor e com o desenrolar de sua atividade no trabalho individual consegue ter a autonomia na tomada de decisão. Poucos ainda citaram que na presença de atividades em grupo a falta de desinteresse de outros trabalhadores fazem com que não consigam chegar em uma conclusão eficaz ou até mesmo finalizar em tempo hábil deixando assim, aqueles que necessitam do retorno deste trabalho, em atraso.

Já aqueles que preferiram o trabalho em grupo, com 42,86%, enfatizam a troca de experiências e vivência no ramo, juntamente com a diversificação de ideias e formas mais eficazes de chegarem a sua meta, um desenvolvimento mais ágil, um ambiente em grupo que faz com que deixe fluir as soluções para o problema mais rápido, mostrando caminhos alternativos e tendo uma análise coletiva de qual opção pode ser mais relevante para o determinado assunto em

26 Maiêutica = Método socrático que consiste na indagação de perguntar o “Por que”, fazendo com que o interlocutor descubra suas próprias verdades.

questão. Trabalhadores que acreditam na facilidade de solucionar atos e fatos da empresa juntamente com um grupo comprometido.

Salientarmos que ainda houve alguns questionários que não foram respondidos, apresentando ausência da marcação na resposta juntamente com a justificativa em branco, por este motivo temos o percentual de 4,76% de respostas em branco. É de suma importância entendermos esta questão por completo, nela visamos como o indivíduo consegue interferir na cultura organizacional pois suas preferências nos remete a desenvoltura de suas atividades dando ao ambiente da entidade o mecanismo de ação no interior da gestão. Quando questionados se acreditam serem dinâmicos no ambiente de trabalho surpreendentemente tivemos uma porcentagem de 85,71% se considerando dinâmicos, de forma que nos faz refletir que o dinamismo pode ser praticado tanto em grupo assim como no individual. Apesar do “ser dinâmico” ser uma característica forte em extrovertidos ele também está presente nos introvertidos, como já citado neste estudo ambos compartilham um pouco do outro levando a considerar que ninguém é totalmente extrovertido e vice-versa, seu dinamismo silencioso é uma forte arma dentro de seu setor de controladoria, isto faz com que ele seja rápido em suas incumbências. O dinamismo em grupo pode ocorrer muito forte como a troca de informações e soluções coletivas, a comunicação destas informações para melhores desempenhos. Ao averiguarmos tal questão podemos ver que o mesmo chega a ser uma afirmação dos levantamentos esclarecidos anteriormente, somente 14,29% não se consideraram dinâmicos no ambiente de trabalho.

Perguntados como classificam seu trabalho em eficaz ou eficiente, sendo eficácia a definição de ter feito sua função com perfeição e eficiência é ter feito o trabalho além do pedido, 23,81% se consideraram eficazes e eficientes em 76,19%. Um método de visibilizar como eles se vê perante as experiências de trabalho que tiveram. O extrovertido, na maior parte, sempre tentará buscar mais a sua volta e o introvertido manterá sua estabilidade dentro do necessário. É importante lembrar que esta pesquisa é uma forma de buscar saber como extrovertidos e introvertidos se comportam no ambiente da controladoria na organização, olhando as formas de suas tomadas de decisões perante os questio-

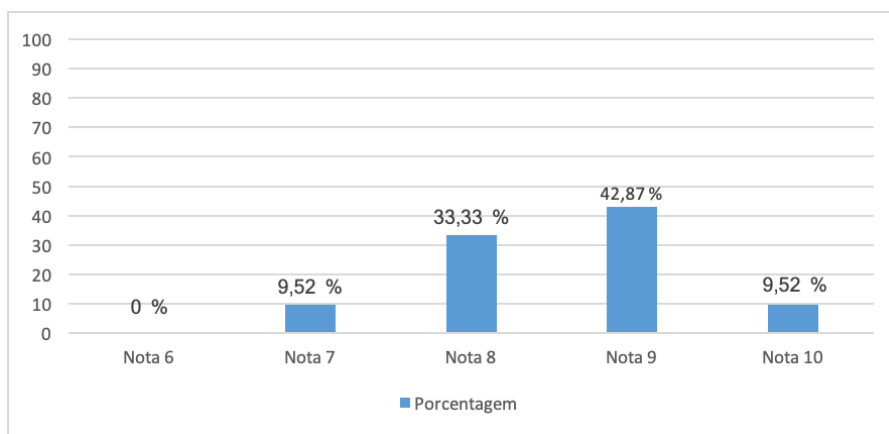
namentos e a formação de suas escolhas. Com isto os trabalhadores confrontaram-se com a questão que os pede para se autoavaliar com nota de 6 a 10, sendo o seguinte:

Quadro de Notas em Conceito

6 = Ruim	7 = Regular	8 = Bom	9 = Muito Bom	10 = Excelente
----------	-------------	---------	---------------	----------------

Para melhor visualização destas notas e suas relevâncias foi desenvolvido um gráfico, que segue a baixo:

GRÁFICO 1 - Porcentagens das Notas de Autoavaliação



Fonte: Os autores

Há diferença de 4,76% sobre a totalização das porcentagens das notas que corresponde a respostas em branco, encontrados nos questionários. Extrovertidos tem uma autoconfiança muito elevada, já os introvertidos são mais questionadores, e dependendo dos casos não dão o seu devido valor. Parando para analisar sobre esta visão temos a divisão quase que equilibrada de indivíduos com características de extroversão e introversão nas empresas pesquisadas dentro do ambiente da controladoria, com a soma das duas notas mais elevadas,

que podemos classificar por termos mais extrovertidos com o firmamento de seu eu juntamente ao seu ego, em 52,39%, e os introvertidos com suas questionáveis dúvidas e a tendência a não ter a ideia de seu real valor com 42,85%. Lembrando que tais características não são totalmente generalizadas, mas sim alguns sinais que se sobressaem na maioria de suas características. Indagados se em seus devidos trabalhos quando cometem um erro e são repreendidos sobre o ato, eles levam a crítica como algo construtivo ou se cobram pelo erro, em torno de 57,14% se cobram pelo erro e 38,10% levam tal fato como algo construtivo e ainda tivemos 4,7% das respostas em branco.

Em outra questão abordado o interessante foi que 85,71% dos funcionários questionados sentem-se confiantes quando se deparam com novas atividades inclusas em seu ambiente de trabalho e apenas 14,29% são inseguros com atividades novas. Sabemos que o indivíduo é a grande ferramenta da organização e sem ele não teríamos a cultura organizacional, tanto suas ações como um ser único de personalidade e como um profissional são deveras importantes para a organização. Sobre a questão “Você acredita que sua personalidade pessoal interfere no desenvolvimento de seu trabalho e no ambiente organizacional onde atua?”. Tivemos 71,43% que acreditam que sim, suas características interferem nas atividades profissionais e sociais da organização, o empregado é o espelho da empresa em que atua, e vice-versa. E 28,57% consideram que não influencia seu eu dentro da organização. Isto faz com que nos questionemos, se todos nós tivéssemos consciência que, como indivíduos, interferimos no ambiente a nossa volta em todos os aspectos, teríamos uma evolução cognitiva positiva.

Todos tiveram que justificar suas respostas perante ao questionamento anteriormente apresentado, dos 28,57% que acreditam não influenciar o ambiente de trabalho expõem em suas justificativas que, diante de sua postura profissional separam o trabalho de suas vidas pessoais, mas mantendo o companheirismo entre colegas, demonstrando sempre seu objetivo nas atividades vindouras. Já as porcentagens de 71,43% que escolheram a alternativa que acreditam que a personalidade do empregado influencia no trabalho manifestaram-se com afirmações, que suas formas de lidarem com as atividades e com seus colegas, como

dinamismo e organização, interfere no ambiente juntamente com sua personalidade, como a busca pela excelência de seu trabalho, de tal forma que faz com que aqueles que convivem ao seu redor, tanto diretamente quanto indiretamente, sejam influenciados pela mesma. Alegam ainda que não tem como ser uma pessoa na vida pessoal e outra na profissional, mesmo que apresentem uma postura mais casual no ambiente de trabalho, acabam por levar um pouco de sua vida pessoal para a organização. Outros ainda exibem que deve se haver interação de grupos e nesta interação sua personalidade acaba por persuadir, ou conquistar, outras pessoas do trabalho, dando suas características presentes fazendo com que isso seja visto pela organização e até mesmo consiga uma promoção dentro de seu emprego como líder, chefe de setor e outros. A colocação do “eu” no trabalho também é um ponto onde eles alegam ter, que remete a transparência de sua pessoa com os demais.

As igualdades de suas justificativas são fortes, especialmente os que totalizaram grande porcentagem onde acentuaram com afinco a quase impossibilidade da divisão do seu eu, da vida pessoal com o do trabalho. Crer que o indivíduo é inteiramente único e transparente, como um todo. Em seguida foram questionados se dentro do ambiente de trabalho se consideravam extrovertidos ou introvertidos, do total 52,38% se consideraram extrovertidos e 47,2% introvertidos. Vale lembrar que após feitas todas as perguntas inteiramente, conseguimos deslumbrar as escolhas que os empregados decidiram, a forma com que podem ser melhor aproveitados e conseguir entendê-los dentro do ambiente empresarial da cultura organizacional da organização. Aos deslumbrarmos o estudo apresentado, possibilita-se a abertura de um entendimento mais amplo a respeito da cultura organizacional, em seu contexto e desenvoltura para com a empresa, trazendo o trabalhador como o ponto a ser destacado pela sua individualidade e sua própria cultura interna, transformando o ambiente da organização, não somente como forma de trabalho, mas sim a forma de compreender a importância deste fator humano que é o trabalhador.

Levando consigo sua personalidade, extrovertida e introvertida, para o interior da organização, faz com que suas tomadas de decisões sejam baseadas na

forma do seu eu, influenciando diretamente no âmago do ambiente empresarial onde está presente, difundindo a pessoa individual, inserindo-a na sociedade da organização e num grande movimento contínuo de valores, princípios e doutrinas que ramificam suas ações e sua personalidade profissional. Identificando como podemos ponderar as formas que possibilitam aplicar nossas atividades no cerne das operações oriundas da controladoria, que nos concede a entender seus cooperadores a fim de minimizar problemas futuros, prevenindo-se com diagnósticos de sua cultura organizacional juntamente ao seu ambiente de trabalho para com o trabalhador, fazendo que o mesmo tenha suas habilidades e capacidades em formação paralela de aproveitamento. A importância deste estudo em buscar o comportamento dos extrovertidos e introvertidos na controladoria, faz com que as empresas se alertem para identificar tais sinais, a relevância do indivíduo para com a organização nos faz refletir que ao entendermos o funcionário, como um ser de cultura que trabalha em seu setor, temos a dimensão do impacto de este é, pois, seu conjunto formam organizações diversas e sua forma de pensar e agir é o que faz o mercado girar. Estudar o indivíduo não é somente estudar como se comporta, mas como ele pode fazer a diferença para aprimorar cada vez mais seu ambiente empresarial e alavancar seu profissionalismo e o reconhecimento de suas ações.

REFERÊNCIAS

BORINELLI, M. L. Estrutura conceitual básica de controladoria: sistematização à luz da teoria e das práticas. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Teles/Downloads/Tesemarcioborinelli%20(1).pdf. Acesso em: 08 de julho de 2018.

CAIN, Susan. O poder dos quietos: como os tímidos e introvertidos podem mudar o mundo que não para de falar. Trad. Ana Carolina Bento Ribeiro. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

CROZATTI, J. Modelo de gestão e cultura organizacional. Caderno de estudos da FIPECAFI, São Paulo, v. 10, n. 18, maio/ago. 1998.

DaMATTA, R. Explorações. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

ESPIRITO, Ádhila Carlos Oliveira de; CASTRO, Paulo Francisco de. Avaliação da tipologia psicológica observada em uma amostra de estudantes de um curso de psicologia. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Juiz de fora, v. 5, n. 1, p. 86-107, jun. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202012000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 jul. 2018.

GARCIA, Regis. Controladoria. Londrina – PR: UNOPAR 2014.

_____, Regis. O processo de decisão: investigação teórico-empírica da mudança do paradigma analógico para o digital no ramo fotográfico brasileiro. 2007. 208 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) UFPR, Curitiba, 2008.

HOEBEL, A. E. A natureza da cultura. In: SHAPIRO, Harry L. (Org.) Homem cultura e sociedade. 2. ed. Tradução de G. Robert Coaracy e Joanna E. Coaracy. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

JUNG, Carl Gustav. Psicologia do inconsciente. Trad. Maria Luiza Appy. 24. ed. Petrópolis, Vozes, 2014.

_____, Carl Gustav. Tipos psicológicos. Trad. Lucia Matilde Endlich Orth. Petrópolis, Vozes, 1991.

MARTINS, O.S. O planejamento em micro e pequenas empresas comerciais: planejamento através da controladoria. 2005. (Monografia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Contabilidade, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2005.

MONTEIRO. E.L.M. et al. A controladoria e o controller no processo de gestão organizacional. UNISEPE/FVR. 2015. Disponível em: <<http://unifia.edu.br>>. Acesso em 09 de julho de 2018.

MOSCOVICI, F. Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. Controladoria estratégica e operacional: conceitos: estrutura, aplicação. São Paulo. Pioneira Thomson, 2003.

4

O CONCEITO DE TÉCNICA EM ORTEGA Y GASSET, MARTIN HEIDEGGER E ÁLVARO VIEIRA PINTO

*José Ernesto de Fáveri²⁷
Sandro Luiz Bazzanella²⁸*

Na contemporaneidade o progresso da técnica na forma de novas “tecnologias” assume papel central nas discussões que permeiam o debate em torno do desenvolvimento das sociedades. Desta forma urge a necessidade de estudos e pesquisas não só referentes às novas descobertas, aos avanços científicos e tecnológicos e sua aplicação, mas, sobretudo no campo teórico e conceitual é preciso questionar: O que é a técnica? O que a caracteriza? Notadamente os conceitos de técnica e tecnologia são utilizados indiscriminadamente pelo senso comum desprovido de apreço e rigor conceitual, quanto ao sentido de um e de outro. O que a princípio poderia parecer uma confusão desprezível e ocasional, para Pinto (2005), isto não ocorre por acaso, mas essa situação é fruto de interesses das elites dominantes, que desejam conservar esta imprecisão conceitual, o que o

²⁷ Graduado em Filosofia e Pedagogia, especialização Orientação educacional, Mestrado em Educação: Ensino Superior (FURB), doutorado na área da Educação (UFSCar), docente e pesquisador na UNIDAVI, Rio do Sul (SC). E-mail: faveri@unidavi.edu.br

²⁸ Graduado em Filosofia (IFCILD/RS). Mestrado em Educação e Cultura (UDESC). Doutor em Ciências Humanas (UFSC). Professor de Filosofia na graduação e no do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – Campus Canoinhas. E-mail: sandro@unc.br

referido autor chama de “ideologização da tecnologia”. “Uma vez convertida em ser, em coisa em si, a técnica passa a exercer por si mesma, efeitos como realidade que supõe ser” (PINTO, 2005, p. 177). Desta forma, para efeitos deste estudo entende-se que “Há sem dúvida uma ciência da técnica, enquanto fato concreto e por isso objeto de indagação epistemológica. Tal ciência admite ser chamada de tecnologia” (PINTO, 2005, p. 220). Para garantir uma análise consistente da técnica e, de seu caráter social, é necessário superar a tentação dos devaneios metafísicos e abstratos. Para tanto, a técnica, tem de ser concebida como uma sucessão de atos criadores efetuados pelo homem sobre o mundo. Inclusive o ato criador dos instrumentos e das máquinas como resultantes da capacidade criadora do homem para realizar ações sobre a realidade, com o fim de transformá-la de forma cada vez mais elaborada, do ponto de vista técnico, para melhorar as condições materiais da vida do ser humano. A técnica, compreendida sobre este ângulo está relacionada com o trabalho-ação que incide diretamente no desenvolvimento da capacidade ideativa e criadora do ser humano. Dessa forma,

Unifica a racionalidade objetiva à racionalidade subjetiva em que dialeticamente uma vai aperfeiçoando a outra ao longo da história das ações humanas. Isto é, a técnica converte-se numa propriedade inerente à ação humana sobre o mundo e exprime por essência a qualidade do homem, como o ser vivo, único em todos o processo biológico que se apodera subjetivamente das conexões lógicas existentes entre, os corpos e os fatos da realidade, as transfere, por invenção e construção, para outros corpos, as máquinas, graças aos quais vai alterar a natureza, com uma capacidade de ação imensamente superior à que caberia aos seus instrumentos inatos” (PINTO, 2005, p. 136).

Esse modo de compreender a técnica possui como finalidade última adaptar a natureza as necessidades vitais do ser humano, a fim de melhorar qualitativamente as condições materiais e ideais do mesmo ser. Assim, a técnica está embutida no êxito da ação humana sobre o mundo material definindo modos de proceder cada vez mais complexos em cada momento da história da humanidade. O homem torna-se sujeito e não objeto da técnica. Sob tais pressupostos, o objeto do presente estudo reside em torno da concepção de técnica presente no

pensamento do filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883 a 1955), mais especificamente em sua obra: “Meditação da Técnica” (1963), do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909 – 1987) em sua obra: “O Conceito de Tecnologia” Vol I (2005) e do filósofo alemão Martin Heidegger (1889 a 1976) a partir do texto: “A questão da técnica”, publicado na segunda metade dos anos 50 do século XX.

Salvaguardadas as diferenças teóricas, conceituais advindas dos específicos contextos sociais e políticos, europeu no caso de Ortega Y Gasset e Heidegger e, brasileiro no caso de Álvaro Vieira Pinto e, que se desdobram em suas respectivas percepções e análises filosóficas, o que aproxima tais pensadores em torno da questão da técnica é o fato de que são homens que vivenciaram os grandes conflitos mundiais das primeiras décadas do século XX, os horrores perpetrados pela racionalidade técnica instrumental nos campos de concentração e, outros tantos conflitos que se desenrolaram ao longo do século ceifando vidas, impondo sofrimento, subdesenvolvimento e, miséria à culturas, povos e países. Sob tais pressupostos, iniciamos com uma premissa heideggeriana expressa em seu célebre texto: “A questão da técnica”: “A técnica é o destino de nosso tempo”. Seguramente, pode-se dizer que a técnica é o destino do Ocidente desde seus primórdios. A técnica, esta capacidade criativa humana de fabricar instrumentos para o alcance de determinados fins, acompanha o ser humano desde seus primórdios na longa caminhada humanizadora do mundo. No mundo grego antigo, têm-se conhecimento a partir da obra de Aristóteles, que a *téchne* está intimamente ligada à dimensão da estética. Para o filósofo estagirita a arte se ocupa da beleza que reflete um tipo ideal de realidade que na natureza se apresenta de forma imperfeita.

Para Aristóteles o belo é um bem, um valor universal desejável e alcançável pela via racional, mas também pela via prática no exercício ético e político da *polis*. Proporciona aos seres humanos a agradabilidade na contemplação das formas, do cosmo, da existência e da vida. É um bem que agrada aos seres humanos e está vinculado ao plano das faculdades cognitivas que procuram reconhecer na natureza, nos objetos e na própria vida, a ordem, a simetria e a determinação. Sob tais pressupostos, a técnica se apresenta como uma forma de conhecimento,

de atividade do espírito, de engenhosidade, de criatividade humana e, enquanto tal se constitui na forma de atividade produtiva e prática. A técnica é potência de fazer, de materializar ideias, de colocá-las em ato através do campo produtivo. A obra “Meditações da Técnica”, do filósofo Ortega y Gasset define a técnica como o conjunto dos atos técnicos empreendidos pelo homem na modificação do mundo, na reforma que o homem impõe à natureza, modificando-a no intuito de satisfazer necessidades e vontades. A técnica materializa-se como intensa e enérgica reação contra a natureza e suas forças, trazendo ao mundo, à existência, um conjunto de objetos e de seres que passam a fazer parte do projeto existencial humano.

De onde resulta que estes atos modificam ou reformam a circunstância ou natureza, conseguindo que nela haja o que não há – seja que não existe aqui e agora quando se necessita, seja que em absoluto não existe. Pois bem, estes são os atos técnicos, específicos do homem, o conjunto deles é a técnica, que podemos, desde logo, definir como a reforma que o homem impõe à natureza em vista da satisfação de suas necessidades. (...). É, pois, a técnica, a reação enérgica contra a natureza ou circunstância que leva a criar entre esta e o homem uma nova natureza posta sobre aquela, uma sobre natureza. (GASSET, 1963, p. 14).

Para Ortega y Gasset a importância estratégica da técnica na modernidade se apresenta na medida do aumento das necessidades humanas, “sabemos que as necessidades humanas são objetivamente supérfluas e que somente se convertem em necessidades para quem necessita o bem-estar e para quem viver é essencialmente viver bem.” (GASSET, 1963, p. 22). Sob os imperativos da sociedade da produção e do consumo, a técnica torna-se um fim em si mesmo, um dispositivo vital sem o qual se torna quase impossível pensar a vida contemporaneamente. A técnica dispõe, usufrui e reforma a vida, na medida em que potencializa os desejos humanos transformando-os em necessidades que se materializam na intensidade produtiva e, na voracidade do consumo cotidiano de objetos, de relações e do mundo que circunscreve a condição humana caracterizando a forma-de-vida contemporânea.

(...) o empenho do homem por viver, por estar no mundo, é inseparável de seu empenho de estar bem. Mais ainda: que vida significa para ele não simples estar, mas bem-estar, e que somente sente como necessidades as condições objetivas do estar, porque este, por sua vez, é suposto do bem estar. (...). O bem-estar é a necessidade fundamental para o homem, a necessidade das necessidades. (GASSET, 1963, p. 20).

A busca da felicidade, do viver bem, reside na disposição, na capacidade de desenvolvimento e aplicabilidade da técnica, que pode permitir ao ser humano a longevidade, o corpo ideal, à vida saudável e prazerosa. Assim, se uma parte da vida humana está ligada ao que se pode denominar de natureza e que constitui sua dimensão biológica, que submete o humano as leis da necessidade, a outra dimensão da vida humana é aquilo que se constrói que se cria, que se inventa culturalmente, a partir dos entes e dos elementos que a natureza disponibiliza. Assim, o empreendimento humano tem em sua capacidade técnica as condições de submeter a natureza, o mundo que lhe é externo a seu serviço, aos seus interesses. Porém, o exuberante desenvolvimento da técnica apresenta sinais inequívocos de domínio sobre a própria condição humana. Ou seja, a racionalidade técnica e instrumental alcançou tal estágio de desenvolvimento que a própria condição humana se torna refém da técnica. É esta capacidade de criação, de invenção, de trazer ao mundo humano objetos culturalmente construídos que se denomina de técnica. A técnica se apresenta em uma de suas dimensões na capacidade humana de trazer à existência e ao mundo humano, objetos, coisas e seres que não se apresentam num primeiro plano na existência natural de forma imediata. Mas, a capacidade e a necessidade humana de inventar a vida impulsionam a capacidade do homem de enfrentar a natureza, manipulando-a e exigindo que a mesma entregue o que é necessário e de interesse para o bem viver humano.

E precisamente a essa vida inventada, inventada como se inventa um romance ou uma peça de teatro, é ao que o homem chama de vida humana, bem-estar. A vida humana, pois, transcende da realidade natural, não lhe é dada como lhe é dado à pedra cair e ao animal o repertório rígido de seus atos orgânicos – comer, fugir, nidificar, etc. – Senão que o homem a

faz, e este fazer a própria vida começa por ser a invenção dela. (GASSET, 1963, p. 33).

É neste contexto de invenção da vida humana, de construção do mundo, que o ser humano aposta na técnica, a ponto de transformá-la contemporaneamente num fim em si mesma, passando a dispor do mundo, da totalidade da existência humana. O sujeito cognoscente traz consigo a necessidade de um método que lhe permita alcançar conhecimentos que, doravante, poderão ser estabelecidos sobre o mundo, sobre a existência, sobre a natureza, sobre sua condição humana e suas relações vitais. Para Ortega y Gasset “o sentido e a causa da técnica estão fora dela; isto é: no emprego que dá o homem a suas energias disponíveis, libertadas por aquelas. A missão inicial da técnica é essa: dar franquia ao homem para poder dedicar-se a ser ele mesmo.” (GASSET, 1963, p. 46)

Porém, no capítulo XII de sua obra acima citada, intitulado: “O TECNICISMO MODERNO – OS RELÓGIOS DE CARLOS V – CIÊNCIA E OFICINA – O PRODÍGIO DO PRESENTE”, o filósofo abre o capítulo com a seguinte frase: “O tecnicismo da técnica moderna se diferencia fundamentalmente daquele que inspirou todas as anteriores”. (GASSET, 1963, p. 93). O termo a ser destacado nesta passagem é “tecnicismo da técnica”. Ou seja, o filósofo aponta para a instrumentalidade da técnica. A técnica que se apresenta como uma das principais artes que acompanha o ser humano em seus esforços de constituição de um mundo que abrigue adequadamente a vida humana, passa na modernidade e, sobretudo na contemporaneidade a apresentar-se como ameaça aos seres humanos, ao mundo humano. Ortega y Gasset provavelmente vivenciou nas primeiras décadas do século XX a ação pavorosa da instrumentalidade da técnica nos campos de batalha da Primeira Grande Guerra Mundial, ou os efeitos da Segunda Revolução Industrial de meados do século XIX em diante, marcados pela precarização da vida das massas de trabalhadores, que a despeito do aumento da capacidade produtiva se encontravam em sua maioria alijados da participação na riqueza tecnicamente produzida.

Sob tais pressupostos, Ortega y Gasset reflete sobre a passagem da técnica enquanto meio a serviço do homem ao longo dos tempos para na modernidade assumir uma condição instrumental e, nesta direção apresentar-se como ameaça ao mundo e a condição humana. Gasset reconhece a importância da técnica como o âmbito por excelência dos meios que permitiu aos seres humanos criar um mundo que acolhesse a vida humana, mas ao mesmo tempo chama atenção para o fato dos riscos implicados na ausência do questionamento sobre a técnica transformada em fim, em condição destinal do mundo humano. É neste contexto de profundas e rápidas transformações tecnológicas, científicas, espaço-temporais que estamos vivenciando que trazemos Heidegger ao centro deste debate, por entender que suas reflexões podem nos ajudar a compreender a questão da técnica sobre a urgência de uma concepção temporal que nos permita retomar a experiência técnico-produtiva fundante da condição humana, demasiadamente humana. Neste sentido, é sintomático o fato de que a principal obra do filósofo alemão intitula-se: “Ser e Tempo”. Porém, no texto: “A Questão da Técnica”, conferência proferida por Heidegger na Escola Técnica Superior de Munique em 18/11/1953, o filósofo alemão, coloca em jogo o questionamento da essência da técnica como condição para se pensar a vida nas formas como ela se apresenta (*Dasein*) na contemporaneidade. Para Heidegger a técnica não é a mesma coisa que a essência da técnica. A essência da técnica não é de modo algum, coisa que se reduza ao âmbito técnico. Partir do técnico como condição de sua essência não possibilita alcançar a essência, o que limita a liberdade de pensar as implicações sobre a vida, sobre as possibilidades de ser e estar (apresentar-se) no mundo. Heidegger insiste que permanecer no âmbito do técnico como o essencial é, em última instância, negar a liberdade pelo fato de considerar a técnica como algo neutro. Heidegger, “considera nuestro tiempo como la época del predominio incondicionado de la esencia de la técnica moderna, esencia que llama *das Ge-stell*: lo dispuesto, el dis-positivo, la im-posición, la posición-total. Esta esencia es un modo de destinarse el *ser* al hombre, y a ella corresponde este (...)” (GUERRA, 2006/2007, p.12).

Questiona-se a técnica ao questionar o que ela “é”, o seu “ser”. Aquilo que lhe dá identidade, que possibilita a aproximação de seu entendimento diante das possibilidades e dos matizes do que pode ser o real. A concepção moderna de técnica parte do pressuposto de que ela é um meio e um fazer humano, o que a caracteriza por sua determinação instrumental e antropológica. Porém, para Heidegger, ao definir-se a técnica como meio para fins, ou, a permanência deste caráter instrumental, faz com que todo esforço de conduzir o homem a uma adequada relação com a mesma, seja determinado pela concepção instrumental da técnica, levando a uma visão precarizada, comprometendo um adequado posicionamento diante das prerrogativas técnicas que se apresentam na modernidade à medida que a transformam num fim em si mesma e reduzem as condições de possibilidade do pensamento e da ação humana remetendo-a à condição de conformidade, a atuar na operacionalização de formas otimizadas da técnica, enquanto meio. A partir desta visão instrumental da técnica, Heidegger adverte de que a correta determinação da técnica não permite alcançar sua essência. O que é meramente correto, talvez, não seja imediatamente verdadeiro e somente o que é verdadeiro nos leva a uma relação livre com o que nos toca, a partir de sua essência. Uma das possibilidades de “des-ocultar” o que a técnica “é” ou pode “ser”, é remeter à sua causalidade instrumental. Ou seja, reconhecer na técnica, na sua redutibilidade fechada em si mesma e desprovida de finalidade para além de sua própria expressão, a dimensão meramente instrumental, operacional. Para os modernos, *causa* significa *aquilo que efetua*, que faz com que algo surja dessa ou daquela maneira como resultado, diferentemente, do modo de os gregos pensarem, para quem *causa* significa *aquilo que compromete* uma outra coisa.

Há séculos a filosofia ensina que há quatro causas: 1. a *causa materialis*, o material, a matéria (...). 2. a *causa formalis*, a forma, a figura, na qual se instala o material; 3. a *causa finalis*, o fim (...) requerida e determinada segundo matéria e forma; 4. a *causa efficiens*, o forjador da prata que efetua o efeito, a taça real acabada. (HEIDEGGER, 1997, p. 47).

Estas quatro causas apresentam-se como modos de comprometimento que permitem algo aparecer, apresentar-se à existência. Deixam algo surgir na “pré-sença”, liberam algo e, com isso, situam-se num completo surgir. O comprometimento é o traço fundamental desse deixar situar no surgir. O comprometimento está situado na essência da causalidade pensada pelos gregos. O que está em jogo para os gregos é pensar o produzir em toda sua amplitude, na relação com a *physis*, na relação com a totalidade daquilo que é e que se apresenta para a existência. “De acuerdo con la concepción griega, la *physis* es la *póiesis* en el sentido más pleno y elevado. La *póiesis* humana es analógica a la de la naturaleza. Se trata de una producción de lo *artificial*; es decir, de lo que no surge *por naturaleza*” (LINARES, 2003, p. 29).

O produzir não se reduz ao que é feito manualmente, ao objeto que é levado a aparecer mecanicamente no mundo. É também o que, a partir de si, emerge seu sentido e, os sentidos que propõem a existência em seu entorno são um produzir. Sendo assim, o que se apresenta, tem em si a irrupção do produzir no comprometimento consigo e com o mundo, com a *physis*. O produzir leva do “ocultamento” para o descobrimento, é o trazer ao mundo, ao plano da existência, da reversibilidade, na medida em que algo oculto chega ao desocultamento, à verdade, como a exatidão da representação. A técnica apresenta-se para os gregos como um modo de desabrigar, de desocultar o ser, de trazer à existência, de alcançar a verdade. Ela desabriga o que não se produz sozinho e ainda não está à frente e que, por isso, pode aparecer e ser notado. O decisivo na concepção técnica do mundo antigo é a sua possibilidade de desabrigar, de trazer à existência, essencializando-se no âmbito onde acontece o desabrigar, o desocultamento.

No contraponto com as prerrogativas da técnica no mundo antigo, para Heidegger, a questão decisiva apresenta-se da seguinte forma: “*de que essência é a técnica moderna*”? Ora, também ela é um desabrigar, um desocultar. Ela o faz desafiando e exigindo, na relação com a natureza, que se reduza à condição de fornecedora de energia e matéria prima a ser armazenada, consumida freneticamente, na marcha do ideal de progresso do mundo moderno. Apresenta-se como o desafio de extrair, destacar da natureza, tirar o máximo de proveito a partir do

mínimo de despesas. A natureza é objetivada, desabrigada e reduzida à condição funcional e pragmática. Explorar, transformar, armazenar e distribuir são modos de desabrigar. O mundo transforma-se num grande depósito de mercadorias e quinquilharias, expressão máxima de uma racionalidade que se estabeleceu na crença do progresso material, a condição do desenvolvimento existencial.

Como de-pósito aparecem as coisas somente na sua funcionalidade e dis-
-posição. (...). A palavra de-pósito ganha agora a posição de um título. Ela caracteriza nada menos do que a maneira como tudo que foi atingido pelo desocultamento exigente desafiante se apresenta. (...). No processo da apropriação das propriedades das coisas, a técnica desapropria-as do próprio. (...) atinge o homem a quem a técnica demanda igualmente como depósito. (BRÜSEK, 2001, p. 79/80/81)

A busca moderna pelo viver bem, pelas pequenas felicidades proporcionadas pelos instantes efêmeros de consumo, pela segurança individual, apresenta-se como um dos traços fundamentais do desabrigar do mundo, da vida pela técnica. O modo pelo qual tudo o que é tocado pelo desabrigar se essencializa pela técnica moderna, está submetido à lógica da subsistência e, necessariamente, da subserviência do mundo, da natureza e da existência. Ao transformar a natureza em objeto de pesquisa, ao representá-la a partir de um olhar objetivo e metódico, o homem elimina o apresentar-se da natureza em si mesma e faz com que desapareça e se ausente na perspectiva da redutibilidade a objeto de subsistência. A técnica moderna, enquanto desabrigar que requer, não é um mero fazer humano, mas potencializa no ser humano o desejo e a vontade para requerer o real, enquanto mera condição de subsistência. “O valor calculado dissolve as propriedades específicas das coisas, desfaz a sua identidade e demonstra o desconhecimento do seu peso específico”. (BRÜSEK, 2001, p. 67).

Na essência da técnica encontra-se aquilo que Heidegger designa como “armação”, sobre o qual se apoia o trabalho técnico de categorização em estruturas, camadas, suportes e conjuntos de peças que compõem a totalidade. A armação apresenta-se, desta forma, como dissecação da totalidade na fria estruturação das partes funcionais. Na armação acontece o descobrimento onde

o trabalho da técnica moderna desabriga o real enquanto subsistência. Nesta condição, o homem da era da técnica moderna é desafiado a incorporar-se na centralidade do desabrigar, assumindo uma postura instrumental de requerente frente à natureza e em relação a si mesmo. Seu modo de representar a natureza faz com que a disponibilize como um complexo de forças possíveis de serem calculáveis, mensuráveis e, conseqüentemente, manipuláveis sob estas perspectivas. “Definir a técnica como uma maneira de desocultamento significa entender a essência da técnica como a verdade do relacionamento do homem com o mundo. A técnica não é mais algo exterior e exclusivamente instrumental, mas a maneira pela qual o homem se apropria e se aproxima da natureza.” (BRÜSEK, 2002, p. 140)

Um ser humano sente-se como se fosse o centro do Universo porque, para ele, sua própria percepção consciente é o ponto de onde vê o panorama cósmico espiritual e material. Também é egocêntrico, no sentido de que seu impulso natural é tentar fazer o resto do Universo servir a seus propósitos. Ao mesmo tempo, tem consciência de que, longe de ser o verdadeiro centro do Universo, ele próprio é efêmero e dispensável. (TOYNBEE, 1987, p. 20).

A técnica moderna somente se afirmou quando pôde apoiar-se sobre a ciência exata na interpretação da natureza. A moderna teoria da física representa a preparação daquilo que Heidegger entende como essência da técnica moderna, na medida em que tal teoria expõe a natureza como conjunto de puras teorias universalizáveis expostas como contexto de forças previamente possíveis de serem calculadas em padrões de regularidades determináveis pelo ser humano. Mesmo com o recuo da física, em sua visão mecanicista e objetiva da natureza, não se renuncia ao fato de que a natureza se anuncie em algum modo asseverado, calculado, como sistema de informações. Uma vez mais, a possibilidade de impulsão na direção da causalidade, em sua essencialidade, é preterida em “função” de causas asseguradas e simultâneas na ordenação de um mundo objetivo, disposto unicamente à subsistência.

Nesta direção, a essência da técnica moderna se anuncia naquilo que Heidegger denomina como armação, que é o modo a partir do qual a realidade se desabriga como subsistência. O homem, em sua natureza e condição humana, apresenta-se no mundo desafiado a requerer e a desabrigar a realidade enquanto necessidade de subsistência. Desta forma, o ser humano está situado no âmbito essencial da armação e a técnica torna-se o ambiente vital conduzindo-o pelo caminho do desabrigar o real por todos os lugares e recantos possíveis e imagináveis. A essência da técnica conduz o homem para o caminho do desabrigar como sendo seu “destino”, o que remete a pensar uma essência da história para além da mera historiografia ou da ratificação do fazer humano. Esta perspectiva destinal, marcante da trajetória humana, apresenta-se como infinito impulso adiante, como contínuo progresso que se supera a si mesmo, missão antropocêntrica de subjugar, de desabrigar ou de desocultar na intenção de alcançar o máximo domínio e a maior previsibilidade sobre as coisas, sobre o mundo, sobre a existência e sobre os próprios seres humanos.

Parece que si el hombre está emplazado por la esencia de la técnica, y ahora su entera existencia está dominada por el *solicitar* provocador, entonces no puede establecer – por el momento – una relación libre y una distancia ontológica que le permita salir deste emplazamiento. En este sentido, la esencia de la técnica moderna se revela como un destino (*Geeschick*) que el ser nos ha destinado. (...). Así, pues, Heidegger muestra que la libertad del hombre ante la técnica moderna está limitada e, incluso, amenazada. El hombre no puede desatender el llamado provocador de la técnica porque proviene del ser mismo y es el modo como ha sido revelado en nuestra época. (LINARES, 2003, p. 34).

A armação como perspectiva existencial, como condição destinal ao desabrigar o real, transformou-se, na modernidade, num imperativo categórico da condição para o descobrimento da realidade. O destino do desabrigar domina os homens, não, porém, como mera fatalidade de coação, mas como condição da liberdade. Liberdade inserida em determinada temporalidade e historicidade, remetendo o homem à paradoxalidade de sua condição diante de projetos existenciais autênticos e suas exigências, daquele que contempla, ouve e se sente per-

tendente ao âmbito do destino, ou, de projetos existenciais inautênticos, quando se abre mão do exercício da liberdade, daquele que reflete a própria existência, o estar-aí, o apresentar-se no mundo em meio a seus desafios. Para Heidegger “a essência da liberdade, *originariamente*, não está ordenada segundo a vontade, ou, apenas segundo a causalidade do querer humano”. A “liberdade do que é livre não consiste nem na independência do arbítrio, nem no compromisso com meras leis”. (HEIDEGGER, 1997, p. 75). A liberdade é o que iluminando oculta, que se aproxima da verdade e reconhece que o essencial pode ali não estar. É o reconhecimento do fundo misterioso no desvelamento do ser.

O discurso moderno afirma a técnica como o destino da época atual enquanto marcha para o progresso, para o desenvolvimento, algo inalterável e inevitável. Tal prerrogativa civilizatória remete a polêmicas e polarizações diante da técnica, na forma de perpetuá-la cegamente, ou, de insurreição desesperada contra ela, o que revela os extremismos que se assumem diante da técnica, conduzindo a posições equivocadas e infrutíferas em torno do debate de sua importância e de seus limites sobre a vida em sua totalidade e sobre a condição humana. Para Heidegger a questão central está em o humano se abrir para a “essência” da técnica, o que o remete à exigência libertadora de sua condição, de reconhecer que a essência da técnica como elemento destinal, potencializado na inevitável marcha para o progresso, remete o homem à condição de perigo. Pois, o desabrigar que remete ao conhecimento objetivo sobre o mundo abriga o perigo de o ser humano equivocar-se e falsear (por meio do que foi descoberto) o mundo. Dessacralizando-o, retira-lhe o mistério que reside em seu fundo causal. “la originalidad y la validez actual de la filosofía heideggeriana de la técnica (...), sino, más bien, en el hecho de haber advertido que el peligro que proviene de la técnica es *ontológico*, pues afecta al ser del hombre en tanto *ser abierto al ser* y en tanto que se poseedor de una inherente *libertad para ser*.” (LINARES, 2003, p. 41).

O descobrimento de um contexto calculável e mensurável de forças naturais, de possíveis representações geométricas da natureza, permite ao homem transformá-la, mas o perigo apresenta-se no fato de transformar esta (possível)

representação da natureza em algo verdadeiro. Nesta condição, pode-se dizer que o perigo se apresenta em duas direções. Na primeira, que o mundo objetivamente conhecido é reduzido à condição de subsistência, a uma quantidade infinita de mercadorias consumíveis e descartáveis, redução esta que atinge e configura necessariamente a vida em suas formas contemporâneas. A segunda é a ilusão de que tudo o que vem ao encontro, somente subsiste na medida em que é algo feito pelo homem. Isto confere ao homem a aparência de que em todos os lugares somente encontra a si mesmo.

A armação, como essência da técnica moderna, coloca em um jogo perigoso, o mundo, a natureza, o próprio ser humano em sua relação consigo e com tudo o que é e se apresenta à existência no plano da imanência. Impede toda possibilidade diferente de desabrigar, marcada pela imposição e pela cobrança por segurança e subsistência. A armação impede o aparecer e a afirmação da verdade essencial. O destino que requer e manda é, assim, o extremo perigo. A essência da técnica enquanto destino do desabrigar é o perigo no qual as formas-de-vida na contemporaneidade estão submetidas. A autêntica ameaça já impregnou o ser humano em sua essência, impedindo-o de adentrar num desabrigar mais originário, de perceber o apelo a uma verdade originária.

Neste contexto, a técnica trespassa as formas-de-vida em curso em nossos dias, respondendo aos anseios, aos desejos e às necessidades derivadas de práticas de vida elevadas em sua condição prioritariamente biológica. Cada vez mais a busca pela realização vital, por sentido e finalidade que orientem as formas-de-vida, articula-se às armações possíveis derivadas das panaceias prometeicas da técnica. A técnica deixa de ser a extensão do corpo na luta pela sobrevivência, no desvelamento do ser que é chamado à existência, para provocar e dispor da vida, para tê-la à sua disposição como reserva biológica na busca da longevidade, do corpo perfeito, na otimização de desejos e necessidades de produção e consumo. Nesta perspectiva, a busca da felicidade e do bem viver, reside nas promessas e na crença de desenvolvimento e de aplicabilidade da técnica que permitirão ao ser humano a longevidade, o corpo ideal, a vida saudável, o consumo privatizado de si mesmo e a descartabilidade de objetos e de relações com as coisas e com os

seres humanos, que perdem a compreensão de seu sentido na efemeridade das relações tecnologizadas em que se insere a vida de consumo.

(...) evidenciar a transformação que o homem sofre na idade da técnica. Continuamos pensando a técnica como instrumento à nossa disposição, enquanto a técnica se tornou o ambiente que nos envolve e nos constitui segundo as regras de racionalidade que, baseando-se apenas em critérios de funcionalidade e de eficiência, não hesitam em subordinar as exigências do homem às exigências do aparato técnico. Inconscientes, movemo-nos ainda com os traços típicos do homem pré-tecnológico que agia tendo em vista fins inscritos num horizonte de sentido, com uma bagagem de idéias e uma coletânea de sentimentos em que se reconhecia. Mas a técnica não tende a um fim, não promove um sentido, não inaugura cenários de salvação, não redime, não desvela a verdade: a técnica funciona. (GALIMBERTI, 2006, p. 36)

O que estava em jogo na modernidade e que se potencializa na contemporaneidade é a construção de uma ordem racional, asséptica e higiênica que projeta na técnica os dispositivos por excelência na definição da vida, na manipulação dos corpos como o suporte da vida e da morte. O corpo, este lugar polissêmico, híbrido entre natureza e cultura, entre privado e público, necessitava ser disciplinado, higienizado como condição da máxima produtividade e da felicidade possível. É submetido aos constantes tratamentos, a métodos e técnicas com o intuito de controlar e, se possível, extirpar as mazelas que se abatem sobre os corpos degenerando-os, ceifando-os, abortando prematuramente vidas produtivas e consumidoras. O corpo, suporte por excelência da vida, é transformado em laboratório vivo de dietas, de regimes, de tratamentos e de drogas sintetizadas, no afã de alongar a vida, diminuir sofrimentos, otimizar suas condições de plena produtividade e de consumo, exige tecnicamente que se possa livrá-lo de sintomas de desconforto, de indisposição, e, em certas circunstâncias, em que os cálculos de custo e benefício assim o exigirem, de agilizar a sua morte quando esta se faz eminente e “irreversível” (a partir dos discutíveis critérios técnicos da medicina), a consumir significativos recursos estatais e sociais na manutenção de um corpo que jaz decrépito e inerte em um leito de hospital.

A técnica elevada à condição de si mesma agrilhoa a vida à manifestação de sua condição biológica. Confere-lhe um horizonte ontológico e político articulado em torno de formas-de-vida caracterizadas por uma ansiosa busca pela vida. Paradoxalmente constata-se que, talvez, em nenhum outro momento da ocidentalidade, a vida foi tão obliterada, violentada e reduzida em suas potencialidades. A efemeridade, o instantâneo e a descartabilidade dificultam fazer a experiência da presentidade cotidiana do ser, de apreciar o transcorrer dos fatos que constituem a vida. Impede-se ao ser humano de fazer a experiência da finitude, da morte como um momento único de cada ser e como condição do bem viver, mas, em outro sentido, apenas como um “evento” consumível, na efêmera dinâmica de formas-de-vida decrépitas. Porém, Heidegger dirá: “Mas onde o perigo cresce também há salvação.”(HEIDEGGER, 1997, p. 81). Ou seja, a essência da técnica deve abrigar em si as possibilidades daquilo que salva. Para tanto, questionar-se-á a técnica, pois, é na sua essência que se encontram as possibilidades que salvam. É a técnica que solicita e impulsiona a pensar em outro sentido o que se entende por “essência”. Assim, torna-se imprescindível que também se questione: É essencial tudo aquilo que dura? Mas, o que dura é o que somente continua? Dura a essência da técnica no sentido da continuação de uma ideia que paira sobre tudo o que é técnico?

O modo como a técnica se essencializa somente se deixa visualizar com base naquele continuar por onde acontece a armação enquanto um destino do desabrigar. Na armação que se impõe sobre o homem, no requerer como único modo de desabrigar, impulsionando o homem ao perigo do abandono de sua livre essência, encontra-se a possibilidade da percepção do sentido, do pertencimento íntimo e indestrutível, do homem a uma totalidade que mantém seu mistério e leva a atentar para a essência da técnica.

Nós humanos somos um aspecto parcial e momentâneo de um incrivelmente longo e paciente processo, da fantástica história evolutiva do Caudal da Vida que caracteriza nosso Planeta e o distingue dos demais planetas deste sistema solar. (...). A natureza não é um aglomerado arbitrário de fatos isolados, arbitrariamente alteráveis ou dispensáveis. *Tudo esta relacionado com tudo.* (LUTZENBERGER, 1986, p. 11) .

Enquanto se representa a técnica como instrumento, permanecer-se-á preso à vontade de dominá-la e, na sensação de dominá-la, fica-se cada vez mais aprisionado e violentado por ela, sem perceber, na medida em que se depositam confiança e esperança, de que o desenvolvimento técnico instrumental é a condição de um mundo melhor. Questionar a técnica moderna é, portanto, questionar-lhe a essência em sua ambiguidade enquanto impulso para o “mistério do desabrigo da verdade”. “A questão da técnica é a questão acerca da constelação na qual acontece a essencialização da verdade”. (HEIDEGGER, 1997, p. 87). Assim, para Heidegger, a “*A questão da Técnica*” apresenta-se como uma convocação, como possibilidade diante de possível salvação. Salvação esta que se realiza nas pequenas coisas, no olhar atento e na contemplação do mundo e da vida de forma questionadora, procurando compreender, no limite das possibilidades, o fato técnico de estar diante de inúmeras possibilidades vitais e da companhia de perigo extremo. Questionar a essência da técnica é anunciar o perigo de sua essencialização e abarcar a totalidade das manifestações existenciais, na aridez da instrumentalidade como meio e fim em si mesmos. Questionar a essência da técnica é dar-se conta de que ela se tornou o ambiente por onde se vaga, se vive, se convive e se modifica a natureza, o entorno. É dar-se conta de ser requerido e provocado por um poder que se manifesta na essência da técnica. Ao se questionar o homem é, pois, o questionar a condição e a atenção do pensamento.

O filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto parte do pressuposto de que a compreensão da essência da técnica implica no fundamento de uma definição antropológica. A técnica é um dos elementos que compõem a dinâmica antropogenética que desembocou no processo de hominização que nos trouxe à atualidade da condição humana. “O aparecimento do homem como espécie à parte assinala-se pelo surgimento da técnica, pois tal é a modalidade pela qual a natureza (...), ao lhe negar o instinto produtivo, dota-o da faculdade de agir racionalmente.” (PINTO, 2005, p. 195).

O humano produz o humano e o mundo. Para Álvaro Vieira Pinto, o homem em sua animalidade originária foi colocado a prova pela natureza para

produzir materialmente o que necessitava para manter-se vivo e, ato contínuo a produzir a si próprio. Esse produzir-se a si mesmo significa representar na forma de ideia as ações que realiza sobre o real no pensamento, enquanto forma de constituição da racionalidade sobre o real e sobre si mesmo. Esse tipo de racionalidade necessita ser concebida de forma dialética porque está num dinâmico processo de construção simultânea uma em relação a outra. Assim, diferentemente de outros animais e, do conjunto da vida natural em que se apresentavam e se apresentam inseridos numa dinâmica cíclica e instintiva de sobrevivência, de manutenção e reprodução da espécie, os seres humanos e, sua continuidade biológica individual e como espécie, exigiu e exige-lhes que produzam as condições materiais de sua sobrevivência. Coetaneamente, produz as condições sociais e culturais, que lhe permitiam e permitem cada vez mais o domínio da natureza em seu entorno, bem como, a produção da capacidade ideativa, enquanto domínio do seu pensar.

A dignidade biológica do homem, pela qual se distingue das espécies inferiores, reside na possibilidade de produzir. Porque mediante tal ato transforma o mundo à imagem do que pretende venha a ser a realidade física e social, e com esse procedimento modifica-se a si próprio, cria a sua existência. Torna-se o ser obrigado a conhecer para subsistir. Esse processo chama-se cultura, mas a fundamentação biológica onde se assenta não ocorre senão mediatizada pelo exercício das relações sociais. (PINTO, 2005, p. 165).

Há várias questões implicadas nesta perspectiva dialética de Álvaro Vieira Pinto de interpretar a questão da técnica. A primeira delas consiste em dar-se conta de que o humano é a resultante de múltiplas variáveis em jogo coetaneamente no processo de hominização. Sob tal argumentação torna-se equivocado estabelecer um evento que o antecede ou desencadeia os demais. Para Álvaro Vieira Pinto não há uma hierarquia de eventos que constituem o humano. O ato produtivo das condições biológicas de existência vem acompanhado do ato produtivo do humano, do aumento de sua capacidade de conhecer os objetos, os materiais que o cercam e, ato contínuo, tais domínios vêm acompanhados pelo

desenvolvimento e complexificação da linguagem humana ao longo da história. A segunda questão, derivada da primeira, apresenta-se na perspectiva de que uma leitura do processo de hominização, ancorado no materialismo histórico-dialético, e pressupõe o reconhecimento da contradição fundamental que se estabelece entre o homem e a natureza. Ou seja, a emergência do humano pressupõe a necessária superação da natureza. E a superação da natureza sob determinadas condições impõe ao homem novos desafios e obstáculos a exigirem-lhe esforço humano e intelectual. Ao transformar a natureza o homem produz a si mesmo. É o ininterrupto esforço de superar os obstáculos da natureza que faz com que o homem se humanize cada vez mais. Assim, o domínio da natureza pelo homem revela um princípio teleológico que lhe é inerente e, que se constata no processo de evolução da vida em sua totalidade, e especificamente no ser humano que atinge o auge deste dinamismo ao desenvolver a vida em sua base biológica, racional, política e espiritual.

Ao constituir o ser humano, a natureza, se nos é lícito usar esta linguagem antropomórfica, transfere para ele a responsabilidade de procurar tecnicamente a solução das contradições experimentadas com o mundo material, para tanto dá-lhe liberdade de inventar os meios de produzir sua própria existência. A natureza inicialmente, no segmento da evolução puramente animal, programava a espécie e o desenvolvimento desta. Com o surgimento do ser consciente entregou-lhe a capacidade de se autoprogramar, não apenas na condição de animal que se constitui a si mesmo, mas ainda na de agente que, obedecendo a um projeto originado do pensamento, modifica a natureza. Só então torna-se possível a consciência desta técnica. Sem este traço especificamente humano a técnica a rigor não existe. (PINTO, 2005, p. 148).

Desta forma, a terceira questão derivada de um posicionamento dialético diante do processo de hominização, refere-se à dimensão da historicidade que envolve o ser e estar do homem no mundo. Sob esta condição, o grau evolutivo e de progresso científico e tecnológico alcançado pelo ser humano não é fruto de uma evolução natural, mas sim da forma como em cada contexto histórico o homem respondeu produtivamente, tecnologicamente aos desafios da con-

tradição fundamental estabelecida em relação à natureza. Álvaro Vieira Pinto, chama a atenção para o equívoco das análises e interpretações que pretendem argumentar que os tempos atuais são melhores, mais evoluídos tecnicamente que outros. Argumenta o filósofo que o homem em cada contexto histórico responde de modo específico e característico no que se refere à técnica e aos desafios da contradição com a natureza e, que as mais diversas respostas conferidas nos mais diversos contextos humanos temporais contribuiriam para o grau tecnológico alcançado na atualidade. O que significa afirmar que não encontra amparo na dinâmica histórico-dialética o fato de anunciarmos nossa época com o rótulo de “era tecnológica”. Cada época histórica pode ser concebida como “era tecnológica”, pois articulou técnicas que responderam aos desafios de superação dos obstáculos naturais impostos ao homem naquele contexto de mundo e das necessidades de um momento histórico específico.

A técnica é por isso contemporânea de todo curso do processo de formação do homem na condição de espécie zoológica autônoma. A técnica inicia-se com o homem pela mesma razão que faz o homem iniciar-se com a técnica. Em nenhum momento, os computadores e as máquinas cibernéticas mais complexas [...] se desligam do homem, mesmo quando supostamente parecem gerar os próprios modelos de ação. (PINTO, 2005, p. 2001).

É importante salientar que quando Álvaro Vieira Pinto fala em homem relacionando-o a técnica o faz considerando-o como um ser social que produz a existência material. “O homem que se fez por si, examinado com rigor científico, revela ser na verdade aquele que se fez pelos outros, mas teve a habilidade de transformar-se a si próprio em conceito ideológico” (PINTO, 2005, p. 305). Assim, “O exercício social da técnica estabelece o fundamento do inevitável caráter ideológico da tecnologia” (PINTO, 2005, p. 321). Vieira Pinto afirma que a relação do homem com a técnica na verdade ocorre por que “a sociedade é o sujeito que domina a tecnologia” (PINTO, 2005, p. 345). Ainda nesta direção, o filósofo chama a atenção para a “raiz de uma modalidade comum de desenvolvimento semântico que irá florescer nas mais simplistas especulações e teorias a

que aludimos, mencionando alguns casos passados e atuais, e que, todas, têm por essência geral o engano da hipostatização da ‘técnica’” (PINTO, 2005, p. 177).

Por fim, ressalta-se uma quarta questão que é a filosofia da técnica. Essa assume um duplo caráter; a inércia da técnica e a técnica como invenção. a) A inércia da técnica. Sob tais pressupostos é preciso deixar claro que o desenvolvimento histórico da técnica consiste num processo vinculado “a acumulação qualitativa do trabalho enquanto o modo de fazer bem, alguma coisa com vista à produção de um resultado com maior economia de meios e de tempo” (PINTO, 1960, p. 75/76). Dessa forma, “a técnica estabiliza por algum tempo o conjunto de relações de produção e dá consistência a estrutura social” (PINTO, 1960, p. 76) num dado momento e contexto. Este é o modo conservador de conceber a técnica que realiza a manutenção dos modos de fazer que se revelam os mais adequados em determinado contexto. Neste sentido, a essência da técnica é a inércia, porque usa o fazer bem feito aprovado pelo setor produtivo como obsessão pelo lucro rápido que tende a implantar e oferecer resistência a melhorar processos e resultados. Nesta direção, a técnica estabiliza processos do fazer humano ao longo do tempo. Ou seja, a técnica manifesta um caráter reacionário porque produz resistência as inovações e reifica as relações sociais contraditórias do modo de produção. Assim, a técnica se transforma num instrumento do bem fazer que estabiliza num estágio específico de desenvolvimento e numa única forma repetitiva do fazer, o processo produção material da existência e, por decorrência a estrutura social do momento.

Resistência aqui precisa ser compreendida como consciência social que a transformação progressiva e qualitativa da técnica traria turbulência e perturbações de ordem econômica, e esforços intelectuais no sentido de abandonar o arsenal de maquinaria, objetos usuais, ideias e os modos de fazer bem alguma coisa por outra ainda mais elaborada. (PINTO, 1960, p. 76)

Por isso, que representantes da consciência ingênua e setores mais reacionários da sociedade são constituídos pelos chamados técnicos, representantes da classe média que são a sustentação da consciência socialmente ingênua da nação

subdesenvolvida. Valorizam o modelo, de fazer o mesmo em contextos e momentos históricos diferentes. Daí que a inércia da técnica realiza o reducionismo de que tudo pode pela sua absolutização no interior de um momento histórico e de uma estrutura social resistente a qualquer possibilidade de um novo fazer. Enfim, somos produto de uma sociedade portadora de uma consciência social ingênua que promove a ingenuidade social pela resistência a mudança, isto é, o imobilismo social que vivemos no momento presente da realidade brasileira. Portanto, a inércia da técnica consolida o atual estágio de subdesenvolvimento do país.

b) A técnica como invenção. A técnica como invenção não significa apenas “fazer bem”, mas “no fazer novo”. A técnica tem uma condição inventiva quando procura realizar algo mais perfeito por meio melhor. Esse “meio melhor” do fazer novo desvenda o íntimo da técnica na consciência socialmente crítica. O meio melhor retira: a) o caráter absoluto e definitivo da inércia da técnica nos mais diferentes contextos e momentos da história; b) a busca do melhor meio que impele a consolidação da atual estrutura social e suas contradições para consolidar o imperativo comum “siga o modelo”. O ponto de partida para “o fazer novo” que é o meio melhor de fazer, está alicerçado no procedimento de pensar “o fazer bem”, na possibilidade de descobrir outro fazer que seja “melhor” do que o atual. É no encontro com “o outro” fazer que emerge o novo no processo, na forma de fabricação e o novo produzido por ele. Por isso, a técnica como invenção dinamiza a qualidade do processo e dos produtos superando o estágio atual, no manuseio das máquinas, objetos, ideias que abrangem toda a estrutura da sociedade para melhorar as condições materiais dos indivíduos e da coletividade. Melhorando, a estrutura social pelo processo do desenvolvimento técnico no modo como conseguimos produzir e acessar os bens materiais que necessitamos para nos manter vivos produz-se o desenvolvimento da nação. Portanto, a técnica como invenção é o suporte para a superação do subdesenvolvimento.

Esse duplo caráter de conceber a técnica, a inércia da técnica e esta como invenção, nos leva a uma indagação fundamental: como superar o velho pelo novo? Como superar o *fazer bem* pelo *fazer melhor*? Esta passagem somente será

possível quando despertar no indivíduo e na sociedade, o movimento do espírito criador do qual se apoia sobre o velho procedimento para lançar-se à frente com um novo tipo de fazer, que será sempre um *fazer novo*. O velho, aqui significa o modo estabilizado de trabalho de um de um dado momento história e de um contexto, na busca do resultado mais perfeito desejado. A técnica como fazer novo afeta o trabalho existente e sobre ele cria um modo novo e mais perfeito do fazer em sociedade para responder as suas necessidades de toda a ordem de um modo mais elaborado, do que a fase ou etapa anterior. É nessa perspectiva, que podemos falar de um *processo de desenvolvimento da técnica*, a partir da defesa dos seguintes argumentos:

1) A técnica como invenção não está fundada na ideia de que “nada surge do nada (*ex nihilo*). Ou seja, o ser não pode começar a existir a partir do nada como defendia o filósofo grego Parmênides. A invenção também não se funda na repetição do *modus operandi* do homem sobre o real para conservar o estágio atual do fazer bem. Para alterar o já existente, o efeito do fazer bem numa dada estrutura social e no atual estágio, deve-se vincular o existente habitual e admitir a possibilidade do fazer melhor, a inovação. Esta tem de ser compreendida como o espírito criativo do ser humano em base ao modo como vem operando sobre a realidade. Ou seja, uma racionalidade fundada no “fazer bem” que dialeticamente pensado, entra num processo de “fazer melhor” sem fim. Ou seja, um modo de produzir melhor e mais elaborado se comparado com a etapa anterior.

O novo surge do estímulo da imaginação humana, sobre o atual estado de agir e interagir do homem sobre a realidade, não para reificar o atual estágio, mas rompê-lo e atingir por meios mais eficientes um estado melhor e mais perfeito do novo fazer. Nessa tensão, entre o atual estado das coisas e o esforço de imaginação em permanente confronto e diálogo com a realidade, o pensamento capta nova propriedade do real, enquanto nova possibilidade de agir até então desconhecido. É no pensar sobre o que fazemos que nasce o caráter da técnica, enquanto invenção que produz o avanço qualitativo do que fazemos para adaptar o real à manutenção mais perfeita da vida individual e coletiva do ser humano.

2) A técnica como invenção entra num processo histórico-dialético de reinvenção do novo modo de fazer do homem sobre o mundo. O que está subjacente a este argumento é que o ser humano tem de “querer o mundo”, isto significa, o desejo de fazer o mundo enquanto criador dele e não uma simples contemplação dele. “‘querer o mundo’ (...) entendemos o desejo de fazer o mundo, de constituir-se em criador dele, e não apenas de contemplá-lo. A fonte originária da técnica é, então, este ‘querer o mundo’.” (PINTO, 1960, p. 78). Este pensamento de Vieira Pinto, nos chama atenção sobre a origem da técnica e os seus efeitos sociais. Isto é, por um lado a técnica está presente no processo histórico do qual torna-se a base para seu aperfeiçoamento ao longo da história, e do outro, mas de forma complementar, a técnica se insere no bojo do processo de produção material da existência que além de produzir as coisas que necessitamos para sobreviver, desenvolve, simultaneamente, o aprimoramento da capacidade ideativa do ser humano.

Essa é a fonte original da técnica, o desejo humano de querer um mundo melhor para si e para a sociedade, num dado contexto e momento histórico. Nesse sentido, o ser humano, abre-se pela capacidade de operar sobre o real, que representado na forma de ideia no pensamento cria uma nova perspectiva para o fazer, que será sempre uma nova técnica do fazer humano. O fazer necessita ser compreendido como acumulação qualitativa de trabalho no seio de uma estrutura social, que dinamicamente vai se aperfeiçoando tanto no processo, que é o fazer novo, quanto nos produtos, que é o resultado do novo fazer. Assim o fazer se justifica na perspectiva de melhorar as condições de vida de um povo de forma mais elaborada do ponto de vista técnico, ou seja, melhorar as condições materiais dos indivíduos e da sociedade em geral. Nesta direção, não se pode falar de técnica em geral se referindo apenas a um contexto social e a um momento histórico isolado, sobre pena de cairmos nos delírios metafísicos sobre a mesma.

3) A técnica como invenção não pode ser confundida “com a distribuição horizontal de conhecimento pragmático” para a sociedade como um todo. Mas é o empreendimento de um esforço comum para melhorar o modo de fabricação dos bens necessários à vida e à sociedade, com o fim de criar “o novo” a partir

da imaginação sobre o velho, que se desenvolve o progresso qualitativo sobre as condições de vida individual e social do ser humano. Por isso, “o processo histórico do desenvolvimento nacional consiste no desenvolvimento de processos técnicos de produção. Eis a razão pela qual o desenvolvimento nacional está forçosamente na dependência do avanço técnico” (PINTO, 1960, p. 79). É o contínuo avanço da técnica que se instaura a possibilidade de um país superar o degradante nível de subdesenvolvimento. Por isso, é a partir da essência da técnica que podemos,

(...) determinar a aceleração crescente no ritmo de invenção, pois a facilidade com que cada técnica permite aumentar o volume da produção acarreta o encurtamento do seu prazo de vigência, não só porque a manipulação em larga escala de matérias-primas e de utensílios conduz mais brevemente a descobrir neles novas propriedades, mas ainda porque o modo de vencer a concorrência na produção passa a depender da descoberta de processos novos. Daí o rápido envelhecimento de cada técnica particular. (PINTO, 1960, p. 79)

Um país subdesenvolvido consegue diminuir a distância dos países desenvolvidos quando se apropria dos conhecimentos técnicos que se difunde muito rapidamente pelo mundo todo para aumentar o ritmo da produção com uma técnica cada vez mais adequada a realidade nacional. Dessa forma, pode saltar da condição de nação subdesenvolvida para uma nação desenvolvida, mediante a produção cada vez mais elaborada, para que a sociedade como um todo tenha acesso, além do que tem aquilo que ainda não tem. Assim sendo, a técnica, cumpre com sua finalidade social que é dar suporte a uma produção material da existência com mais qualidade para a humanização do ser da nação.

4) Enfim, a técnica como invenção, está intimamente ligada a revolução tecnológica, isto é, se apoderar do atual estágio do seu desenvolvimento dela para integrá-lo como possibilidade para enveredar o país no caminho do desenvolvimento nacional.

(...) a instauração do processo de desenvolvimento nacional está intimamente ligada à possibilidade de enveredar o país pelo rumo da revolução tecnológica. Não serão outras as bases da política educacional conveniente às nações desejosas de abreviar a sua emancipação econômica. É preciso que se esforcem por apoderar-se o mais depressa possível das técnicas fecundas, tendo a consciência de que assim deverão proceder porque a aquisição desse saber é o instrumento mais eficaz do seu desenvolvimento. (PINTO, 1960, p. 80)

Sob tais pressupostos, criar uma técnica apropriada para o desenvolvimento nacional se torna um processo caro e demorado, por isso, a melhor estratégia é se apropriar dos conhecimentos técnicos existentes no mundo, para que sirvam de suporte para a superação do atual estágio de subdesenvolvimento. Isso não significa internacionalizar a produção e nem tão pouco sujeitar a nação as técnicas avançadas já existentes no mundo, mas adaptar as técnicas alheias a nossa realidade nacional, para fortalecer as empresas nacionais, a fim de fortalecer a soberania nacional pelo desenvolvimento integral e autônomo da sociedade. Tem origem nesse processo o fortalecimento da empresa nacional e a nacionalização do processo e da produção material da existência compatível com as necessidades da sociedade. Assim, a técnica adequada ao desenvolvimento nacional de uma sociedade subdesenvolvida é aquela que impulsiona o fazer novo com novos meios, a fim de encaminhar a produção para o desenvolvimento do ser humano e do ser da nação. É nessa condição de uso da técnica, agrega valor ao processo de produção nacional e dos processos sociais de humanização da nação, porque um novo modo de produzir voltado para satisfazer as reais necessidades do povo vai se desenvolver de modo adequado as condições socioeconômicas da nação para superar o estágio de seu subdesenvolvimento.

Nesta direção, os países desejosos de emancipação econômica e, por consequência ansiosos, para vencer o atraso econômico necessitam de ação política lúcida e decidida, “que determine a comunidade a realizar enorme esforço de acumulação de capital para financiar o progresso técnico” (PINTO, 1960, p. 80), para alterar de forma qualitativa o padrão-de-vida das massas pobres e, proporcionando ao país outro nível de existência econômica, e, por extensão, à

sociedade como um todo. Portanto, o desenvolvimento de um país, autônomo e soberano, humanizado, somente, é possível pela superação da produtividade de baixa qualidade que mantém a sociedade subdesenvolvida e desumanizada. Isto é, A superação das desumanas condições de vida dos indivíduos e da coletividade acontece a partir do momento em que se dá ao ser humano a partir do que possui, o que ainda não possui, por algo mais elaborado do ponto de vista técnico. A técnica como invenção é o suporte do processo de um fazer novo acompanhado por meios novos, no sentido de produzir algo mais elaborado que reflita, direta e imediatamente, na alteração qualitativa do padrão de vida dos indivíduos e da sociedade. Enfim, a técnica como invenção para superar o subdesenvolvimento nacional pela produção é de natureza qualitativa, e não apenas quantitativa porque não adianta aumentar a produtividade de baixa qualidade e não se lançar para frente com novas formas do fazer melhor.

A presente pesquisa confrontando o pensamento do filósofo espanhol José Ortega y Gasset, do filósofo alemão Martin Heidegger e, do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto reconhece num primeiro momento as especificidades teóricas e conceituais constitutivas do pensamento de cada um dos referidos pensadores. Mas, também reconhece a convergência dos referidos pensadores em torno da centralidade da questão da técnica na modernidade, sobretudo em sua instrumentalidade como forma de domínio e controle do humano. Nas três concepções de técnica abordadas existe um ponto de convergência fundamental que é o caráter social no modo como foi concebida, na perspectiva de influenciar na qualidade do padrão de vida, em que se promove o bem-estar individual que se manifesta na melhoria progressiva na qualidade de vida social do ser humano no processo histórico de hominização.

Os pensadores em questão reconhecem que a ciência moderna, amparada pela instrumentalidade da técnica apresenta-se como portadora da vontade de verdade à procura do estabelecimento das leis universais, a partir das quais seria possível estabelecer a previsibilidade, a uniformidade, à regularidade dos seres e da dinâmica de sua existência. Pretendendo estabelecer relações de grandeza macrocósmica, bem como adentrar pelos intrincados e ínfimos caminhos da

materialidade em sua dimensão microcós mica, decifrando-lhe os segredos e as potencialidades, o homem investe esforços e esperanças no desenvolvimento científico e técnico. Esta condição de aposta na ciência e na técnica justifica-se em parte, pelo fato do humano constituir-se como humano no confronto com a natureza que o cerca e, por extensão por sentir-se órfão, abandonado numa realidade cosmologia de grandezas e profundezas abissais, e compete somente a ele encontrar vias de entendimento dos fenômenos naturais que permeiam sua existência.

Num segundo momento, constatam-se diferenças de fundo teórico e conceitual nas análises levadas adiante sobre a técnica pelos referidos pensadores. A análise de Ortega y Gasset ancora-se no materialismo fenomenológico existencialista. O filósofo chama atenção para o fato de que a essência da técnica não se encontra em seu caráter instrumental, mas na forma como desvela os objetos, as coisas que passam a fazer parte do mundo humano e interferir na forma como os seres humanos concebem a relações e, por extensão o mundo em que se encontram inseridos. Nesta direção, tem-se a percepção que o posicionamento do Ortega y Gasset apresenta certo ceticismo em relação ao tecnicismo moderno e sua instrumentalidade sobre o homem e o mundo por ele articulado e construído.

Heidegger a partir de sua vinculação a fenomenologia-existencialista de matriz husseliana aponta para a necessidade da compreensão da “essência” da técnica. Adverte o filósofo que tomar a técnica em seu caráter instrumental significa permanecer preso ao seu caráter instrumental, aos seus modos de funcionamento que incidem sobre o humano e seu mundo. Tal condição impede que se compreensão do modo de desvelamento do mundo inerente a técnica e ao fazer técnico que constantemente produz um mundo e o humano. Sob tais perspectivas o risco que se apresenta é a essencialização da técnica. Ou seja, quando perdemos a capacidade de perceber que a técnica não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio inerente ao esforço humano de tornar-se cada vez mais humano na superação das contradições fundamentais em que se encontra inserido, o humano torna-se meio, instrumento do aparato técnico que o cerca,

operador de máquinas e instrumentos que não lhe permitem a experiência vital da contradição em que está inserido e, da necessidade de mobilizar suas capacidades analíticas, interpretativas, no sentido de superar os obstáculos que se lhe apresentam, superando a si próprio.

Por seu turno, a análise de Álvaro Vieira Pinto ancora-se no materialismo dialético, o que lhe permite tomar a técnica como condição *sine qua non* do humano tornar-se humano pelo domínio e transformação da natureza que o cerca. Assim, se num primeiro momento, seu posicionamento diante da técnica se circunscreve nos meandros evolutivos do fazer-se humano frente à natureza, num segundo momento o filósofo chama atenção para os limites da constituição humana, quando se estabelece o limite de acesso a técnica, ou a inovações técnicas, limitando o horizonte cognitivo, e de domínio do mundo pelo limite da capacidade de técnica do homem nele agir e realizar-se. Refletir as relações e implicações técnica na contemporaneidade significa manter vivo o desafio humano de constituir-se em sua humanidade e mundanidade, de dar-se conta de que a técnica é decorrência das necessidades humanas de sobrevivência e ao mesmo tempo de sua capacidade criativa, inventiva e lúdica de se posicionar diante de si mesmo, dos outros seres humanos que compartilhem o espaço e o tempo de vida em curso no esforço de conformar um mundo que possa acolher os desejos e as necessidades humanas. Enfim, um mundo que possa lhe conferir sentido e finalidade vitais e isto, implica no homem assumir seu protagonismo no desenvolvimento de seu modo de vida.

REFERÊNCIAS

BRÜSEKE, Franz Josef. A técnica e os riscos da modernidade. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

_____. A Modernidade Técnica. (In). Revista Brasileira de Ciências Sociais, Volume 17, Nº 49, Junho de 2002. páginas 135-173. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em 26/03/2008.

GALIMBERTI, Umberto. *Psiche e Techne: o homem na idade da técnica*. Tradução: José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2006.

GASSET, José Ortega y. *Meditação sobre a técnica: Vicissitudes das ciências. Cacofonia na física*. Tradução e Prólogo de Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, 1963.

GUERRA, Jorge Acevedo. *Meditación acerca de nuestra época: una era técnica*. (In) SABROVSKY, Eduardo. *La Técnica en Heidegger. Antología de textos*. Santiago del Chile: Ediciones de la Universidad Diego Portales, 2006/2007.

HEIDEGGER, Martin. *A questão da Técnica*. Tradução e apresentação de Marco Aurélio Werle. *Cadernos de Tradução*, n 2. DF/USP, pp. 40-93, 1997, p. 47.

LINARES, Jorge. *LA CONCEPCIÓN HEIDEGGERIANA DE LA TÉCNICA: DESTINO Y PELIGRO PARA EL SER DEL HOMBRE*. (IN) *Revista: Signos filosóficos*, num.10, Julio-diciembre, 2003. Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa. México, páginas 15-44.

LUTZENBERGER, José A. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1986.

PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia Vol. I*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. *Consciência e Realidade nacional*. Rio de Janeiro: MEC. V. 1, 1960.

TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a mãe-terra: uma história narrativa do mundo*. Tradução Helena Maria Camacho Pereira e Alzira Soares da Rocha. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

5

ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS DO SOFRIMENTO NO TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE A ACELERAÇÃO E OS EFEITOS NA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR

*Ana Flavia Moura Carvalho*²⁹

*Wellington Lima Amorim*³⁰

Para entendermos a estratégia defensiva de aceleração, faz-se necessário entendermos o que é a sobrecarga de trabalho e como ela se estrutura. As profundas mudanças nos modos de produção e organização do trabalho têm repercutido nas formas dos trabalhadores se engajarem em seus trabalhos. Isto ocorre através do uso de vários recursos, entre eles: a extensão da duração da jornada de trabalho; a intensificação do ritmo do trabalho via processos de gestão e organização; a introdução de novas tecnologias. A busca constante por aumento de produtividade tornou-se uma condição com maior relevo a partir da crise do início dos anos 70. Desde então, os avanços tecnológicos pautam a realidade do trabalho. Inegavelmente houve melhorias dos sistemas, e a criação de maquinários mais desenvolvidos aprimorou as formas de comunicação. No entanto,

²⁹ Mestre em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: afmouracarvalho@gmail.com

³⁰ Dr. em Ciências Humanas. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: wellington.amorim@gmail.com

mesmo com os avanços tecnológicos, as patologias no trabalho têm aumentado consideravelmente.

Destaca-se o aumento dos casos de lesão por esforço repetitivo/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/ DORT), reconhecidos pelo Ministério da Saúde e da Previdência Social como doenças ocupacionais, que se desenvolvem a partir de atividades repetitivas que causam sérios danos ao sistema músculo-esquelético, quando não há um período adequado de descanso para os tendões, nervos e membranas sinoviais (Brasil, 2007). As cargas de trabalho representam um conjunto de esforços desenvolvidos para atender as exigências das tarefas, abrangendo os esforços físicos, cognitivos e psicoafetivos que são medidas, muitas vezes, pelo desgaste. A sobrecarga de trabalho está entre os fatores intrínsecos relacionados ao estresse (Monteiro e Jacoby, 2013) aos acidentes de trabalho por LER/DORT (Lesões por esforços repetitivos / Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) (REGO, 2013). O uso do termo carga de trabalho na Psicodinâmica do Trabalho vem da influência da Ergonomia sobre esta teoria. Dejours (2009) separa a carga de trabalho em dois âmbitos: carga física (emprego das aptidões fisiológicas) e a carga mental. Nesta última, Dejours (2009) sugere a expressão “*carga psíquica no trabalho*” e articula esta aos elementos afetivos e relacionais, mencionando que ela é difícil de quantificar, pois a sua avaliação é muito mais qualitativa do que quantitativa. Esta vivência subjetiva envolve “*o prazer, a satisfação, a frustração e a agressividade, dificilmente se deixam dominar por números*” (p.22)

Dejours propõe então, um modelo quantitativo de abordagem econômica do funcionamento psíquico. Nela questiona se a tarefa proposta ao trabalhador oferece uma canalização apropriada a sua energia psíquica. Ou seja: “*a tarefa exige suficientes atividades psíquicas, fantasmáticas e psicomotoras?*” (Dejours, 2009, p.24). Na carga psíquica do trabalho, o risco está mais em subutilizar as aptidões psíquicas, fantasmáticas ou psicomotoras gerando uma retenção de energia pulsional. Como exemplo, a necessidade de criação, para o artista. O perigo do trabalho para o aparelho psíquico ocorre quando ele se opõe à sua liberdade, ou livre atividade. Se o trabalho permite a diminuição da carga psíquica, livre-

mente escolhido ou organizado, ele é equilibrante, trazendo descarga pulsional e bem-estar ao trabalhador (carga psíquica positiva). Mas, se ele se opõe a esta diminuição, sem espaço para a aptidão imaginária ou fantasmática, ele é fatigante, tornando-se fonte de tensão e de desprazer e até de patologia. Portanto, uma carga psíquica positiva estaria ligada a um trabalho equilibrante e uma carga psíquica negativa ao trabalho fatigante. Com o distanciamento da PDT da ergonomia e aproximação da Psicanálise, o termo carga de trabalho tem sido menos utilizado sendo substituído pela palavra pressão.

Em sua obra *“A banalização da Injustiça Social”*, Dejours destaca que o trabalhador sofre pressão para executar mal as suas atividades ou para agir de má-fé, destacando, sobretudo as pressões sociais no trabalho (falta de cooperação, clima péssimo, sonegação de informações), que o levam a trabalhar mal (Dejours, 1999). Para Mendes (2007), a sobrecarga de trabalho para Dejours tem origem social, determinada pela organização do trabalho. A sobrecarga aparece, sobretudo, na relação entre as exigências organizacionais prescritas e a liberdade de escolha para executá-las. Tem sido crescente a imposição de ritmo, de produção, de qualidade, e as consequências dessas imposições influencia no funcionamento psíquico e em seu modo de ser e agir. Dessa forma, torna o corpo vulnerável e podem surgir alguns sintomas e/ou patologias, como a LER/DORT (Dejours, 2000). A intensificação do trabalho tem exigido demais dos trabalhadores. A imposição de metas associadas à produtividade e à alta performance do trabalhador, o envolve em uma lógica produtiva rígida que dificulta a liberdade de escolha e a flexibilidade. Segundo Mendes (2007) as patologias sociais observadas atualmente podem ser divididas em: patologia da sobrecarga do trabalho, da violência e da servidão voluntária. Tais patologias aparecem no embate continuado das pessoas com a sua organização do trabalho. A impossibilidade de poder lidar com as adversidades e com o sofrimento advindo do trabalho prescrito pode levar o trabalhador ao adoecimento.

O termo aceleração na PDT é entendido como uma estratégia defensiva. A expressão Estratégias Defensivas tem sua raiz epistêmica na junção de dois termos de origem latina, utilizados em contexto militar: *strategia*, que se refere

à escolha da melhor posição em combate; e *defensa* que é a arte de defender-se. Historicamente, esse conceito tem sua origem na concepção freudiana de funcionamento psíquico, que pressupõe um conflito estrutural entre o desejo e os limites impostos pela realidade, no qual o psiquismo busca o prazer e evita o sofrimento. (Moraes, 2013). O sofrimento inevitavelmente integra o trabalhar, visto o confronto entre os desejos do sujeito e as normas e imposições da organização de trabalho. Trabalhar consiste em fazer a experiência do real, que implica deparar-se com imprevistos, com o risco e com a experiência de fracasso, que faz sofrer. Nesse sentido, a elaboração das estratégias de defesa protegem o psiquismo contra o sofrimento, entretanto, não têm efeito sobre os elementos que agravam o sofrimento. Assim, as estratégias defensivas possibilitam um frágil equilíbrio que, embora precário, evita que ocorram as descompensações (Dejours, 1997).

A estratégia de defesa aceleração tem por função, por um lado, proteger o trabalhador de entrar em contato com determinados aspectos de seu trabalho e, por outro, pode servir à gestão, produzindo um sujeito que cada vez produz mais, mesmo que em detrimento de sua saúde. A aceleração está relacionada à sobrecarga no trabalho (Rego, 2013). No entanto, embora com os avanços tecnológicos, a sobrecarga no trabalho tem crescido e impactado a saúde do trabalhador. O trabalho vem perdendo seu sentido do fazer, do realizar uma obra com este avanço das tecnologias. Quanto mais se informatiza um processo de trabalho, menos o trabalhador é obrigado a pensar e menos tem autonomia sobre seu trabalho. Segundo Rego (2013) o trabalho sistematizado, informatizado, automatizado sugere que o trabalhador apenas alimente o sistema, seja com autenticações, inserindo números, digitando relatórios, seja com atividades do gênero. No entanto, pensar sobre essa monotonia é ruim para a produtividade, assim como pode ser ruim para autoestima do trabalhador. Além disso, fere a liberdade e autonomia sobre este trabalho, pois fica à mercê do sistema ou do manual, ou seja, limitado ao trabalho prescrito.

Ao não aprofundar-se no contato com a tarefa, o trabalhador pode acelerar seu ritmo. A aceleração é a estratégia defensiva individual para lidar com as

tarefas monótonas e sem sentido que a tecnologia provê: abreviar o tempo de contato ela, acelerando as repetições. Desse modo, o pensar se torna um inimigo desta organização de trabalho, uma vez que pensar sobre o trabalho significa atrasar o ritmo e, conseqüentemente, produzir menos. Segundo Dejours (2000) para o bem trabalhar e para obter boas performances produtivas, é melhor para o trabalhador bloquear o seu pensamento. Assim, ele receberá o reconhecimento pela utilidade. Entretanto, a retribuição de seu trabalho fica apenas no campo simbólico.

O controle, a competitividade, os indicadores de desempenho ditam o ritmo do trabalho e adormecem o pensamento. Desse modo, cada trabalhador vai acelerando seu próprio ritmo para não ficar para trás e se torna a estratégia coletiva para lidar com esta organização de trabalho: a aceleração do ritmo de trabalho da equipe. Acelerar o ritmo de trabalho tem funções, tanto para a organização do trabalho quanto para o trabalhador: para a organização, ter trabalhadores acelerados é útil para alimentar os ciclos vigentes nas práticas neoliberais; para o trabalhador, pois este não vivencia o sofrimento da monotonia das tarefas desprovidas de sentido nem o sofrimento ético de transgredir, muitas vezes, o prescrito em detrimento da ética e qualidade no trabalho e nem a falta de autonomia em seu trabalho (Rego, 2013). Sobre essa aceleração que tem gerado descontentamento, vale mencionar que, para a psicodinâmica laboral, os conflitos, o sofrimento e prazer que emergem em situações de trabalho devem sua dinâmica à organização da atividade e às dificuldades que ela provoca entre os indivíduos e dentro das equipes. Isso decorre das tensões que aparecem no confronto entre as obrigações laborais e as condições para executá-las (Lancman e Sznelwar, 2008). A aceleração do ritmo de trabalho se origina a partir das metas de produção, ora estabelecidas pelo setor, ora autoimpostas pelo próprio servidor que se vê diante de uma pressão constante que se materializa pelo aumento gradativo de trabalho.

Rocha e colaboradores (2012) ressaltam, com base na psicodinâmica do trabalho, que a autoaceleração pode ser compreendida como um mecanismo de defesa utilizado pelo trabalhador para tentar abreviar o tempo de contato com

uma atividade repetitiva e monótona. Para as autoras, quando autoaceleração é manifestada em um contexto de sobrecarga de trabalho, deixa de ser uma escolha transitória, passando a se configurar em um modo operatório permanente, reforçado pelos pares, pela chefia e pelos clientes; pela cultura dominante que considera a produtividade um valor. Ironicamente, o trabalhador sente-se valorizado. Entretanto, o que está sendo reconhecido é um mecanismo de defesa que para existir prescinde de sofrimento. Um descompasso entre as reais aspirações do trabalhador e as imposições do contexto de trabalho; entre o trabalhador e o seu corpo; entre um ritmo de trabalho e os limites do corpo.

Ressaltam ainda que esses mecanismos de defesa exercem importante papel no acometimento das LER/DORT porque viabilizam a autoaceleração e o não reconhecimento do sofrimento. As tentativas de controlar o tempo, acelerar os ritmos de trabalho e intensificar a produção podem ser compreendidas como formas de organização do trabalho que deixam pouco espaço para a criação e, conseqüentemente, para as necessidades do servidor. Segundo a Psicodinâmica do Trabalho, haveria mais benefícios à saúde quando houvesse maior liberdade para as negociações, criações e ações de modulação operacional (Mendes e col., 2010).

A ansiedade e o desejo de atingir o inatingível do trabalho material e imaterial da tarefa sem fim acarretam a incerteza quanto aos resultados, o que pode repercutir numa intensa sobrecarga física e emocional (Traesel, 2007). Quando a sobrecarga e as exigências psíquicas superam as possibilidades de adaptação, instaura-se o sofrimento (Dejours, 2000). Um aspecto fundamental à saúde é a possibilidade de o trabalhador ter controle sobre os processos de trabalho. Este controle se refere à intimidade do sujeito com a atividade, o poder exercido mediante a organização do trabalho, bem como o limite subjetivo de cada um para suportar e mediar às demandas laborais (Mendes e col., 2010). Com a rapidez dos avanços tecnológicos e organizacionais impossibilita, por vezes, o acompanhamento cognitivo dessas mudanças, gerando um processo de desqualificação permanente do trabalhador, do seu saber-fazer e da sua experiência acumulada (Heloani e Lancman, 2004).

A criação e implantação de novas tecnologias para processamento e uso de dados visa auxiliar o acesso de informações e facilitar a produção. No entanto, o incremento dessas tecnologias às atividades laborais desencadeou, paralelamente, uma série de efeitos sobre os processos de trabalho, repercutindo na necessidade de qualificação dos profissionais e também exigências relacionadas às condições laborais. Esse efeito é associado às características da sociedade contemporânea, marcada pela pressa e pelo rompimento com a ideia de durabilidade. Em um mundo em que predomina a lógica do capital, que exige um crescimento constante, impondo metas cada vez mais ousadas a partir da suposição de que os homens são seres com capacidade de superação infinita, observam-se manifestações crescentes de várias formas de adoecimento no trabalho (Sznelwar e col., 2011).

Nesse contexto, a saúde dos trabalhadores por vezes é prejudicada por uma organização do trabalho que visa diminuir o tempo dispensado para a produção, aumentando o volume e o ritmo de trabalho, com vistas à produtividade e cumprimento de metas. Os avanços tecnológicos têm possibilitado o desenvolvimento de instrumentos e ferramentas de trabalho que aprimoram os processos de produção, mas estes nem sempre apresentam benefícios, na mesma proporção, à saúde dos trabalhadores envolvidos. Com base na compreensão do trabalho como constituinte do sujeito e, portanto, central nos processos de subjetivação, a organização dos modos laborais são determinantes para as vivências de prazer e sofrimento (Bendassolli e Soboll, 2011). Nos bastidores do mundo do trabalho, a informática apresenta-se como fenômeno em constante evolução e a vivência dos trabalhadores em face dessas demandas práticas pode ser permeada pelo sofrimento (Fonseca e Santos, 2007).

Tal mudança na organização do trabalho pode ter aumentado o estresse dos servidores por se tratar de uma nova sistemática, o produto final será o mesmo, porém a forma de operar é diferente e certos hábitos requerem adaptação. Para a psicodinâmica do trabalho, a organização da atividade laboral é constituída pela divisão das tarefas e das pessoas, seus ritmos, pausas, cadências, relações de poder e responsabilidades objetivas e intersubjetivas (Silva e Freitas, 2010),

as quais determinam a experiência do sofrimento no trabalho, que se materializa pelos sentimentos de inutilidade, desqualificação e vivência depressiva. Esses sentimentos, por sua vez, resultam da robotização, despersonalização e privação do uso da inteligência, ocasionando o sofrimento que muitas vezes se confunde com desmotivação ou despreparo (Dejours, 2000; Rocha e col., 2012). Dentre esses, destacam-se as patologias de sobrecarga e/ou hipersolicitação, em particular, distúrbios osteomusculares (DORT) e a síndrome de burnout; bem como as patologias ligadas à intolerância e à pressão no trabalho, que podem ocasionar até suicídios no próprio ambiente do trabalho (Dejours, 2009).

Dejours (2000), ao expor o modelo explicativo para desenvolvimento dos DORTs, aponta que a incidência desta patologia está associada a contextos de trabalhos qualificados por três características marcantes: (1) sedentarismo das atividades e rigidez das posturas que acarretam hipertonia estável e invariante nos membros superiores; (2) relação direta com clientes associada à dificuldade de expressão de sentimentos agressivos e a presença de sentimentos de culpa; (3) aumento das cadências, por dedicação ao trabalho ou por ameaça de demissão ou fechamento da empresa. Para o autor, o DORT costuma manifestar-se em trabalhadores submetidos a um contexto de trabalho favorável à vivência de sofrimento psíquico, ou seja, por um contexto de trabalho no qual a possibilidade de existência do pensamento reflexivo e da manifestação de sentimentos é suprimida. O movimento adotado pelos trabalhadores de autoaceleração na execução das suas atividades de trabalho agrava ainda mais a vivência de sofrimento.

Pai et al (2014) em um estudo para conhecer as repercussões da organização do trabalho no cotidiano laboral e na saúde dos servidores do Juizado Especial Federal de Porto Alegre (RS), identificaram que a partir da implantação de um programa de computador, estabeleceu-se um trabalho mais individualista, prevalecendo a relação trabalhador – máquina, e também referiram alguns sintomas tais como: ardência e ressecamento ocular, dores na coluna, cefaleias e sensação de cansaço e desgaste. Esses sintomas, segundo eles, estão associados à utilização da nova tecnologia, a qual prolongou o tempo de trabalho em frente ao computador. Outro estudo (Nunes e Lins, 2009) realizado com funcionários

de um órgão público federal do Judiciário também foram relatados casos de doenças e transtornos gerados pelo trabalho, tais como as Lesões por Esforço Repetitivo (LER), rinites alérgicas e o estresse. A pesquisa sobre a vida antes e após as LERs e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) de servidores do Tribunal Regional do Trabalho, em Maceió, apontou o trabalho repetitivo, a pressão e o uso de computador como elementos associados a esse dano (Barbosa e col., 2007). Outros setores de prestação de serviços também têm identificado a repercussão danosa da informatização sobre a vivência e a saúde do trabalhador, como pesquisa sobre o uso da informática em ambiente hospitalar (Fonseca e Santos, 2007). Neste estudo, foram identificadas complicações visuais e movimentos repetitivos como fatores predisponentes ao aparecimento das LER/DORT nos casos de exposição prolongada.

As LER/DORT se apresentam como síndromes de grande magnitude, complexas e multifatoriais relacionadas com as condições de trabalho. E por ser assim, verifica-se que alguns trabalhadores desenvolvem essas afecções enquanto outros, que realizam as mesmas atividades sob as mesmas condições organizacionais, não as desenvolvem (Ghisleni e Merlo, 2005). Derriennic, Peze, e Davezies (1997), ao analisarem o trabalho repetitivo de trabalhadores acometidos por DORTs, evidenciam que a utilização de automatismos provoca, no trabalhador, sentimentos de menos valia e de subutilização do seu potencial produtivo em decorrência da percepção de realização de um trabalho sem significado; sentimentos que resultam na vivência de sofrimento psíquico.

A princípio, segundo os autores, os trabalhadores manifestam sentimentos de insatisfação, expressos, inicialmente, por sensação de fadiga, nem sempre associada a uma carga excessiva de trabalho, mas sim à inatividade ou à monotonia; insatisfação, na maioria das vezes, desconsiderada e desqualificada. Os autores evidenciam que as patologias de hipersolicitação se desenvolvem, geralmente, nas organizações nas quais os critérios de gestão se opõem à inteligência dos gestos. Associados a quadros reduzidos de pessoal e ao sentimento de medo da perda do emprego, presente na maioria dos trabalhadores, esses critérios de gestão minam a expressão da individualidade do trabalhador e qualquer forma

de resistência individual e coletiva ao contexto de trabalho. Para os autores, as patologias de hipersolicitação são patologias sociais, relacionadas à acumulação flexível do capital, expressão da perversão social. Os trabalhadores, frente à necessidade de serem reconhecidos pelo sistema de produção e de vivenciarem prazer no trabalho, tentam alcançar o sucesso profissional a despeito das condições que lhe são oferecidas para tal.

Neste processo de busca, são acometidos pelas patologias de hipersolicitação. Em um processo cíclico, os trabalhadores comumente empregam como mecanismo de defesa, à situação vigente, a aceleração das cadências, não somente na tentativa de responder às pressões por produção, que reduzem as capacidades de negociação e de resistência dos trabalhadores ao contexto de trabalho, mas também por terem interiorizado os objetivos da produção. A busca pelo reconhecimento e pela construção da identidade leva os trabalhadores à autoaceleração, na esperança de alcançarem o almejado reconhecimento. Paralelamente, o mecanismo da negação tem sido apontado, como mostra Dejours (1999, 2004), como um dos mecanismos de enfrentamento do sofrimento mais utilizados pelos trabalhadores nos dias de hoje. Este mecanismo exerce importante papel no acometimento dos DORTs. Se há negação do sofrimento, diminui-se a possibilidade de enfrentamento coletivo e de transformação da situação que o está gerando, configuração propícia ao adoecimento do corpo.

Martins (2002), num estudo com mulheres bancárias em processo de análise, identificou sinais de sofrimento preexistentes ao acometimento de DORTs. A utilização da autoaceleração relacionada ao entorpecimento do pensar e ao não-reconhecimento do sofrimento marcaram momentos prévios ao adoecimento. A vivência de sofrimento psíquico, portanto, é capaz de sinalizar a presença de eliciadores ao acometimento dos DORTs. O seu não reconhecimento aniquila a possibilidade de torná-lo inteligível, por meio do espaço de discussão, e, conseqüentemente, de resignificá-lo. Como alternativa ao processo de adoecimento, o trabalhador passa a contar, apenas, com o enfrentamento individual, muitas vezes insuficiente para fazê-lo lidar com as adversidades do trabalho, e para prevenir o seu processo de adoecimento. Muitas vezes, quando marcado

pela utilização de mecanismos de defesa como a autoaceleração e a negação, o que pode levar ao acometimento dos DORTs.

Um quadro psicopatológico muito associado às DORT's é a depressão. Apesar de representar a segunda doença mental mais frequente nos dias de hoje, o termo depressão tem sido utilizado no senso comum para descrever qualquer estado anormal de humor, um sintoma, uma síndrome sintomática ou mesmo um grupo específico de doenças (ROCHA, 2003). Segundo o DSM IV (1995), estados depressivos devem ser classificados na categoria transtorno de humor, categoria que contempla ainda transtornos bipolares e transtornos de humor baseados na etiologia. O transtorno depressivo maior caracteriza um estado no qual, por pelo menos duas semanas, é manifestada diminuição acentuada do interesse e do prazer e pelo menos um dos seguintes sintomas: humor depressivo, alteração do sono, do apetite e/ou do peso, agitação ou retardo psicomotor, cansaço ou falta de energia, sentimento de menos valia, culpa excessiva, dificuldade para pensar ou concentrar-se e ideação suicida.

Muitos estudos discutem a associação entre depressão e doenças físicas. Vidal (1994) defende que a depressão pode ser causada por ou ser reativa a uma doença física, pode ser primária coexistindo com a doença física, ou pode expressar-se por sintomas físicos. Ratificam a associação de doenças orgânicas com a depressão os estudos de Garcia, Tacuri, Nogueira e Carcinoma (2000), Almeida (2000), Kuenzer (2000), entre outros. A associação entre depressão e DORT também vem sendo estudada por diferentes autores tais como: Ribeiro (1999); Sznalwar e Zidane (2000); Gravita (2000); Sato (2001); Martins (2002); Koch, Nuwayhid, Gordon e Gucer (2000); Rossi (2008); Rossi, Mendes, Siqueira, Araújo (2009); e Santos Jr., Mendes e Araújo (2009). Ao investigarem trabalhadores afastados e reinseridos ao trabalho, identificaram relação diretamente proporcional entre limitações físicas, tempo de afastamento e incidência de sintomas depressivos, assim como constataram que 31% dos profissionais apresentavam quadro depressivo, em decorrência, principalmente, das limitações impostas pela doença e do medo de perder o emprego, mesmo depois do afas-

tamento. Além destes fatores, a sintomatologia dolorosa imposta pela DORT tendo sido apontada como um precursor de quadros depressivos.

Figueiró (1999) revela ser a depressão comum em pacientes com dor crônica, embora não se possa assegurar nexos causais entre elas, uma vez que a queixa de dor pode fazer parte da sintomatologia dos quadros depressivos, como ratificam Wilson, Ericsson, D'En, Mikhail e Emir (2002) - pacientes com depressão relatam maior intensidade de dor e menor capacidade de controle de sua vida. Selman (1975) explica a depressão humana pelo modelo de desamparo. Sujeitos submetidos a estímulos incontrolláveis aprendem que os eventos do meio são independentes de sua resposta. A representação cognitiva desta aprendizagem gera a constatação de que resposta e consequência são independentes, e, por isto mesmo, incontrollável os efeitos motivacionais, cognitivos e emocionais das respostas. Diante de situações nas quais a resposta que o indivíduo emite não tem importância, ou seja, naquelas em que não há possibilidade de controle sobre a consequência, instala-se o estado de desamparo. A etiologia da depressão traduz a crença de que toda ação é inútil (CAVALCANTE, 1997; RODRIGUES, 2000; HOLMES, 2001). Beck (1979) postula que a depressão decorre dos seguintes aspectos:

Percepção negativa de si própria - o indivíduo tende a se ver como inadequado, incapaz e fracassado, e a atribuir às experiências desagradáveis, responsabilidade pessoal;

Expectativas negativas com respeito ao meio-ambiente - o deprimido tem a tendência a interpretar as experiências de uma forma negativista. É como se o mundo estivesse pedindo muito dele ou apresentando obstáculos insuperáveis;

Expectativas negativas em relação ao futuro - falta de esperança. Ao fazer projeções, dificuldades são antecipadas e o sofrimento parece permanecer indefinidamente; a expectativa é de fracasso (BECK, 1979; LOTUFO; YACUBIAN; SCALCO; GONÇALVES, 2001).

A abordagem da psicodinâmica do trabalho para explicar a depressão vinculada ao trabalho. Dejours (1984) considera como fenômeno central de um estado depressivo relacionado ao trabalho o embotamento afetivo, caracterizado

pelo desaparecimento do prazer em todas as dimensões da vida e pela mecanização dos comportamentos. Pela robotização dos comportamentos, o indivíduo minimiza o seu sofrimento, anestesia-se psiquicamente. Como mediador do processo saúde-adoecimento, o trabalho, de um lado, constitui-se fonte de prazer por possibilitar a realização e a construção da identidade, por ser meio de estruturação psíquica dos sujeitos. Por outro lado, apresenta características promotoras de sofrimento, especialmente quando não promove o reconhecimento do trabalho realizado e a vivência do prazer ou quando impossibilita qualquer forma de investimento afetivo.

A falta de reconhecimento faz emergir conflitos entre o desejo de ser reconhecido, de ser referendado pelo outro e de ter prazer e uma realidade inversa, que se apropria desse desejo de prazer para mascarar o sofrimento e para manter o sujeito produtivo. Profissionais inseridos em contextos de trabalho, geralmente, caracterizados pela alta incidência de DORTs, parecem viver condições propícias ao embotamento afetivo e ao sofrimento psíquico. A busca pelo reconhecimento e pelo prazer, em um contexto que impõe a robotização dos comportamentos, leva o trabalhador a intensificar a utilização de mecanismos tais como o da autoaceleração e o da negação, movimento que pode refletir-se na aceleração do processo de acometimento de DORTs.

A produção capitalista, nos últimos 40 anos, intensificou mudanças no espaço produtivo. O processo de reestruturação produtiva trouxe inovações como a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; as novas modalidades de gestão de produção, tais como os Círculos de Controle de Qualidade e Programas de Qualidade Total; a série de racionalização da produção, tais como o downsizing e a reengenharia (muitas das racionalizações produtivas decorreram de novos patamares de centralização e concentração do capital, por meio de fusões, aquisições e diversificações corporativas, que implicaram – e ainda implicam – em demissões em massa). O mundo laboral está mudando e, no trabalho contemporâneo, são evidentes os efeitos da globalização e das tecnologias da informação e comunicação. Evidencia-se, também, a forma acelerada dessas mudanças. Observamos um cenário de descontinuidade e de rupturas,

acarretado pela grande velocidade com que estas transformações vão se dando. A flexibilização do trabalho é a grande mudança da sociedade capitalista, dando novas formas e conteúdos ao trabalho e às relações de trabalho. No Brasil pode-se observar a coexistência de diferentes estratégias tecnológicas. Alguns de seus efeitos já podem ser observados nas informações do Ministério da Saúde (2001, p.19-22).

...a adoção de novas tecnologias e métodos gerenciais facilita a intensificação do trabalho que aliada à instabilidade no emprego, modifica o perfil de adoecimento e sofrimento dos trabalhadores, expressando-se entre outros [...]; o surgimento de novas formas de adoecimento mal caracterizado, como estresse e fadiga física e mental e outras manifestações de sofrimento relacionadas ao trabalho. [...] O processo de reestruturação produtiva, em curso acelerado no país a partir da década de 90, tem conseqüência, ainda pouco conhecidas, sobre a saúde do trabalhador, decorrentes da adoção de novas tecnologias, de métodos gerenciais e precarização das relações de trabalho. [...] Práticas de intensificação do trabalho e/ou aumento da jornada. De trabalho, com acúmulo de funções, maior exposição a fatores de riscos para a saúde, rebaixamento dos níveis salariais e aumento da instabilidade no emprego [...] caracterizam a precarização do trabalho, a deteriorização das condições de saúde, os trabalhos temporários e a informalização do trabalho.

Aumenta a importância da informação, do trabalho imaterial, em contraposição ao conceito convencional de trabalho, centrado na ideia de transformação da natureza (LIEDKE, 2002). As inovações tecnológicas trouxeram consigo a intensificação do trabalho. A Lesão por Esforço Repetitivo (LER), na atualidade, é uma das principais doenças do trabalho, nos vários ramos produtivos, passando dos tradicionais, como vestuário e calçados, aos modernos, como informática. A utilização de máquinas e a robotização, em alguns casos, aliviaram a carga física do trabalho, mas o processo de automação passou a exigir maior destreza das mãos. Agora, o esforço físico demandado é de outra natureza. É um esforço leve e, por isso, capaz de ser repetido em alta velocidade pelas mãos e pelos dedos por várias vezes, e cobra, ao mesmo tempo, uma postura estática e a sobrecarga dos segmentos do corpo (SANTOS 2005). As mudanças na esfera

produtiva intensificaram a exploração da força de trabalho e o desgaste da saúde do trabalhador.

Poucos esforços foram feitos no sentido de minimizar as condições de sofrimento no trabalho; em contrapartida, muito se pensou no avanço da produtividade do capital. A busca pelo lucro a qualquer custo e do aumento da produção nas empresas gera problemas sociais e humanos que tem consequências sobre a vida dos trabalhadores. *“Beneficiário da produção, o homem é, amiúde no mesmo movimento, vítima do trabalho”* (DEJOURS, 1996, p. 150). No interior e no exterior da empresa há consequências do processo de produção desenfreado. Han (2015) discute em sua obra *A sociedade do cansaço* a transição de uma sociedade que, no século passado, sofria de patologias bacteriológicas ou virais para uma sociedade que, no século 21, sofre de patologias neuronais, como depressão, transtornos de déficit de atenção, hiperatividade e Síndrome de Burnout.

O ritmo do produtivismo neoliberal imposto aos trabalhadores, a partir das exigências do melhor desempenho, do atingimento de metas impossíveis e do aumento de produtividade, desequilibra emocionalmente o trabalhador, gerando sobrecarga, desgaste, irritabilidade e ansiedade permanentes, o que se traduz principalmente nas patologias da sobrecarga e da solidão. O autor defende que as patologias deste século estariam relacionadas a um excesso de positividade, que faz parecer que tudo é viável ao homem. Esse excesso de positividade se desenvolveria, segundo o pensador, *“numa sociedade permissiva e pacificada”* que *“não pressupõe nenhuma inimidade”* (HAN, 2015, p.19). No que tange às patologias neuronais, elas seriam próprias do sistema de desempenho e de produção em que vivemos. Diferentemente da sociedade disciplinar do século passado, em que o sujeito devia explicações a um terceiro e por ele era cobrado, na sociedade atual, o sujeito é empresário de si mesmo e, portanto, é consigo mesmo que ele entra em guerra na eterna busca de se autossuperar. O processo de autossuperação produziria indivíduos depressivos e fracassados, *“não leva à liberdade”*, como muitos podem pensar, *“ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam”* (HAN, 2015, p.29).

Segundo o esquema neuronal, a positividade é a prática de violência como resultado da superprodução, do superdesempenho, da supercomunicação. O poder é cada vez mais imanente, ele brota de modos de vida corrompidos. Assim, a violência não é privativa, mas saturante; não excludente, mas exaustiva. A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho, gerando sujeitos de produção, empresários de si mesmos. Desempenho é o nome da mais nova forma de dominação. Se a Sociedade Disciplinar era uma sociedade do Não do poder, a do Desempenho é a do Sim, mas igualmente submetida. Por essa exigência de produção, que gera as patologias da sobrecarga, destacamos o Burnout.

O conceito de Burnout surgiu nos Estados Unidos em meados dos anos 70, para dar explicação ao processo de deterioração nos cuidados e atenção profissional nos trabalhadores de organizações. Ao longo dos anos esta síndrome de “*queimar-se*” tem se estabelecido como uma resposta ao estresse laboral crônico integrado, por atitudes e sentimentos negativos. Derivado do inglês “to Burns out” (“queimar-se, consumir-se” em português), o termo Síndrome de Burnout foi usado por primeira vez, em 1974, pelo psicanalista Herbert Freudenberger ao observar que seu trabalho não lhe trazia o mesmo prazer de outrora, relacionando a sensação de esgotamento à falta de estímulo originado da escassez de energia emocional. Além desses sintomas, Freudenberger incluiu fadiga, depressão, irritação e inflexibilidade como pertencentes ao quadro sintomatológico da Síndrome de Burnout.

Em 1981, Christina Maslach e Susan Jackson colocaram a Síndrome de Burnout na perspectiva de um stress intenso e contínuo provocado pelo trabalho. Em 1999, Christina Maslach e Michael Leite deram à Síndrome de Burnout sua definição e caracterização final: uma síndrome composta pelos tripés exaustão emocional, despersonalização e falta de realização profissional. A Síndrome de Burnout é caracterizada por uma evolução lenta, sendo desapercibida no início, quando há a negação de que algo de errado está ocorrendo, com piora progressiva e severa. Os sintomas são relacionados à exaustão mental, emocional, fadiga e depressão, com queda do desempenho no trabalho causada por com-

portamentos negativos; exaustão emocional; despersonalização e baixa realização pessoal no trabalho. A exaustão emocional caracteriza-se pela falta/carência de energia, de entusiasmo e sentimento de esgotamento de recursos. A despersonalização pela forma de tratar aos colegas de trabalho como meros objetos. A baixa realização profissional pela auto avaliação negativa, infelicidade consigo mesmo e insatisfação com o próprio desenvolvimento profissional (MASLACH; JACKSON, 1981).

No que diz respeito aos subitens do tripé que compõem a Síndrome de Burnout, o emocional esgotado se refere a sentimentos de cansaço, em que não há mais energia emocional suficiente. A despersonalização, nesta síndrome, engloba um distanciamento na relação com os pacientes e colegas de trabalho, além de uma baixa empatia para com o outro; e a desvalia profissional é caracterizada por uma sensação de incapacidade produtiva, de autoestima diminuída em relação ao trabalho. Não existe uma definição unânime sobre esta síndrome, existe um consenso em considerar que aparece no indivíduo como uma resposta ao estresse laboral. Trata-se de uma experiência subjetiva interna que agrupa sentimentos e atitudes e que tem um semblante negativo para o indivíduo, dado que implicam alterações, problemas e disfunções psicofisiológicas com consequências nocivas para a pessoa e para a organização. Freudenberger (1974), afirma que o Burnout é resultado de esgotamento, decepção e perda de interesse pela atividade de trabalho que surge nas profissões que trabalham em contato direto com pessoas em prestação de serviço como consequência desse contato diário no seu trabalho. Amorim et. al. (1998) acrescentam ainda, que alguns pesquisadores realizaram propostas de delimitação conceitual e assim estabeleceram procedimentos e critérios para o diagnóstico diferencial. Pines; Aronson e Kafry (1981) correlacionam à fadiga emocional, física e mental, sentimentos de impotência e inutilidade, falta de entusiasmo pelo trabalho, pela vida em geral e baixa autoestima a estados que combinam esta síndrome.

Na definição de Maslach e Jackson (1981), encontramos o esgotamento nervoso e despersonalização, onde o primeiro pode ser entendido pela situação que os trabalhadores sentem quando já não podem dar mais de si mesmo afe-

tivamente, é uma situação de esgotamento da energia dos recursos emocionais próprios, uma experiência de estar emocionalmente esgotado, devido ao contato diário mantido com pessoas que não de atender como objeto de trabalho. A despersonalização pode ser definida como o desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativos e cinismo para as pessoas destinatárias do trabalho. Estas pessoas são vistas por profissionais de forma desumanizada, rotuladas negativamente, devido a um endurecimento afetivo e os profissionais ainda os responsabilizam de seus problemas. Maslach e Jackson (1981) afirmavam que Burnout estava estritamente ligado a profissionais de saúde, que perdiam então, o interesse, empatia e o próprio respeito por seus pacientes. A falta de realização pessoal no trabalho constitui-se como a tendência desses profissionais a avaliar-se negativamente e, de forma especial, essa avaliação negativa afeta a habilidade na realização do trabalho e a relação com as pessoas que atendem. Os trabalhadores sentem-se descontentes consigo mesmos e insatisfeitos com seus resultados no trabalho. Amorim e Turba (1998), afirmam que a síndrome de Burnout é uma experiência subjetiva, que agrupa sentimentos e atitudes implicando alterações, problemas e disfunções psicofisiológicas com consequências nocivas para a pessoa e a organização, sendo que esta afeta diretamente a qualidade de vida do indivíduo. Por isso, é necessário um estudo filosófico onde se explicita a natureza humana e, principalmente, as dinâmicas interpessoais que possam interferir no desempenho e produtividade no trabalho.

Esse panorama da produtividade, do atingimento de metas, gera pessoas cada vez mais cansadas, exaustas, atarefadas e com a sensação de algo sempre por fazer, mas continuamos a trabalhar principalmente pela necessidade, e em nome disso somos facilmente cooptados. Maximizar a produção é o lema que se instalou em nossas cabeças. O imperativo do desempenho nos leva ao cansaço. Não se vive bem sob essa pressão, mas também não se vive sem ela, pois implicaria no desemprego. Hoje, nós também adoecemos por falta de negação, pelo excesso de positividade a que Han (2015) se refere, ou seja, pelo introjetar de que tudo é possível e que se pode “*dar conta*”. Em uma Sociedade do Cansaço estamos sempre fadados a falhar. Se não com o trabalho, com a família, com os amigos, com

os projetos e realizações pessoais. O lamento do depressivo, “*não pode mais...*”, só é possível numa sociedade que crê que nada é impossível. “*Não mais-poder leva a uma autoacusação destrutiva e a uma autoagressão*” (HAN, 2015, p. 29). O ócio é o pecado capital por excelência. O sujeito do desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo, pois não se permite o não fazer.

Han procura mostrar que a sociedade atual não é uma sociedade disciplinar. Esse tipo de sociedade seria negativo porquanto o conceito que a define, o de disciplina, é determinado pela proibição. Disciplina, e mesmo controle, se expressa através do verbo “*não poder*”, formando sujeitos que não podem “*sujeitos de obediência*” (p. 19). O que rompe com esta obediência é o perfazimento da produtividade, que implica a permissão, não a proibição. A sociedade atual caracteriza-se assim pela ilimitação do verbo “*poder*”, por formar “*sujeitos de produção*”, “*empresários de si próprios*” (p. 19). Han diagnostica uma transformação institucional, normativa e individual: hospitais, manicômios, prisões, quartéis e fábricas foram substituídos por ginásios, torres de escritórios, bancos, aeroportos, centros comerciais e laboratórios genéticos; proibições, organizações, ordens e leis foram substituídas por projetos, iniciativas e motivações; loucos e criminosos foram substituídos por deprimidos e frustrados. O autor defende a tese de que o excesso de positividade, manifestado, por sua vez, no excesso de estímulos, informações e impulsos, transforma a estrutura e a economia da atenção. Por causa da fragmentação e dispersão da percepção e da técnica do multitasking³¹, associada a essa dispersão, a atenção profunda e contemplativa da vida cultural tem sido suplantada por uma “*hiperatenção*” (p. 26). Para Han, esta é análoga à atenção múltipla do animal selvagem. Por isso Han pode afirmar que o multitasking “*não representa um progresso civilizacional*”, mas, pelo contrário, “*uma regressão*” (p. 25). A hiperatenção caracteriza-se pela mudança de foco de atenção multifocal.

Han discute a distinção entre os conceitos de vida ativa e vida contemplativa, a partir de Hannah Arendt. Em Arendt, a vida ativa está associada, ao primado da ação. A vida contemplativa esta ligada com aquela experiência de ser, segundo a qual o belo e o perfeito são imutáveis e imperecíveis e se retrai a

31 Segundo Carrion (2002) o termo corresponde à imagem do trabalhador “multitarefeiro”, profissionais que têm a habilidade de fazer mais de uma tarefa ao mesmo tempo.

todo e qualquer ação humana. Seu humor de fundo e o espanto a respeito do ser-assim das coisas, afastado de toda e qualquer exequibilidade e processualidade. A vinculação do homem à ação decorre do nascimento, pois ao nascer todo o homem é capaz de recomeçar a humanidade. Ainda em Arendt, a possibilidade de ação é destruída através da redução do homem a um animal laborans passivo. Esta redução faz com que, por seu turno, as formas da vita ativa sejam reduzidas ao trabalho. A humanidade, nesse contexto, não é mais do que um mero fenômeno ou processo biológico.

A sociedade do cansaço, enquanto uma sociedade ativa desdobra-se lentamente numa sociedade do doping. Esse doping possibilita de certo modo um desempenho sem desempenho. Só a proibição, porém, não impede aquele desenvolvimento pelo qual não só o corpo, mas também o homem como um todo se transforma numa máquina que pode funcionar livre de perturbações e maximizar seu desempenho. O doping não passa de uma consequência dessa evolução na qual a própria vitalidade, que é constituída por um fenômeno bastante complexo, e reduzida a uma função e um desempenho vital. Como contraponto, a sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram um cansaço e esgotamento excessivos. Esses estados psíquicos são característicos de um mundo que se tornou pobre em negatividade e que é dominado por um excesso de positividade. Não são reações imunológicas que pressuporiam uma negatividade do outro imunológico. Ao contrário, são causadas por um excesso de positividade. A elevação do desempenho leva a um infarto da alma. O cansaço da sociedade do desempenho é um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando. O cansaço de esgotamento não é um cansaço da potência positiva. Ele nos incapacita de fazer qualquer coisa.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O amigo e o que é um dispositivo? Editora Argos, 2014.

ALVES, Giovanni. Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de Sociologia do

trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.

_____. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo / Coleção Mundo do Trabalho, 3ª Ed, 1999.

AQUINO, C. A. B. de. O Processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. Revisa O público e o privado. Nº 11 - Janeiro/Junho – 2008.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3. Ed. Lisboa: Edições 70. 2004.

DEJOURS. C. A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

Durkheim, Émile. (1978), De la division du travail social. Paris, PUF.

_____. (1983), Le suicide. Paris, PUF.

GERNET, Isabelle. Psicodinâmica do reconhecimento. In: MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo et al (Orgs.). Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010.

GIRARD. René. A Violência e o Sagrado. Ed. Paz e Terra. 2008.

_____. Eu Via Satanás Cair Como Um Relâmpago. Ed. Paz e Terra. 2012.

HEGEL, G. W. F. Filosofia dello spirito jenesse, editado por Cantillo. Bari: Laterza, 1971.

_____. La philosophie de l'esprit de La "Realphilosophie" – 1805-1806. Paris: PUF, 1982.

_____. Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie. Werke, Vol. 20. Frankfurt: Suhrkamp, 1986.

_____. O Sistema de vida ética. Lisboa: Edições 70, 1991.

_____. Lineamenti della Filosofia del Diritto. Diritto naturale e scienza dello Stato in compendio, editado por G. Marini. Roma-Bari: Laterza, 1996.

HEIDEGGER, Martin, Nietzsche. Volume 1. Forense Universitário. 2007.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia Política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A. 1980.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1978.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. Sobre o Sacrifício. Ed. Cosacnaify. 2005.

MULLER, H. P. Trabalho, profissão e “vocação”: o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). O Trabalho na História do Pensamento Ocidental. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

SANTOS, J. E. Trabalho e riqueza na Fenomenologia do espírito de Hegel. São Paulo: Loyola, 1993.

SENNETT, R. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967.

WILLAIME, Jean-Paul. As reformas e a valorização religiosa do trabalho. In: MERCURE, D.;

SPURK, J. (Orgs.). O trabalho na história do pensamento ocidental. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 63-87.

CARRION, R. Reestruturação Econômica, Relações do Trabalho e Qualificação na Indústria Petroquímica. Organ. Soc. vol.9 n. 23 Salvador jan./abr. 2002.

6

CAMBIOS DE PARADIGMA: TACTICAS ECO-FEMINISTAS EN VALENCIA A PRINCIPIOS DEL SIGLO XXI

María José Méndez Gallart³²

A través de este capítulo identificaremos el origen de la teoría eco-feminista así como el concepto cambio de paradigma. El enfoque multidisciplinar que plantea la publicación nos permite señalar las iniciativas que puedan ser identificadas con esta corriente de pensamiento el eco-feminismo, que procurarán facilitar el acceso a las tácticas identificadas (de Certeau, 1986) con el fin de poder funcionar como agentes de cambio en nuestra ciudad, Valencia. Para ello haremos una primera toma de contacto con la complejidad a la que nos enfrentamos (Morin, 2010) y el concepto “*transición*” a la sociedad a la sociedad post-carbono, cuya economía y producción industrial no podrá basarse en recursos energéticos de origen fósil (Turiel, 2013) en el futuro no muy lejano, se estima que entorno al 2030. Identificaremos si hay apertura a modelos económicos y financieros alternativos a los que dominan en la corriente principal de economía capitalista y neoliberal en la actualidad, pero algunos los sanitarios, los pedagógicos, los legislativos los abordaremos en otra ocasión. El objetivo es facilitar el acceso a la información al ciudadano que esté inquieto al haber tomado conciencia de

³² Escuela de Doctorado Universidad Politécnica de Valencia-España. E-mail: mamengal@alumni.upv.es

las grandes dificultades que va a tener que hacer frente la sociedad civil y desee crecer y co-crear en una sociedad con alternativas de justicia social y medioambiental en la que pueda tener a su alcance opciones de vida éticas y sustentables. Citaremos principalmente colectivos cívicos y entidades que han surgido de forma espontánea, cuyas relaciones organizativas tienden a ser horizontales y se basan en la autogestión y la democracia directa. Son muchos los sectores en los que la actividad es incipiente y es todavía un ámbito poco estudiado y dinámico. Este capítulo sugiere al lector pasar a formar parte activa de los procesos de cambio que interrelacionados pueden suponer una gran transformación (Riechmann, 2015). Todas estas iniciativas son hoy una realidad, lugares a los que el ciudadano que ha tomado conciencia o se ha visto afectado por la sociedad del riesgo (Beck Ulrich , 1986) se ha decidido a actuar. Colectivos con propuestas inclusivas que aportan una verdadera transformación integradora. Grupos de personas que funcionan como un sistema abierto en el que hay un intercambio continuo que está interrelacionado, sistemas de relación que forman parte de un sistema social complejo.

La ecología como ciencia hunde sus raíces en el siglo XIX cuando Haeckel acuña el término. Esta rama de la ciencia abarca muchas disciplinas entre ellas la biología, la zoología y la evolución. Puede hacerse una lectura del término ecologista como una persona que tiene inquietudes acerca del conocimiento de esta ciencia y como ecólogo el experto en ella, la persona que dedica su vida a este campo de investigación. Sin embargo hay actualmente dos tendencias una que identifica la ecología como un sistema de organización política con representación democrática y otra que la identifica con un movimiento social que en el último siglo especialmente y a nivel global ha desarrollado su potencialidad desde la disidencia, desde las fisuras de los Estados.

Puede que la disidencia sea el primer punto en común del ecologismo con el feminismo, pero hay que profundizar más queremos saber en qué punto convergen. Dónde es que se encuentran el feminismo y la ecología. La identificación del eco-feminismo con dos movimientos sociales, la ecología y el feminismo no es demasiado complicada, pero para acotar un concepto tan amplio que co-

necte las dos teorías es necesario remitirnos a figuras de relevancia en este campo de estudio que ofrezcan una comprensión de ágil lectura. "Lo femenino es una construcción cultural mediante la cual el patriarcado ha imaginado una figura inferior, carente de un proyecto existencial, un ser domesticado enajenado de la participación en la cultura. Lo ha identificado como alteridad de la Naturaleza ya que somos creadoras de una vida cíclica, con la fertilidad y lo ha hecho de forma casi inconsciente. La maternidad como origen de la vida y la tierra como símbolo de la fertilidad al que poner la simiente dadora de vida" (De Beauvoir, 2013) Alicia H. Puleo directora de la Cátedra de estudios de Género de la Universidad de Valladolid propone una lectura de "El Segundo Sexo" de Simón de Beauvoir. En los años 70 y 80 del pasado siglo nacen en Norte América unas corrientes que recuperan esta identificación la de la alteridad con la naturaleza y la reivindican como una esperanza conservadora de la vida. Desprendiendo de esta visión la ética del cuidado femenino, la del cuidado de los seres vivos, en contraposición a la competitividad y la agresividad de la figura también imaginada del hombre. Dando un paso más allá en la conceptualización del cuerpo femenino en estos años hay también una preocupación patente por recuperar el control de la reproducción y del control sanitario que se hace del cuerpo por parte de la industria farmacéutica.

Y este se identifica también con el discurso de la defensa de la tierra, la defensa del cuerpo como territorio. Este es un elemento central en el discurso eco-feminista en el inicio del movimiento. Es Mary Daly (Browne, 1981) quien en 1978 desde Boston crea un marco teórico filosófico con la publicación *Gyn/Ecology*. Aquí es donde convergen el feminismo y la ecología. Este eco-feminismo, llamado en la actualidad clásico o radical, contrapone la masculinidad biológica relacionada con la competitividad y la destrucción de la naturaleza y fue duramente criticado por otros sectores feministas que lo consideraron un ataque a la identidad de género masculino y por ello derivaron en visiones constructivistas de creación más reciente que mencionaremos en el apartado 4.

A menudo se recurre al cambio de paradigma en la divulgación y en los contenidos de marcado carácter político. Para acotar el marco teórico del campo

semántico "cambio de paradigma" en esta introducción haremos referencia al concepto en referencia al ámbito científico (Kuhn, 1996). Y en segundo lugar nos referiremos al cambio de paradigma como transito del viejo modelo económico, social y productivo a un nuevo contexto o nuevo paradigma que se está dando de forma experimental y creativa con connotaciones metafísicas, en su acepción más filosófica. Un nuevo paradigma que funciona al margen de unas bases ideológicas y económicas decadentes y que no está relacionado con movimientos políticos de origen socialista ni el comunista, ni el marxista, si bien hunde sus raíces en una visión del municipalismo o anarquismo libertario, este cambio de paradigma no resulta excluyente para ningún ciudadano. Es una alternativa basada en la experiencia humana a un sistema dominante en la actualidad que no es sostenible, que continua abriendo grandes brechas y desigualdades humanas, que comenzamos a vislumbrar, que tenemos que aceptar, para identificarlas con claridad y hablar de ellas con el fin de abordar las posibles soluciones. El sistema actual plantea una ausencia total de equidad, pone cada día en peligro de forma más evidente el bienestar de una parte mayoritaria de la población y del entorno de la población en su totalidad. Un entorno que está devastado.

Quisiéramos señalar en este apartado que es del fondo de la amplia y profunda piscina de conocimientos en la que nos sumergimos los investigadores, desde el que se enuncian los nuevos conceptos y teorías de manera permanente. Que es en base a ellos sobre los que se legisla y se actúa desde la administración. No obstante, esos avances no siempre son tales. Algo que desde la ciencia se llama falsacionismo sofisticado concepto creado por Imre Lakatos (Paul Feyerabend, 1986) en concreto problema de demarcación de Karl Popper. Teniendo en cuenta que, para la resolución de problemas concretos se crean muchos otros, cuyas consecuencias para el medio ambiente y la salud de los humanos son difíciles de cuantificar, cuando no son evidencias de un desastre. Tal sería el caso, por ejemplo de la energía producida a través de la física nuclear y el margen de error para que las centrales tengan un problema de escape radiación como fue el caso de Fukushima o Chernobyl, o simplemente qué se hace con los residuos nucleares tras su agotamiento energético. Pues bien, es de suma importancia que

la comunidad científica tenga la capacidad de reconocer en estas consideraciones, lo que son o no son, avances para la humanidad, con el fin de poder rectificar, sobre las leyes y en su caso también sobre la ciencia. En este contexto social se entiende perfectamente a qué hacemos referencia cuando hablamos de "cambio de paradigma en la Valencia del Siglo XXI". Atender al cambio de paradigma científico es tan vital como atender al cambio en la legislación cuando este avance implica niveles perjudiciales, más aún si con el tiempo superan al beneficio pretendido, el desarrollismo acaba siendo una involución que nos puede acercar al colapso civilizatorio. Este cambio de paradigma incide también en los sesgos cognitivos en relación al sistema de creencias y a las religiones y por tanto del desarrollo social en los estados que no son aconfesionales para los ciudadanos a los que no les mueve la fe. Es decir, sobre un territorio es determinante que se financie una investigación científica, se potencie o no teniendo en cuenta estos dos factores, que supongan un progreso y que a través de ellos se modifique la legislación cuando se identifique un cambio de paradigma científico, como por ejemplo con la modificación genética de las semillas. Y por otra parte el punto de partida para defender posiciones relativas a los sistemas de creencias tan arraigados en los sistemas sociales a través de las religiones y su construcción social y cultural a través de los estados, por parte de los que no son creyentes.

"Los ejemplos más evidentes de revoluciones científicas son los episodios famosos del desarrollo científico que, con frecuencia, han sido llamados anteriormente revoluciones. Por consiguiente, en las Secciones IX y X, donde examinaremos directamente, por primera vez, la naturaleza de las revoluciones científicas, nos ocuparemos repetidas veces de los principales puntos de viraje del desarrollo científico, asociados a los nombres de Copérnico, Newton, Lavoisier y Einstein. De manera más clara que la mayoría de los demás episodios de la historia de, al menos, las ciencias físicas, éstos muestran lo que significan todas las revoluciones científicas. Cada una de ellas necesitaba el rechazo, por parte de la comunidad, de una teoría científica antes reconocida, para adoptar otra incompatible con ella. Cada una de ellas producía un cambio consiguiente en los problemas disponibles para el análisis científico y en las normas por las que

la profesión determinaba qué debería considerarse como problema admisible o como solución legítima de un problema. Y cada una de ellas transformaba la imaginación científica en modos que, eventualmente, deberemos describir como una transformación del mundo en que se llevaba a cabo el trabajo científico. Esos cambios, junto con las controversias que los acompañan casi siempre, son las características que definen las revoluciones científicas" (Kuhn, 1996)

Entendemos pues la importancia del reconocimiento por parte de la comunidad científica de las teorías feministas o de las que engloba la ecología. Y la relación en la práctica social que tiene con ellas el cambio de paradigma científico. En este sentido la lectura de "En la Espiral de la Energía I-II" (Fernández Durán, Ramón and González Reyes, 2014) en el que se hace un análisis historiográfico del desarrollo civilizatorio a través del consumo de energías fósiles aportando gran cantidad de datos. Como la irrupción del Estado como forma de organización social, la aparición de la dominación a través del patriarcado, las resistencias derivadas de esta dominación, la creación de un modelo económico y social basado en el capitalismo neoliberal y sus resistencias.

Paul Crutzen denomina al periodo en que vivimos Antropoceno, término que nace en contraposición al Holoceno que fue el periodo de la era de la extinción conocida.

Imagen 1 - "Vivo sin trabajar"



Fuente: Sánchez Castillo, F (2002)

A continuación justificaremos el porqué urge el empleo de tácticas de estas dos teorías ecología y feminismo en nuestro territorio en la actualidad y como es que son llevadas a la práctica. Actualmente el Estado de Derecho en los regímenes democráticos pelagra. Esto es debido a varios factores, uno de ellos es la base estructural de nuestro sistema democrático y social de carácter patriarcal, este sistema discrimina a la mujer por razones de sexo. Pero también es la gerontocrático, eso significa que hace lo mismo en función de la edad, hay un tapón en las agendas políticas mundiales para que los puestos los ocupen los más jóvenes. A su vez hay un tercer factor determinante, la corrupción.

En la vida cotidiana la dominación del individuo se llevada a cabo mediante las estructuras políticas jerárquicas, pero lamentablemente sobre las estas pesan aún más las estructuras invisibles que se entretajan con la política, la de las corporaciones. La corporatocracia está a la cabeza en los procesos políticos, gobiernan los intereses de la producción industrial y el comercio. Además la cultura como sistema social tiende a la cosificación de las personas y a la identificación de su valía personal con el poder adquisitivo de cada cual. Estos conceptos, simbologías o representaciones mentales se exhiben de forma permanente a través de bienes de consumo, objetos, casas, coches, ropa todos ellos forman parte de un sistema de creencias que no deja de ser similar a la fe, el tanto tienes tanto vales ha pasado de ser un "deporte" nacional, lo sigue el mundo entero, incluidas las personas a las que este sistema deja fuera de juego. Por eso bancos como el Santander abren oficinas en las favelas de Rio de Janeiro, se ha globalizado la pobreza, a todo ha de sacársele un rédito. No aterriza la banca ética por estos lares. Estos símbolos de poder revolotean perpetuamente en nuestros pensamientos, se inmiscuyen en lo más íntimo de nuestro ser de forma constante, pensamientos que en el caso de ser contrarios, procuramos no hacer públicos debido al desprestigio social que conllevan puesto que van en contra la corriente de pensamiento principal, el pensamiento hegemónico. Por otra parte es un trabajo arduo y difícil pensar con claridad cuando la cultura de masas invade nuestra percepción de forma constante con demandas de consumo innecesario, hasta niveles del inconsciente, solemos estar sometidos a una oferta

tremenda de distracción, de entretenimiento, la sobre carga de información llega a dominar nuestra vida y lo hace a través de los sistemas de persuasión y de vigilancia. Este sistema de dominación, que Foucault denomina biopoder (Foucault, 2010), tiene un fin, un único fin y es este: otorgar privilegios que predisponen a los más vulnerables a la depredación. Los hombres y mujeres pobres y los más vulnerables se quedan en las periferias sociales de la vida, sin acceso a los servicios básicos, sin acceso a la propiedad, sin control de tierras y otros bienes, sin herencias, sin derechos, ni recursos económicos, sin asistencia sanitaria, sin medicamentos... sin una vida digna de ser vivida.

¿Qué es lo que pasa con los humanos? la naturaleza no es de nadie y es de todos, los recursos naturales son sobre la base entera de nuestra economía. ¿Quién otorga los privilegios en ella?

Vemos transformaciones forzadas, expolio de recursos naturales, migraciones, poblaciones en conflicto, regímenes democráticos corruptos, regímenes dictatoriales, vemos las diferencias entre los países pobres y los ricos y a duras penas logramos imaginar cómo es que se organiza toda esta trama. Vemos cuáles son las consecuencias de la carestía y no alcanzamos a poner en práctica las estrategias de los estados de derecho para paliarlas, por una simple razón, porque no hay. No hay estrategias estructurales en el Estado Español, para la crisis de refugiados, los ciudadanos nos levantamos exasperados queriendo llevar soluciones, proponiendo ideas y alternativas improvisadas. Y los que debieran tenerlas no hacen nada. Ni siquiera se justifican. Podría ser mi hijo, pensamos. Podría ser yo, podrías ser tú. El estado no tiene un plan para el día que entre en un conflicto y la persona afectada seas tú, no hay un plan A ni uno B. No hay plan. Hoy en nuestra ciudad la sociedad civil empieza a movilizarse, tal vez les mueve por la compasión, tal lo que les mueve es el miedo a sentirse en ese lugar. Al pensar en hacer frente a los problemas de la dominación, como son la atención al drama de los refugiados por conflictos de guerra, la pobreza extrema, la exclusión social, incluso la acción del estado al denunciar la trata de blancas o el tráfico de drogas, de animales o de órganos, nos preguntamos cuál es el plan y algunos de nosotros terminamos abrazando la misantropía, que es la pérdida

de la confianza en el ser humano y en el peor de los casos otros nos deprimimos hasta la muerte. Hay un acuerdo tácito entre los medios de comunicación y las estadísticas oficiales por suicidio en España, no se publican, con el fin de no alentar a la población a acabar con su propia vida. La depredación social acaba generando en los individuos incertidumbre, sometimiento y por supuesto, en ocasiones, llega la violencia. Urge pues una nueva narrativa que se haga cargo de los problemas sociales de la dominación, aunque haya bastantes obstáculos para que podamos llevarla a cabo. Este es el principal cambio de paradigma que deseo señalar en el capítulo de este libro. El cambio de paradigma en la Valencia del Siglo XXI al que hago referencia es el de la observación de nuestro propio pensamiento. Los seres humanos estamos dotados de una característica evolutiva única en la naturaleza. Esta es observable desde el punto de vista científico a través de la neurofisiología. Para su comprender como ésta es de determinante en el comportamiento humano, tenemos que acercarnos ella, a la cognición como un proceso biológico en un sistema complejo (Maturana & Varela, 2006). Es a través del sistema nervioso que se otorga la capacidad de acción a todos los seres vivos, esta es la gnoseología de que nosotros mismos somos naturaleza. No obstante sólo el ser humano comparte una capacidad con algunos seres vivos, como puede ser el caracol, y es la llamada "neuroplasticidad", pero poder controlar este emerger de las relaciones sinápticas neuronales encierra un inmenso potencial de incalculable valor en los seres humanos, que no tienen el resto de los seres vivos, posiblemente demostrar que el ser humano es capaz, puede llegar a hacer esto suponga el mayor hito evolutivo entre especies en la naturaleza. En esta publicación hacemos referencia a la relación de estos procesos emergentes en el pensamiento y los relacionamos con la creación, empleando para ello la "enacción" (Varela, 2001). De manera "enactiva" algunos, otros, la mayoría de forma consciente hemos ido modificando nuestro entorno, siempre dinámico y cambiante igual que el resto de los sistemas complejos a través de los cuales se organiza nuestra vida.

¿Pero cómo llegar al cambio de paradigma de la "enacción" en nuestra vida cotidiana? ¿Qué tiene que ver esto con el feminismo y la ecología? La in-

teligibilidad a la que nos enfrentamos la mayoría de las personas es el obstáculo principal para poder pensar y comprender la complejidad en los términos que la propone Edgar Morín. Pero se hace necesario vencer esta impotencia que todos hemos sentido alguna vez y conocer que no es sencillo de comprender, que se requiere el esfuerzo mental o intelectual pero que merece la pena hacerlo. Estamos en un momento de crisis humanitaria, sí, pero este supone, sin embargo, una oportunidad. Es en este momento preciso en el que puede emerger la empatía, es el tiempo de proponer una ética libre, la ética de la libertad, concepto que nada tiene que ver con el anarco capitalismo basado en la propiedad privada. ¿Pero cómo? ¿cómo podemos transmitirnos unos a otros esta corriente de pensamiento empático y compasivo en un entorno donde todo permuta constantemente, donde nada es definitivo, es expansivo y todo está sujeto a las leyes de la impermanencia?. Necesitamos comprenderlo, deshacer la inteligibilidad que surge de este entorno, un poner en orden en el pensamiento, necesitamos también educarnos en el silencio. El objetivo es llegar a la libertad de la sociedad post-carestía ¿Pero cómo es que cómo el ser humano decide qué hacer y cómo actuar frente a la realidad que se le presenta a cada segundo? El ser humano es capaz de modificar su pensamiento y por lo tanto su acción a través de la toma de conciencia, estamos pues en el momento crítico en el que podemos aprender que la transformación del mundo de la vida o Lebenswelt de Husserl, y sabemos que esto depende principalmente de la acción humana y aquí es donde entran en acción las teorías eco-feministas ¿puede la mujer ser el impulso de cambio para la gran transformación? ¿Es posible a estas alturas solucionar los problemas generados por los seres humanos en la primera naturaleza? ¿Cómo podemos hacerlo? Los seres humanos contamos con muchas potencialidades, una de ellas son los movimientos espontáneos del pueblo. Estamos capacitados para crear alternativas, primero en nosotros mismos, después en la esfera pública. Podemos modificar nuestro entorno, lo hacemos a diario, con nuestra cotidianidad, relacional, laboral, deportiva, sexual, es nuestra rutina, en eso consiste nuestra vida, pero podemos modificar nuestro entorno de un modo diferente, que creando una alternativa a la corriente dominante y podemos hacerlo a través de la orga-

nización civil. A través de la participación y la creación asociación más o menos temporal y cambiante de colectivos cuya autogestión se organice mediante la democracia directa y que estas además sean capaces de trasladar sus inquietudes a las instituciones propias de la democracia de un Estado de Derecho. Podemos hacerlo mediante la identificación de los lugares a los que el pueblo soberano ha de acceder de forma legítima y hacer uso de ellos, reclamarlos desde la disidencia si es necesario, tenemos que recuperar el espacio público y a través de una gestión adecuada de los mismos, seremos capaces de generar cambios a pequeña escala que terminen siendo reproducidos por imitación por otras comunidades, crear modelos de comportamiento, que sean estilos de vida deseables de ser asimilados por grupos exógenos que constaten que es posible un modelo de vida nuevo, en donde todos tengamos acceso a una vida digna de ser vivida. Deseamos para nosotros mismos co-crear esta nueva realidad. Además nos enfrentamos al declive del a fuerza del trabajo global y acudimos al nacimiento de la era post mercado, muchos de nosotros vivimos sin trabajar. Sin poder trabajar como por trabajo comprende la corriente principal. Pero esto no significa que no podamos hacer nada, podemos auto-organizarnos. Es el momento de trabajar tal vez desde lo más duro pero la vida sin un trabajo para una persona joven y sana es una vida que carece de dignidad, nuestro objetivo es ir a por una vida digna de ser vivida.

Una vez nos sintamos identificados o sintamos afinidad con las personas que participen en un colectivo en los términos antes mencionados, feminismo, ecologismo, de apoyo mutuo, se propondrán formas de auto-gestión creativas basadas en la comunicación no violenta, en la escucha activa y siempre con el firme compromiso del autoconocimiento, la enacción y la evolución conjunta. Establecidos los sistemas de relaciones en una comunidad, dentro de ella misma podremos establecer otros sistemas de relación a su vez entre las partes y el todo, estaremos entonces preparados para trasladar este dialogo a la vida pública, esto es lo deseable. Pero cuando se trata de comenzar, abordar el inicio con la toma de decisiones de carácter asambleario y municipalista es suficiente. El resto son procesos creativos.

En un Estado de Derecho cada uno de nosotros hemos de poder actuar libremente y para poder hacerlo abarcaremos sistemas de interrelación compleja con núcleos de población de proporciones realistas. No se trata de evangelizar, se trata de lograr convivir desde el respeto y la equidad. Esta manera de actuar en sociedad, al igual que supone descentralizar el pensamiento, supone también descentralizar las estructuras, accediendo a la autoconciencia vamos a tratar de acceder a la libertad o si es al revés accederemos a la autoconciencia a través de la generación de espacios de libertad, es una puerta abierta, para todos. Esta es la característica innovadora de nuestro proceso de investigación, la "enacción" del ser humano como parte emergente de un sistema complejo. Disponemos de los recursos y de los conocimientos para poder funcionar como un modelo eco sistémico como sociedad. Pero lo principal para que esto suceda es que el individuo tome conciencia de que la cognición está ahí, y que su sistema nervioso tiene voluntad propia. Conciencia de que la responsabilidad para la reconstrucción, la recuperación del tejido social, el cuidado a los más débiles y la lealtad a su grupo afín, depende de una cuestión de elección propia. Es importante desarrollar la empatía con los que no tienen esa conciencia, en lugar de oponerse a ellos, procurar colaborar para que todos tengamos acceso a este proceso de cambio de paradigma social. Las personas o agentes de cambio que trabajen de forma sistémica significan la puesta en marcha del motor de la acción empática en el ámbito de la vida cotidiana. Es el intercambio personal versus la parafernalia electrónica, es la generosidad a través de la reciprocidad simbólica o explícita. La interacción en el mundo natural no puede ser sustituida por un mundo basado en la hiperrealidad tecnológica, a menos que perdamos la conciencia de que nuestro medio de vida es la naturaleza. Muchos de nosotros nos pasamos horas de nuestra vida frente a una pantalla y algunos, hacemos frente a realidad escapando de ella a través de la tecnología. Tal como afirma Fernando Cembranos "La escapada virtual consiste en relacionarse, percibir, preocuparse, sentir emociones y ocuparse más de las pantallas que del territorio, mientras este va siendo progresivamente devastado".

Tenemos que reconectar con la naturaleza es imprescindible hacerlo para poder tomar conciencia de que sus límites son finitos y desde ahí, puede que nazca la voluntad de establecer sistemas de equilibrio con ella. Hemos de re-urbanizar las ciudades de forma inclusiva con las zonas rurales, tenemos que llegar a un equilibrio entre pueblo y ciudad a través de un intercambio sostenible. Podemos exprimir nuestra capacidad de acción para llevar a cabo una planificación y gestión participativas e integradas en los asentamientos humanos en todos los países. Para ello la sociedad civil Valenciana va a necesitar organizarse y hacerse visible. Tendremos que hacerlo mediante voces particulares que se alcen momentáneamente para mantener un liderazgo episódico, personas que hagan llegar esta nueva narrativa, que hagan uso de unas pequeñas guías de coordinación para hacer un frente común que sean capaces de hacer frente a los cambios incontrolables constantes en que vivimos de forma eficaz, eficiente, personas cuyo esfuerzo mayor sea poner al alcance de todos los recursos disponibles para la transformación, personas que dejen a parte su subjetividad y se centren en la comprensión. Necesitamos que la sistémica de los colectivos tenga la capacidad de poner en marcha un plan de acción común, que esté guiado por decisiones personales de compromiso íntimo y racional. Solo así podremos transformar de forma crítica y responsable nuestro entorno día a día. Los recursos para la transformación están en las fuentes de conocimiento y en la imaginación. Podemos participar de forma consciente en la creación de ecosistemas donde el humano quede integrado y en equilibrio sostenible, hay medios, se puede. Tomando como hace la naturaleza la energía del sol como una fuente autónoma hacia la que enfocar los mayores esfuerzos intelectuales y económicos en innovación tecnológica dirigidos a una generación de energía limpia en residuos. Antes de querer diferenciarnos del resto por nuestro coche o nuestro reloj, sería conveniente poner el peso del valor de lo que es admirable en aquellos que luchan de forma responsable y coherente por el acceso universal a servicios de energía asequibles, confiables y modernos para todos. Podría ser admirable socialmente el que teniéndolo todo tiene en cuenta además, a la "otredad", quien es capaz de reconocer a los demás en él mismo, sin necesitar creer en nadie más que en

él. Reconociéndonos a nosotros mismos en los demás podremos establecer relaciones sociales empáticas, que conllevarán acciones de apoyo a la acción natural podemos llamarlo naturalismo perspicaz y estético (Bookchin, 1983) por eso estos procesos creativos están íntimamente relacionados con el arte. Frente a la desigualdad posicionamos como valor la equidad y proponemos que el lugar principal de la generación de una nueva economía pase a ser el de la economía de los cuidados, de aquí la importancia de la teoría feminista. Deseamos lograr la igualdad entre los géneros y empoderar a todas las mujeres y las niñas. Partiendo del principio de realidad podemos conocer que necesidades reales tenemos, podemos hacer uso del inmenso bagaje intelectual que atesoramos para poder transformar nuestra nueva realidad en pro de hacer un mundo un lugar más amable para los más vulnerables. Un mundo que poder habitar accesible a todos hombres y mujeres sin distinción de edad ni de sexo. Podremos elegir entre los valores que según otros nos definen por los que hemos decidido que nos definan y que son los que nos llevan a crear grupos de afinidad, para eso en primer lugar tenemos que conocernos bien a nosotros mismos y aprender a "vivir con" en lugar de tener, perder el apego hacia las cosas y utilizarlas como valores de uso en nuestra dinámica de cambio constante, como en la naturaleza. Tenemos que repensar la economía y los sistemas financieros, mirar a los modelos naturales en la ecología para encontrar nuevas oportunidades y aprender continuamente. Construir infraestructuras resilientes, promover un tipo industrialización que sea inclusiva, integradora y compatible con los ciclos de la vida, que fomentar la participación en la misma de modo emergente.

Hoy la infraestructura básica tecnologías de la información y las comunicaciones, saneamiento, energía eléctrica y el agua sigue siendo escasa o nula en algunas zonas de nuestra ciudad, no hace falta ir muy lejos pasarse por el barrio del Cabañal es suficiente, un barrio que de forma paradójica está muy próximo a la ciudad de la Innovación de la Universidad Politécnica de Valencia. Necesitamos, todos, formación e información para poder formar a otros, pero sobre todo, para que cada sistema social sea una fuente de comunicación sostenible y ecológica. Todos estos procesos de cambio consciente podrán hacerse solamente

a través de la ciencia cognitiva, este es el principal cambio de paradigma en la Valencia del Siglo XXI, el de la cultura de la participación en la organización civil de la sociedad de enfoque sistémico. Para que los proyectos promovidos por los ciudadanos puedan llegar a incluirse en el marco de las políticas Europeas, centraremos nuestros esfuerzos en aunar deseo y necesidades individuales que por consenso permitan un beneficio común. Actividades que indudablemente supondrán un desarrollo y una transformación neurobiológica para los que participen de ella además de transformar el propio entorno. Organizaciones que den respuestas efectivas a necesidades humanas que este sistema no es capaz de cubrir de forma equitativa.

Para poder financiar todos los retos que tenemos por delante, como sociedad civil hemos de ser capaces de llegar a las administraciones democráticas que controlan las inversiones de los fondos estructurales. Este nuevo paradigma, el de que la sociedad civil organizada pueda optar a ellos, ha de realizarse mediante un proceso de transferencia del conocimiento, puesto que no es fácil acceder a ellos, posiblemente este sea el proceso democrático más directo, conseguir las "sinapsis" entre nuestras propuestas y los mecanismos de poder, vamos a necesitar de fuertes metáforas, para que se comprendan los procesos, creando de esta manera dinámicas de innovación en dos direcciones, que sean capaces también de transformar la sociedad y a través de ella que se transformen las estructuras a través de lo que nosotros reconocemos como cultura. La democracia directa.

Por último abordamos el cambio de paradigma que va del economicismo a la conciencia cuántica (PIJEM Jordi, 2013) . Desde este punto filosófico hablamos de un cambio de rumbo, la etimología del Kairós nos dice que ha llegado la hora de la verdad, tal vez podemos ponerlo en relación a que este es el momento de un cambio de dirección en nuestra vida, en la que en lugar de dejarnos llevar por el determinismo y la impotencia, comencemos a buscar indicadores propios en lo más íntimo de nuestro ser y perder el miedo a introducirlos en las estructuras organizativas. El pensamiento crítico, el librepensamiento. No ir a buscar donde hay luz, sino empezar desde donde no la hay, allí es que es donde están las soluciones. Tenemos que empezar a dar prioridad a indicadores humanos de forma abierta, antes y frente a los indicadores económicos abstractos.

Somos todas las personas las que formamos parte de una lógica de un sistema, queramos o no pertenecer a él, que se olvida de las necesidades de las personas y del resto de los seres vivos y se centra en las abstracciones de cifras económicas y financieras. Esa violencia estructural o violencia simbólica (Bourdieu, 1989) se deriva de la lógica del sistema y no íntimamente de las personas. De ahí el cambio de paradigma individual, aprehender la capacidad de transformación de las estructuras a través de la interacción social. Sólo nosotros somos capaces de frenar conceptos que triunfan en el economicismo como es la obsolescencia programada que carecen de sentido desde un punto de vista de la ecología y de la sostenibilidad. Pijem dice que "la gran aventura del conocimiento en los últimos cuatrocientos años ha indicado que la vida y la conciencia en el universo es mecánico e impersonal pero que hoy en día vemos a través de la ciencia que el universo se parece más a una gran idea que no a una gran máquina, una realidad asombrosa que nos invita a una sociedad participativa en el que la transformación tiene que iniciarse en el presente, desde una sociedad que se centre en las personas en lugar de centrarse en las cosas".

Si primeramente necesitamos hacer una transición hacia un nuevo paradigma, este ha de ser necesariamente el emocional. Hay muchas maneras de hacerla, todas ellas se apoyan en corrientes psicológicas de carácter humanista. Todas ellas son válidas siempre que nos permitan resistir de forma emocionalmente adaptativa los grandes cambios que se suceden y no sólo eso, sino que nos permitan ser resilientes, salir reforzados de esos cambios. Vamos a necesitar una cadena humana de seres esperanzados y convencidos de que otro mundo es posible y hemos de ser conscientes de que otro mundo es posible tanto en sentido negativo como en uno positivo y que en gran medida depende de nosotros que la transformación se haga en un sentido o en otro. Fritjof Capra será un referente fundamental en el que apoyarse. Haremos por tanto una transición del corazón, la emocional. Dicho esto aprendido y hecho el cambio puede comenzar el camino hacia la construcción de la ecología social. El camino de la comprensión y el conocimiento de la complejidad ha de hacerse necesariamente a través de un proceso intelectual, cuando la mente está quieta tiene la capacidad de formularse

preguntas de forma continua de manera que nos permita identificar problemas y a través de ellos encontrar soluciones (Skitt & Krishnamurti, 2003) a través de la metafísica nos introduce en el concepto de la mente que investiga en su libro *Ser Humano*, estar en una apertura mental constante a la pregunta no para responder a esas preguntas de forma inmediata, sino para dejar que se respondan por sí mismas en el espacio y el tiempo que cada cual necesita. Krishnamurti llama a la "enacción", darse cuenta, la llave que abre la puerta de la inteligencia. Proponemos como cambio de paradigma dejar de valorar la filosofía metafísica como una pseudociencia, puesto que es una corriente filosófica con rigor científico, son las estructuras, como en el psicoanálisis las que impiden la valoración de estas disciplinas como métodos científicos. En este momento el empoderamiento individual es decisivo para avanzar en un modelo social de transición a un nuevo paradigma que aúne todos estos cambios de paradigma y los que estén por venir.

Abordaremos a continuación las realidades paradigmáticas que se están dando en nuestra ciudad a través de la relación de los sistemas productivos con los sistemas sociales. El reto de la seguridad energética en nuestra la ciudad Valencia en es un gran reto, como en el resto de Estado. La dependencia y la vulnerabilidad de los recursos energéticos de nuestra población van unidas al gran desconocimiento por parte de la población, de cuál es el origen, de las fuentes y de cómo el Estado repercute el coste del consumo y reparte las inversiones hipotecadas sobre los ciudadanos, ésta falta de transparencia y el continuo incremento de impuestos no ayudan a vislumbrar un horizonte claro a través de cual obtener una idea clara. Tampoco las políticas restrictivas con respecto al uso de energías alternativas o limpias del Estado Español ayudan a prepararnos una nueva realidad a la que podemos acercarnos a través de Antonio Turiel, físico y titular en el Institut Ciències del Mar del CSIC y su blog "The Oil Crash", en la que se nos informa de una realidad pot-carestía en lo referente al uso de los recursos de origen fósil. El acceso a la energía supone en la actualidad la garantía para la supervivencia humana ya que ese es el motor de desarrollo sobre el que se sustenta el modelo económico industrial, productivo, es por ello que su gestión ocupa una parte principal en la agenda política internacional o de la Big

Agenda. Especialmente el petróleo y el gas que son auténticos pilares de nuestra economía.

Como ya hemos explicado hemos de tomar conciencia del gran desafío que supone la transición de un modelo energético dependiente de una naturaleza con límites, algo que el Club de Roma llevo advirtiendo desde finales del siglo pasado a un mundo post-petróleo. Esta transición a modelos energéticos sostenibles ha de tenerse en consideración de tal manera que procuremos que esta no suceda de forma abrupta, y que ese proceso signifique, en la medida que sea posible, una negociación con los países que nos abastecen especialmente con Argelia y los otros once países de los que dependemos. Si el gobierno no lo hace, deberemos hacerlo nosotros, nadie desde el gobierno plantea proyectos y compromisos a largo plazo en este sentido, hablar del colapso energético no da votos y crea malestar social. De la misma manera como ciudadanos podemos acercarnos a la comprensión de cómo se organizan los proveedores y los distribuidores a través de la información proporcionada por el Ministerio de Energía, Industria y Turismo y el Instituto para la diversificación y el Ahorro de la Energía. Para conocer los modelos de transición a modelos renovables debemos acercarnos a entidades de gestión que actúen de forma profesional y a expertos que trabajen un ámbito de internacionalización. No obstante la apuesta desde este estudio no puede ser otra que el enfoque de trabajo cooperativo de carácter integral y el suministro verde. La lectura de “No es una estafa es una crisis de civilización” de Emilio Santiago Muíño premio de ensayo de la Editorial Catarata en 2015 con prólogo de Jorge Riechmann, puede ser el comienzo para poder decidir hacer algo importante con respecto a cómo nos abastecemos. La contratación de suministro a través de entidades como Som Energía, el grupo EnerCoop en Crevillent y Seneo en Ontinyent, y la colaboración con la Plataforma per un Nou Model Energètic pueden ofrecernos información para conocer cómo llevar a cabo una actuación eficiente y responsable en la contratación energética ciudadana. En lo referente a la transición a una sociedad post-petróleo de experiencias comunitarias o municipalistas la apuesta clara es la Red de Transición que es un movimiento de carácter social que está en fase de germinación en nuestra ciudad

y del que se organizó en Junio de 2016 un primer curso oficial de la Red de la mano de sus principales facilitadores Ana Huertas, Mauricio Méndez y el autor de La “Guía Como Iniciar la Transición” de Juan del Rio. Desde la administración el esfuerzo debiera hacerse doblemente, como personas y como empleados al servicio de la ciudadanía y del bienestar colectivo. ¿Qué mayor empresa que el beneficio y el cuidado propio? A pesar de que la rentabilidad es bajísima para los inversores en proyectos de instalaciones de energía renovable, el Estado debiera considerar ventajas de tipo fiscal para los que apuesten por ella, y fomentar la independencia energéticas a aquellas comunidades que puedan y deseen producirla de forma ecológica y sostenible, para lo que habría que modificar la constitución ya que en la actualidad “la deuda acumulada del sistema eléctrico supere en el momento actual los veintiséis mil millones de euros, el déficit estructural del sistema alcanzase los diez mil millones anuales y la no corrección del desequilibrio introdujera un riesgo de quiebra del sistema eléctrico” La ley del Sector Eléctrico está conformada por ochenta artículos y se estructura en diez títulos, veinte disposiciones adicionales, dieciséis disposiciones transitorias, una disposición derogatoria, y seis disposiciones finales. «BOE» núm. 310, de 27 de diciembre de 2013, páginas 105198 a 105294 (97 págs.).

Es otro de los grandes retos a los que tenemos que hacer frente como sociedad a nivel individual y pedagógico. No hay más que pensar lo importante que es la nutrición para nuestro bienestar, la escasa cultura que tenemos con respecto a la relación de la alimentación y el buen vivir y la cada vez más preocupante dificultad de acceso por parte de sectores de la población a su propio sustento, por escasez de medios económicos. Tenemos que asumir que son de las multinacionales como Kargill, Monsanto y Bayer de las que depende la distribución de las semillas y que el tan mencionado y utilizado glisofato es un herbicida que presuntamente resulta perjudicial para el medio ambiente y para la salud. En “El Negocio de la Comida” (Vivas, 2014) arroja gran cantidad de información que nos servirá para comprender que es lo que sucede y qué podemos hacer. Estos modelos productivos basados en la agricultura i y la ganadería intensivas así como sus modelos de distribución nos hacen absolutamente vulnerables y

dependientes de los modelos energéticos no sostenibles que además incrementan la huella de carbono de forma constante. Desde aquí queremos señalar las diferencias entre la Seguridad Alimentaria que se plantea como objetivo desde la gran agenda y el concepto de Soberanía Alimentaria que fue introducido por el movimiento Via Campesina. En Valencia la Plataforma por la Soberanía Alimentaria está haciendo un gran trabajo en colaboración con entidades pertenecientes a la Universidad Politécnica de Valencia, como son CERAI, Ingeniería Sin Fronteras y los departamentos de Agroalimentación y la Cátedra Tierra Ciudadana, la SEAE, el “consell agrari municipal” en el Ayuntamiento, con su reciente plan de agricultura ecológica, todos son hombres y mujeres que impulsan estos colectivos y crean redes a través de la sociedad y las instituciones. La recolección, preservación e intercambio de semillas no modificadas genéticamente, de la mano de entidades como Llavors d’Açí que es una asociación comprometida con el fomento y el cuidado de la diversidad agraria, trabaja en red con otras a nivel autonómico como Estación Experimental de Carcagente, otras como la COAG que a su vez guardan relación con una red nacional interconectada. De estos colectivos han surgido organizaciones Civiles como son los grupos de consumo, en concreto el Grupo de Consumo Vera aúna dos esfuerzos sociedad civil y administración educativa con proyectos tan interesantes como la cistella responsable llevada a cabo en colaboración con la entidad CEDAT. La participación de los miembros de estos colectivos en estudios de investigación de carácter internacional especializados en este tipo de iniciativas y el conocimiento y la divulgación posterior de sus dinámicas, así como la evolución de los mismos y su participación en modelos de consumo alternativos como es el Sistema de Participación de Garantía ECOLLAURES que a su vez está en contacto con otras entidades similares a lo largo y ancho de todo el territorio español. Hacen posible que el rigor científico acompañe a estos procesos y que puedan compartirse de forma global a través de lo que se conoce como Open Acces en el mundo de la investigación académica. Los SPG según su definición más común que es la que se construyó en grupo para IFOAM en el 2007 dice que : Los Sistemas Participativos de Garantía son sistemas de garantía de calidad que

operan a nivel local. Certifican a productores y productoras tomando como base la participación activa de los consumidores y se construyen a partir de la confianza, las redes sociales y el intercambio de conocimiento. Desde este colectivo ECOLLAURES en Valencia se está haciendo un esfuerzo en significar la independencia económica de los valores que se otorgan a través del Sello ecológico Europeo y sustituirlos por valores de confianza, basados en la capacidad humana de conocimiento y no en una abstracción. Estas son ya realidades en nuestro territorio, son muchas las experiencias de este colectivo, de entre ellas podemos nombrar al Hort de Carmen en Alcasser i la Aixada com Eixida en Picassent, siendo otras muchas las que lo integran, y todas ellas aportan gran riqueza y diversidad tanto humana como agroecológica. Una red de sistemas de participación de garantía se extiende por toda la comunidad Valenciana. Por otra parte, comienza a ser habitual dentro del área urbana el cultivo en huertos urbanos, la lectura de “Raíces en el Asfalto” de Nerea Morán y J.L. Fernandez Casadevante, nos acercará al surgimiento de este movimiento social global, y a experiencias más cercanas, en Valencia la Asociación de Vecinos de Benimaclet, la Animeta en Quart de Poblet y otros colectivos de carácter independiente como los Centros Sociales Okupados impulsan iniciativas de concienciación y hacen una labor práctica divulgativa a través del entorno en el que se asientan sus cultivos. Diversas iniciativas de mercado que potencian la agricultura ecológica y el consumo de proximidad como son “Del Camp a la taula” en Albal y cada día más también desde la administración toman impulso los huertos escolares, también hay propuestas a la administración para que los comedores se abastezcan de este tipo de productos, y los cáterings hagan con compra directa a productor local y de cultivo sostenible sin uso de pesticidas. Existen otras alternativas llamadas colmenas, mercados semanales de venta directa, otros que funcionan a través de la gestión en la web y se concretan en espacios sociales. Para conocer en profundidad estas iniciativas y otras relacionadas con la ganadería y la pesca sugerimos consultar la web de la revista Soberanía Alimentaria que es una coedición de GRAIN, la Plataforma por un mundo Rural Vivo y la Vía Campesina.

Consideramos que es fundamental para el desarrollo de la sociedad civil, que se organicen en entidades o nuevas formulas que impulsen un cambio de paradigma económico, y por otro lado que el gobierno y la administración haga posible la transparencia y la comprensión de la distribución de los impuestos y de los procesos de la distribución de la riqueza, tanto en la generación de la economía nacional como a nivel europeo y esto debe de hacerse a través de procesos que no sean inteligibles para el ciudadano común. A lo largo de su vida sea cual sea su edad o sexo, la desinformación ha de ser una vía a extinguir sobre todos los ámbitos sobre los que pesa una gran sombra, como es la generación de una nueva economía y la gestión del dinero público. Es un derecho conocer de forma clara y diáfana como se estructura esta complejidad tanto a nivel europeo, como a nivel nacional, como a nivel regional, como a nivel municipal, solicitamos programas de formación e información de acceso gratuito y público para que los representantes de las organizaciones civiles puedan tener acceso a los procesos de elaboración de propuestas y podamos conocer los factores que determinan su asignación entre ellas. Dado que en la actualidad el sistema jerárquico está enfocado a que sean las empresas privadas y otras administraciones regionales y locales las que tengan acceso a estos fondos y en el mejor de los casos el tercer sector, que, de momento ha demostrado que no es capaz de trabajar de forma eficiente para paliar las grandes carencias que padece la sociedad del siglo XXI, la nuestra, la Valenciana. También, ha sido la sociedad no sólo el gobierno en el pasado quien ha mirado para otro lado con infinidad de eventos, construcciones e instalaciones que han requerido de una financiación extraordinaria y a la que se han destinado y se destinaran grandes cantidades de de los presupuestos generales del estado.

El gobierno de España a través de la web del Ministerio de Hacienda y administraciones públicas dibuja esquemas organizativos que nos pueden acercar, como ciudadanos, o miembros activos del estado, a esta visión. Otro punto a destacar es la importancia de que los movimientos sociales organizaciones cívicas tengan el acceso al conocimiento necesario para optar a los fondos y que los representantes o entidades cumplan los pre-requisitos para poder tener acceso

a los fondos de financiación, tarea imposible, para las personas más vulnerables o en situación de pobreza extrema. Y esto es debido a que las gestiones requieren en ocasiones contactos con perfiles políticos y relaciones profesionales con altas competencias. Por lo tanto lo que nos interesa señalar es la inteligibilidad y complejidad de estas formas de distribución y la dificultad de acceso a las mismas por el grueso de la población, en general. Con mayor imposibilidad para los más vulnerables. Por otro lado el desconocimiento por parte de la población de los sistemas financieros y su funcionamiento, hace que muchos de ellos nos hayamos visto afectados por inversiones de alto riesgo o simplemente por hipotecas basura, jóvenes y no tan jóvenes que han depositado su confianza y sus ahorros a entidades bancarias con las que habíamos trabajado toda la vida. Operaciones financieras que guardan relación directa con en el FMI y el Banco Mundial. Insistimos en que es fundamental fomentar la cultura ciudadana de los sistemas económicos y financieros que dominan en la corriente principal y consideramos que la administración ha de ser es la responsable de ofrecer cursos de formación de acceso libre para cualquier ciudadano sin discriminación de edad o sexo, sea por una plataforma virtual o presencial, o televisiva, pero han de poner los medios a través de los sistemas de información. Se debe de fomentar una formación pública, continua y gratuita de calidad. En esta línea hemos podido comprobar que en la Universitat de Valencia se está haciendo un verdadero esfuerzo desde la facultad de Economía y la de Derecho en colaboración con el departamento de investigación en economía social y cooperativismo IUDESCOOP, para difundir el conocimiento y fomentar la asociación de redes de economía alternativa como es la RED Enclau o Reas País Valencià. También desde la fundación Inndea se ha introducido la divulgación de una nueva visión a través de la Nittua de lo que son sistemas económicos y financieros éticos y de responsabilidad social. No obstante dado que son todos de carácter experimental y diversos, pensamos que la administración debería reforzar este tipo de iniciativas que profundicen en la divulgación de tipos de economía alternativos que poder llegarlos a utilizar a nivel local o de mercado pero con vistas a una aplicación más ambiciosa tanto nacional, como internacional. Este proceso de cambio

de paradigma hacia nuevas alternativas económicas debe de contar indiscutiblemente con el órgano que es el máximo responsable en la formación de personal investigador, la Universidad, desde la se deben de potenciar empezar el estudio de este tipo de nuevas economías en la carga lectiva así como en la formación de Doctores que son en el marco legal de la comunidad económica europea los perfiles profesionales encargados de innovar, dinamizar y crear nuevas oportunidades para la sociedad civil a todos los niveles de mercado global. Y deben hacerlo en coordinación con la Facultad de Derecho, ya que el Derecho Mercantil y Laboral está íntimamente ligado a la economía y las finanzas. Sería demasiado extenso nombrar las alternativas que tenemos al sistema capitalista neoliberal, las hay y son muchas y diversas, por mencionar alguna la economía descalza de Manfred Max Neef, la economía azul de Gunter Pauli, la del bien común de Christian Felber. Autores como Jean Ziegler, Erns Friedrich Schumacher, Joan Martinez Alier, Karl Polany, por mencionar algunos. Podríamos enumerar a una cantidad importante de figuras relevantes destacadas desde la segunda mitad del siglo pasado que serían suficientes para dar consistencia a un nuevo paradigma económico en el que invertir todos los esfuerzos de investigación y divulgación posibles, hay otras alternativas al capitalismo y hemos de ponerlas en marcha.

Son muchos los movimientos sociales que fomentan la emancipación del ser humano, este el principio de una nueva realidad en Europa. Tenemos en la actualidad modelos en funcionamiento como las Transition Towns, las Slow cities, Urban Village, Frame Work, Mobilisation and mutual Learning, Tasting the future, The common cause working group, Global Eco Villaje Network, Widenn in circle initiative, Sistematic Global Cities Movement, Mobilisation and mutual Learning, Do It transition iniciative, Melos Institute, Center of Ecoliteracy, Schumager college, todos ellos colectivos de creación espontánea que han surgido en diferentes lugares del planeta y que prometen una evolución del ser humano con un enfoque empático, mutualista y muchos de ellos "enactivo". Todos llevan implícitos procesos colaborativos que tienen que ver con la preocupación por la justicia medioambiental, la inclusión social, la resiliencia local, la paz, la comida, los sistemas constructivos y edificaciones, los sistemas

de economía, la justicia social, el medio ambiente, las tecnologías, los límites ecológicos, con un compromiso firme por la igualdad de género, con la salud y con el bienestar. Todos estos valores, pueden y van a desarrollar nuevas maneras de comportamiento en los consumidores que pueden modificar en el futuro los modelos de producción, sin duda alguna. Estos modelos van a enfocarse a repensar que estilos de vida les queremos ofrecer a las generaciones futuras, que les podemos ofrecer, no podemos depredar el futuro de nuestros propios hijos y con este sistema económico lo estamos haciendo.

La sociedad funciona, de todas modos, día a tras día, pero es a través de este despertar a un nuevo paradigma que podemos crear una nueva narrativa, de carácter sociológico y psicológico, que implica una superación en el sistema de pensamiento y en el desarrollo del comportamiento humano. Tiene que ver con un cambio interior y es individual. Necesitamos profundizar en el mundo de las ideas para poder pasar a la acción en el mundo real, esto supone un futuro de esperanza para las generaciones. Estos agentes de cambio son personas que se han de encargar temporalmente de nutrir, de potenciar y de cuidar este nicho de innovaciones, con acciones colectivas, han de ser capaces de trascender a los estratos económicos de las instituciones y a los gobiernos locales, para conseguir el apoyo público se han de formar y han de prepararse y optar a ellas en todos los niveles, no solo a nivel del tercer sector, deberemos ir con esto tan lejos como podamos para transmitir de forma eficiente de este modo de percibir el mundo. También desde la de institución y desde la administración, a largo plazo haremos una transferencia desde estos medios de organización incluso a las empresas privadas y porqué sin perder la esperanza incluso podremos llegar a transformar las grandes corporaciones o convertirnos en ellas. Nuestro enfoque es la organización y la gerencia sistémica, esta requiere de una preparación de dinámicas de cambio que son costosas puesto que suponen un gran cambio de percepción del mundo los agentes implicados, pero que a largo plazo proporcionan un gran beneficio y bienestar. Un punto de apoyo intermedio para los jóvenes de la sociedad civil y los de edad media desde donde poder apuntar hacia la consecución de financiación dentro de la corriente principal dominante en la

administración son los Laboratorios de ideas, con sus aceleradoras y start up. Desde ellas podemos impulsar formas de gerencia para que la administración se adapte a estos cambios. Se puede encontrar también financiación en el tercer sector y en empresas que apoyen la responsabilidad social corporativa. En nuestros propios negocios, en empresas privadas e incluso en grandes corporaciones, precisamente es en ellas donde más a fondo emplearemos nuestros recursos de cambio cuando llegue el momento oportuno. Cada uno de nosotros somos parte de una historia mucho más grande de la que formamos parte (Luhmann, 1996) Zygmundt Bauman nos advierte que asumir la vida conlleva riesgos para todos los humanos sin excepción. Y aunque la realidad paraliza, no debemos permanecer en modo pánico por demasiado tiempo, estos riesgos que llegan de la mano de la corriente principal o dominante pueden ser transformados a través de la organización de grupos de trabajo que empleen estrategias sistémicas de relación interdependiente para conseguir alcanzar el equilibrio sistémico o sostenibilidad. Tenemos que conseguir llegar a ellos también a través de las fundaciones públicas o privadas. Hay un amplio trabajo que hacer también desde los bio regionalismos, dese el ecofeminismo y incluso desde la ecología profunda de carácter más psicológico, todos los recursos puestos al alcance de esta meta son pocos. Dejaremos de potenciar el máximo beneficio individual que ahora está por encima el beneficio general que a su vez está por encima del beneficio al medio ambiente, los avances tecnológicos que supongan un avance y eficiencia, en ocasiones terminan por consumir mayores proporciones de consumo de energía debido a la Paradoja de Jevons, debido a su crecimiento exponencial como es la tecnología de uso cotidiano, coche, televisiones, ordenadores, teléfonos, etc por lo que como sociedad tenemos que ser conscientes de lo cuáles son verdaderamente avances tecnológicos y cuales nos alejan de la buena vida, valorar en qué medidas van a ser usados, esta es la capacidad de autocontrol de la que depende nuestra evolución. Por otra parte los sistemas de democracia participativa permiten una opción estratégica a nivel político y es desde estos grupos de pensamiento que emplean una nueva narrativa desde los que nosotros proponer alternativas al bipartidismo, a la vez que se podemos entrar en diálogo con los Think

Thanks grupos de presión con cargos presupuestarios adaptados a la Agenda de la Big Society, que trabajan con los marcos legislativos, trataremos de conocer sus políticas verdes para poder hacer un feedback con sus valores que son los que determinan el destino de los fondos estructurales y que generalmente tienen que ver con el Cambio Climático, con las Energías Renovables, la preservación, la conservación y con la gestión de residuos que generamos. Al plantearnos una transformación en la vida humana nos preguntamos cómo es posible llevarla a cabo. Es el momento de ir encontrando estas respuestas desde la experiencia directa en nuestra ciudad. Los políticos mediante la democracia participativa, las personas con la democracia directa. Podemos abarcar diversas actividades a nivel medioambiental como la colaboración voluntaria con la administración en acciones de conservación y protección del medio ambiente, proponemos otras que son interesantísimas como la Custodia de Territorio, con una información extensa en la web del Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, la fundación Avinença, la Fundación Biodiversidad en colaboración con la Generalitat, el colectivo Acció Ecologista Agró, la Fundación Limne con custodia Fluvial, por nombrar algunas, por otra parte el valor inestimable de la pedagogía y la divulgación desde los centros de educación ambiental de entidades privadas como por ejemplo ACTIO y otras que en ocasiones cuentan con la colaboración del Ayuntamiento de Valencia y que entendemos habría que potenciar y reforzar. Así como los dependientes de la Generalitat que comprendemos deberían reforzar la contratación de Educadores Ambientales como una medida de prevención antes que comenzar a proponer soluciones a problemas que pueden ser evitados. Deseamos continuar en el futuro con la investigación y publicación de otros cambios de paradigma, de los que muchos no somos "conscientes" pero que están sucediendo a nuestro alrededor, de forma cotidiana.

REFERÊNCIAS

- Beck, U. (1999). La sociedad del riesgo global. (Editorial Siglo XXI, Ed.) La Sociedad Del Riesgo Global. Madrid.
- Bookchin, M. (1983). The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy. Telos (Vol. 1983).
- Bourdieu, P. (1989). Social space and symbolic power. *Sociological Theory*, 7(1), 14–25.
- Browne, J. (1981). Gyn/Ecology: the metaethics of radical feminism. *Medical History*, 25, 104.
- Certeau, M. De, & Rendall, S. (1984). The practice of everyday life / Michel de Certeau ; translated by Steven Rendall. *American Journal of Sociology*, 93(3), 720.
- De Beauvoir, S. (2013). El segundo sexo. Buenos Aires, 728.
- Fernández Durán, Ramón and González Reyes, L. (2014). En la espiral de la energía I, II. (B. Libros en Acción, Ed.). Madrid, Carcaixent: Ecologistas en Acción.
- Foucault, M. (2010). Birth of Biopolitics (Michel Foucault: Lectures at the College De France). *International Journal of Cultural Policy* (Vol. 16).
- Kuhn, T. S. (1996). The Structure of Scientific Revolution. *Economy and Society* (Vol. 29).
- Luhmann, N. (1996). El concepto de riesgo. In *Las consecuencias perversas de la modernidad* (pp. 100–200).
- Maturana, H. R., & Varela, F. J. (2006). De Máquinas Y Seres Vivos - Humberto Maturana Y Francisco Varela. Pdf. *Infection and Immunity*.
- Morin, E. (2008). Pensando la complejidad. Consejo Editorial Solongo Y Otros, Cuba, (V), 26–41.
- Paul, F. (1986). Tratado contra el método, esquema de una teoría anarquista del conocimiento.

Riechmann, J. (2015). Autoconstrucción. In Editorial Catarata (Ed.), Autoconstrucción, la transformación cultural que necesitamos. (2015th ed., pp. 1–43). Madrid.

Skitt, D., & Krishnamurti, J. (2003). Can Humanity Change?: J. Krishnamurti in Dialogue with Buddhists. America.

Varela, F. (2001). ethical know-how. DEMOS COLLECTION.

Vivas, E. (2014). El negocio de la. (Editorial Icaria, Ed.)Ensayo. Barcelona.

7

SISTEMA PROCESSUAL ACUSATÓRIO É SINÔNIMO DE GARANTISMO PROCESSUAL?

Luiz Eduardo Cani³³

A América Latina passa por uma fase de importantes reformas processuais desde o início da década de 1990. O único país do continente americano que ainda não substituiu o sistema processual inquisitório pelo sistema processual acusatório é o Brasil (GONZÁLES POSTIGO, 2017). Outro importante movimento pelo qual passamos neste momento é o de restrição aos direitos e às garantias dos acusados. No Brasil, esse movimento tomou novas proporções a partir do julgamento do chamado caso mensalão e foi aprofundado a partir da chamada operação Lava Jato. Setores autointitulados de conservadores pregam a flexibilização dos direitos e das garantias fundamentais de acusados. Essa flexibilização é chamada, na Alemanha, de *auflockerung*, termo que pode ser traduzido para o português como afrouxamento. O paradoxal é que esse movimento não tende à conservação do direito, mas à colocação de um novo direito, com maior discricionariedade dos juízes.

A conservação, por outro lado, está vinculada ao chamado garantismo jurídico, um tema trabalhado pelo jusfilósofo italiano Luigi Ferrajoli, no intuito de racionalizar o exercício do poder pelos agentes estatais. Uma racionalização é

³³ Graduado em Direito (FURB), especialista em Direito Penal e Criminologia (ICPC) e mestrando em Desenvolvimento Regional (UnC), bolsista do Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina - UNIEDU. Advogado e professor (UnC).

composta por duas ações: (a) reflexão sobre o objeto; e (b) limitação do arbítrio. A justificativa para essa proposta é a constatação desse jurista de o exercício do poder converge para o abuso. Esses dois movimentos, embora não estejam relacionados, podem se encontrar em determinado momento. Mais do que possível, é provável que esse encontro ocorra. Daí surge o questionamento que deu origem a este artigo: quais as semelhanças e as diferenças entre sistema processual acusatório e garantismo processual? Meu objetivo geral é compreender essas semelhanças e diferenças. Meus objetivos específicos são analisar o sistema processual acusatório, explicar o garantismo processual e comparar as categorias. O método de procedimento é o comparativo e as fontes de pesquisa são secundárias de ordem bibliográfica.

A temática dos sistemas processuais é considerada por alguns juristas como ultrapassada diante das transformações do processo criminal, sobretudo decorrentes da introdução de mecanismos de negociação como a transação penal, a suspensão condicional do processo e a composição civil dos danos³⁴. Por outros parece ser considerada de menor relevância, na medida em que é abordada de modo muito superficial em manuais de processo criminal³⁵.

Considero relevante essa advertência, mas insuficiente para abandonar as discussões sobre os sistemas processuais. A relevância reside na possibilidade de os arguidos, nessas hipóteses, não terem os direitos e as garantias que compõem o processo criminal, como ocorre com frequência nas transações penais e suspensões condicionais do processo realizadas nos Juizados Especiais Criminais, nos quais, muitas vezes, sequer são analisadas a materialidade e a autoria dos crimes. Por outro lado, as violações aos direitos e às garantias fundamentais dos arguidos podem decorrer do descumprimento da estrutura sistêmica. Digo podem porque um sistema inquisitório pode ser estruturado sobre uma única

34 Por todos: “[...] é inescapável dar um passo em direção ao novo, em pensar como evitar os abusos nessas novas práticas, que podem ser mais vexatórias e estigmatizantes do que as próprias penas. Ao invés de tentar salvar os velhos sistemas processuais, é necessário abrir os olhos para essas novas práticas, para a complexidade da nossa sociedade que questiona as tradicionais respostas penais.” (BORGES, 2013, p. 166)

35 Nesse sentido, Fernando Capez (2012, p. 547) aborda os sistemas processuais em nove linhas, Guilherme de Souza Nucci (2010, p. 116-117) dedica aproximadamente uma página.

garantia: ser preso a qualquer custo. Nesse caso, qualquer arbitrariedade será um simples cumprimento da única garantia existente, não uma violação.

Interessam-me quatro lições do jurista Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, professor titular aposentado de processo criminal na Universidade Federal do Paraná, acerca dos sistemas processuais criminais: (a) conceito: “[...] conjunto de temas, colocados em relação, por um princípio³⁶ unificador, que formam um todo pretensamente orgânico, destinado a uma determinada finalidade.” (COUTINHO, 1998, p. 165); (b) característica central: a gestão da prova define o sistema processual, de modo que, se o juiz puder produzir provas, o sistema será inquisitório, se só as partes puderem produzir provas, será acusatório (COUTINHO, 2007, p. 12); (c) miscigenação dos sistemas: os sistemas processuais puros são apenas referências históricas, hoje todos os sistemas contêm características uns dos outros³⁷ (COUTINHO, 2001, p. 17-18); e (d) princípios unificadores: existem apenas dois princípios unificadores/reitores, o dispositivo e o inquisitivo, consequentemente só existem dois sistemas processuais, o acusatório e o inquisitório, estruturados a partir dos princípios respectivos (COUTINHO, 1998, p. 165-167).

Ainda que existam somente dois sistemas processuais, existem diversas referências doutrinárias a um terceiro suposto sistema, o misto (CAPEZ, 2012, p. 547; NUCCI, 2010, p. 117; TOURINHO FILHO, 2010, p. 119-123). De acordo com quem pensa desse modo, o critério distintivo central entre esses sistemas seria a inexistência de partes. Portanto, a existência de um órgão oficial de acusação, no Brasil chamado de Ministério Público, seria suficiente para criar um sistema acusatório. A ausência de órgão de acusação tornaria o sistema inquisitório. Já o sistema misto seria resultado da existência de um procedimento

36 "Princípio, sabem todos, na matriz dos ritos, é *motivo conceitual*. Depois, como lógico, ou como teleológico, presta-se a sustentar o discurso dogmático sobre a verdade da coisa. No início, porém, como verbo (que é mesmo!), imposto pelo poder, aparece como *mito*, ou seja, *a palavra que é dita, para dar sentido, no lugar daquilo que, em sendo, não pode ser dito*. Isso rompe a *segurança jurídica*, para os incautos que dela precisam como muleta discursiva, mas abre um largo espaço para cada um sair ao enalço de si mesmo." (COUTINHO, 2015)

37 "Ora, se todos os sistemas processuais penais da atualidade são mistos e, desde a noção de sistema não se pode ter um sistema misto, parece óbvio que que se trata de um problema meramente conceitual, e não fático." (COUTINHO, 2009, p. 109)

composto por duas fases: a primeira, de investigação, conduzida por uma única pessoa e desenvolvida em segredo, sem possibilidade de exercício do contraditório e totalmente escrita^{38,39}.

Entretanto, a prova de que a separação das funções não torna acusatório o sistema é previsão de uma parte acusadora nas *Ordonnance criminelle* francesas de 1670, durante o reinado de Luís XIV, que mantinha a estrutura inquisitória do sistema, pois o julgador também podia produzir provas. As principais normas que estruturam os sistemas processuais dizem respeito: (a) à produção e gestão das provas; (b) à iniciativa do processo; (c) às funções de julgar e acusar⁴⁰; (d) à forma como se desenvolve o processo; (e) à possibilidade de fiscalizar o processo; (f) à situação do acusado.⁴¹ Um sistema acusatório é formado por: (a) atribuição da iniciativa e gestão das provas ao acusador; (b) atribuição da iniciativa do processo à parte acusatória; (c) atribuição das funções de julgar e acusar a atores processuais distintos (juiz e acusador público ou particular); (d) forma oral dos atos processuais; (e) publicidade do processo para possibilitar a fiscalizar pelo povo; (f) acusado visto como parte (sujeito de Direitos), portanto, presumidamente inocente e titular de direito ao contraditório, à ampla defesa. Já um sistema inquisitório é formado por: (a) atribuição da iniciativa e gestão das provas ao julgador; (b) atribuição da iniciativa do processo ao juiz; (c) atribuição das funções de julgar e acusar ao mesmo ator processual (juiz); (d) forma escrita dos atos processuais; (e) segredo do processo para impossibilitar a fiscalizar pelo povo; (f) acusado visto como objeto de investigação e, portanto, não é presumidamente inocente e nem titular de Direito ao contraditório e à ampla defesa.

38 Algumas outras características, referenciadas com frequência, estão explicitadas a seguir.

39 Importante discussão sobre a dispensabilidade do procedimento bifásico foi estabelecida no seminário para a reforma do Código de Processo Penal italiano ocorreu na cidade de Veneza, nos dias 15 a 17 de setembro de 1961, na sede da Fundação San Giorgio Maggiore, sob coordenação de Francesco Carnelutti (LUCA, 1962).

40 Comumente a defesa também é associada à figura do inquisidor, mas o acusado que não confessasse no interrogatório teria Direito à defesa no processo inquisitório (EYMERICH, 1993, p. 137).

41 José Antônio Barreiros (1981, p. 12) distingue os sistemas processuais penais de acordo com: a) julgador; b) relação entre os sujeitos; c) acusação; d) processo; e) prova; f) sentença; e g) medidas cautelares.

Os contextos em que foram criados⁴² o sistema acusatório e o sistema inquisitório são tão antagônicos quanto os próprios sistemas. O sistema acusatório é fruto da “aparição casual” (COUTINHO, 2001, p. 32) da cidadania na Inglaterra, no século XII. Alguns eventos ocorridos naquele século e que podem ter influenciado esse aparecimento são a instituição do *writ novel disseisin*, editado por Henrique II (1133-1189) em 1166, que encarregou o *sheriff* de reunir doze vizinhos para formar um júri perante o qual eram julgadas as queixas decorrentes das disputas fundiárias. Posteriormente o júri foi implementado também no julgamento de crimes graves. Com isso os ordálios⁴³ foram substituídos por um julgamento sobre a culpa ou inocência do acusado (GILISSEN, 1995, p. 210-214).

Já o sistema inquisitório foi instituído pelo papa Inocêncio III (1160-1216) para preservar as relações de poder da igreja católica contra as doutrinas heréticas. A criação do “[...] maior engenho jurídico que o mundo conheceu; e conhece” (COUTINHO, 2001, p. 18) se fundamentou na edição da bula papal *Vergentis in senium* (1199), por Inocêncio III, para que equiparou as heresias ao crime de lesa-majestade. Posteriormente, foi criado o Tribunal da Inquisição através da bula *Constitutio excomuniamus* (1231), de Gregório IX. O Tribunal foi consolidado através da bula *Ad extirpanda* (1252), de Inocêncio IV (COUTINHO, 2001, p. 21-23).

A opção por algum dos sistemas processuais é resultado de um jogo de poder, destinado a atender aos interesses dos governantes. Ou seja, “a adoção de um ou de outro sistema processual numa dada sociedade decorre do arranjo estratégico de suas relações de força, que se apropriam do arcabouço jurídico para que certos grupos ou indivíduos exerçam poder.” (BORGES, 2005, p. 125).

42 Há referências a um sistema acusatório em Atenas, supostamente importado para a Roma antiga (ALMEIDA JÚNIOR, 1959, p. 23). Também há referência a um sistema inquisitório romano que teria sido substituído pelo sistema acusatório ateniense (RAMOS, 1996, p. 43-51). Estou desconsiderando intencionalmente essas referências por duvidar da possibilidade de confirmar ou refutar essas informações em razão do enorme lapso temporal.

43 A história do processo pode ser dividida, segundo o sistema probatório, em cinco fases. A segunda fase, chamada religiosa ou mística, influenciada pelo Direito alemão, difundiu-se por toda a Europa e foi baseada na ignorância e no fanatismo religioso. Também conhecida como juízo de deus ou ordálio, que nada mais eram que a submissão dos acusados a provas irracionais, como a do fogo, a da água ou submeter acusado e acusador a um duelo (BRUM, 1980, p. 55).

A questão de poder envolvida, no tocante à prova, é “que poderes conservar? Que poderes deferir às partes técnicas? A opção é política, indubitavelmente.” (RAMOS, 1996, p. 449). Outras distinções relevantes entre os sistemas são: (a) finalidade; e (b) método de raciocínio. No sistema inquisitório, o processo existe para punir criminosos (categoria secularizada do termo herege) e a decisão é tomada dedutivamente, pois todos os arguidos são criminosos em potencial. No sistema acusatório, o processo existe para garantir direitos de todos, o que possibilita a tomada de decisão de modo indutivo, analisando as provas para depois concluir.

O sistema processual brasileiro é fruto das contradições entre a Constituição e o Código de Processo Penal. Na Constituição foram positivadas todas as normas que estruturam o sistema acusatório. No Código de Processo Penal há uma miscigenação entre normas do sistema inquisitório e normas do sistema acusatório. Essas contradições poderiam ser solucionadas pela teoria da hierarquia das normas⁴⁴. Contudo não há manifestação precisa dos magistrados nesse sentido, provavelmente por desconhecimento das minúcias do tema ou, talvez, por má-fé. De todo modo, isso faz com que nosso sistema processual seja inquisitório, na medida em que diversos dispositivos legais autorizam que o juiz produza provas por iniciativa própria (*ex officio*). A atuação inquisitória do juiz é regulada nos arts. 28; 127; 147; 149; 156, I e II; 168; 184; 185, § 2º; 196; 209; 212, parágrafo único; 225; 234; 242; 282, § 2º e § 4º; 310, II; 311; 366; 373; 378, I; 383; 384; 497, XI; 574, I e II; 698, § 2º e § 3º; 730; 731; 746; 755; 770; 775, VII e 807 do CPP. Para facilitar a compreensão acerca da atuação do juiz, dividirei as regras em atuações relacionadas à gestão da prova e atuações não relacionadas à gestão da prova.

44 "A ordem jurídica não é um sistema de normas jurídicas ordenadas no mesmo plano, situadas umas ao lado das outras, mas é uma construção escalonada de diferentes camadas ou níveis de normas jurídicas. A sua unidade é produto da conexão de dependência que resulta do fato de a validade de uma norma, que foi produzida de acordo com outra norma, se apoiar sobre essa outra norma, cuja produção, por sua vez, é determinada por outra; e assim por diante, até abicar finalmente na norma fundamental - pressuposta. A norma fundamental - hipotética, nestes termos - é, portanto, o fundamento de validade último que constitui a unidade desta interconexão criadora." (KELSEN, 1998, p. 155)

A atuação do juiz *ex officio* relacionada à produção probatória envolve a possibilidade de: (a) ordenar o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro, em qualquer fase do processo ou antes do oferecimento da denúncia ou queixa-crime (art. 127 do CPP); (b) verificar a falsidade de documento constante dos autos (art. 147 do CPP); (c) submeter o acusado à exame-médico legal quando houver dúvida sobre a integridade mental desse (art. 149 do CPP); (d) ordenar a produção antecipada de provas urgentes e relevantes, mesmo antes de iniciado o processo (art. 156, I, do CPP); (e) determinar a realização de diligências para elucidar dúvidas sobre pontos relevantes durante a instrução ou antes de proferir sentença (art. 156, II, do CPP); (f) proceder a exame complementar do corpo de delito se o primeiro for incompleto (art. 168 do CPP); (g) negar perícia requerida pelas partes, salvo exame de corpo de delito, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade (art. 184 do CPP); (h) realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento (art. 185, § 2º, I, do CPP), para viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal (art. 185, § 2º, II, do CPP), para impedir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, desde que não seja possível colher o depoimento destas por videoconferência (art. 185, § 2º, III, do CPP), ou para responder à gravíssima questão de ordem pública (art. 185, § 2º, IV, do CPP); (i) proceder a novo interrogatório a qualquer tempo (art. 196 do CPP); (j) ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes (art. 209, do CPP); (k) complementar a inquirição das testemunhas sobre os pontos não esclarecidos (art. 212, parágrafo único, do CPP); (l) tomar antecipadamente o depoimento de testemunha que puder ausentar-se ou, por enfermidade ou velhice, inspirar receio de que não exista quando da instrução do processo (art. 225 do CPP); (m) providenciar à

juntada aos autos de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa do qual tenha conhecimento (art. 234 do CPP); (n) determinar a busca (art. 242 do CPP); (o) determinar a produção antecipada das provas urgentes, se o processo estiver suspenso após o acusado, citado por edital, não comparecer e nem constituir advogado (art. 366 do CPP); (p) determinar as diligências destinadas a sanar nulidade ou a suprir falta que prejudique o esclarecimento da verdade na sessão do tribunal do júri (art. 497, XI, do CPP); (q) determinar novas diligências destinadas a verificar a cessação ou não da periculosidade de inimputável, ainda que já expirado o prazo de duração mínima da medida de segurança (art. 775, VII, do CPP); (r) determinar inquirição de testemunhas ou outras diligências nos processos iniciados mediante queixa-crime, sem que sejam depositadas em cartório as custas (art. 807 do CPP).

A atuação do juiz *ex officio* não relacionada à produção probatória envolve a possibilidade de: (a) remeter inquérito policial ou peças de informação ao procurador-geral, se considerar improcedentes as razões invocadas em pedido de arquivamento, para que esse ofereça denúncia, designe outro órgão do MP para oferecê-la ou insista no pedido de arquivamento, ao qual só então restará obrigado a atender (art. 28 do CPP); (b) decretar as medidas cautelares (art. 282, § 2º, do CPP) ou substituir a medida cautelar, impor outra em cumulação ou decretar a prisão preventiva em caso de descumprimento de obrigação imposta (art. 282, § 4º, do CPP); (c) converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, quando presentes os requisitos do art. 312, do CPP e forem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão (art. 310, II, do CPP); (d) decretar prisão preventiva, em qualquer fase do processo (art. 311, do CPP); (e) decretar a prisão preventiva, se o processo estiver suspenso após o acusado, citado por edital, não comparecer e nem constituir advogado (art. 366, do CPP); (f) aplicar provisoriamente interdições de Direitos (art. 373, do CPP); (g) aplicar provisoriamente medidas de segurança (art. 378, I, do CPP); (h) atribuir definição jurídica diversa ao fato descrito na denúncia ou queixa-crime, ainda que a pena cominada seja mais grave (art. 383, do CPP); (i) interpor recurso da sentença que conceder *habeas corpus* (art. 574, I, do CPP) ou da sentença que

absolver sumariamente o réu com fundamento em causa excludente de ilicitude ou o isente de pena (art. 574, II, do CPP); (j) fixar outras condições além das especificadas na sentença a qualquer tempo e de frequentar curso de habilitação profissional ou de instrução escolar (art. 698, § 2º, I, do CPP), prestar serviços em favor da comunidade (art. 698, § 2º, II, do CPP), atender aos encargos de família (art. 698, § 2º, III, do CPP), submeter-se a tratamento de desintoxicação (art. 698, § 2º, IV, do CPP), desde que as circunstâncias o aconselhem (art. 698, § 3º, do CPP); (k) revogar o livramento condicional, após ouvir o liberado, podendo ordenar diligências e permitir a produção de prova, no prazo de cinco dias (art. 730 do CPP); (l) modificar as condições ou normas de conduta especificadas na sentença, devendo a respectiva decisão ser lida ao liberado (art. 731 do CPP); (m) interpor recurso da decisão que conceder a reabilitação (art. 746 do CPP); (n) impor medida de segurança nos casos de (art. 755 do CPP); (o) modificar as normas fixadas na sentença que aplicou medida de segurança ou estabelecer outras (art. 770 do CPP).

As regras do primeiro grupo violam a separação entre as funções de acusar e julgar e, conseqüentemente, redistribuem a gestão das provas. Além disso: a determinação de sequestro de bens imóveis de ofício (art. 127 do CPP) viola à presunção de inocência e o devido processo legal; a realização do interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real (art. 185, § 2º, do CPP) viola a ampla defesa, porquanto além de retirar do réu: “a possibilidade de ser interrogado pessoalmente, a medida impede sua participação em toda a instrução.” (LOPES JR., 2012, p. 645). As regras do segundo grupo, obviamente, não redistribuem a gestão da prova, mas violam a separação entre as funções de acusar e julgar. Violam também à presunção de inocência: a decretação de medidas cautelares (art. 282, § 2º, do CPP), a decretação de prisão preventiva (arts. 282, §4º; 310, II; 311 e 366, do CPP), a aplicação provisória de interdições de Direitos (art. 373 do CPP) e de medidas de segurança (art. 378, I, do CPP) sem requerimento do acusador. Luigi Ferrajoli (2010, p. 11), juiz italiano aposentado, professor da *Università degli Studi di Roma Tre* e filósofo do Direito, um liberal

vinculado à filosofia analítica desenvolveu a teoria do garantismo Penal no livro *direito e Razão: Teoria do garantismo Penal*, buscando dar racionalidade ao direito contemporâneo.

Na aplicação do garantismo ao direito e ao processo criminais, propôs um modelo cognitivo de identificação do crime, baseado em uma epistemologia convencionalista, que comporta refutações ou declarações de falsidade, tornada possível pelos princípios da legalidade estrita e da estrita jurisdicionariedade. Elaborou um modelo estrutural de direito criminal, caracterizado por requisitos substanciais e por formas procedimentais funcionais à epistemologia assentado na consequencialidade da pena ao delito, na exterioridade da ação criminosa, na lesividade dos efeitos do crime, na responsabilidade pessoal (culpabilidade), na imparcialidade do juiz, na separação entre juiz e acusador, no ônus da prova exclusivo da acusação e nos direitos da defesa (FERRAJOLI, 2010, p. 160-161).

O termo garantismo comporta três sentidos: (a) *razão no* direito; (b) *razão do* direito; e (c) *razão de* direito criminal (FERRAJOLI, 2010, p. 15). Nessa empreitada, Ferrajoli baseou-se em estudos em diversas áreas, como, p. ex., filosofia, epistemologia, ética, lógica, teoria do direito e história das instituições jurídicas (FERRAJOLI, 2010, p. 7). No sentido de *razão no* direito, um sentido teórico, tratou da epistemologia do direito e à racionalidade das decisões penais como um sistema de vínculos e de regras elaborado pela tradição liberal e dirigido a fundar os processos de imputação e de sanção penais em conhecimento ao invés de em autoridade. Esse traço constitutivo exige que: (a) o tipo criminal preveja fatos empíricos indicados com exatidão e não valores, a fim de evitar a criação de um direito criminal do autor; e (b) a apuração jurisdicional dos fatos ocorra por meio de afirmações sujeitas a verificações da acusação e expostas à contradição da defesa, e não através de opções ou valorações como verificáveis ou não. Nesse sentido, equivale a um sistema de minimização do poder e de maximização do saber judiciário (FERRAJOLI, 2010, p. 16).

A epistemologia jurídica garantista é fundada em dez axiomas que formam garantias para a aplicação da pena. Todavia, cada princípio não se resume a uma condição suficiente para permitir ou obrigar uma punição, mas a uma condição

necessária para que exista uma punição. A função dessas garantias não é apenas de permitir ou legitimar uma punição, mas também de condicionar ou vincular e, portanto, deslegitimar o exercício absoluto da capacidade punitiva. As garantias representam requisitos ou condições e dividem-se em: (a) penais, relativas ao delito, à lei, à necessidade, à ofensa, à ação e à culpabilidade; e (b) processuais, relativas ao juízo, à acusação, à prova e à defesa (FERRAJOLI, 2010, p. 90-91). Os dez axiomas que fundam o sistema garantista são: (a) princípio da retributividade (A1 *Nulla poena sine crimine*); (b) princípio da legalidade (A2 *Nullum crimen sine lege*); (c) princípio da intervenção mínima⁴⁵ (A3 *Nulla lex (poenalis) sine necessitate*); (d) princípio da lesividade (A4 *Nulla necessitas sine injuria*); (e) princípio da materialidade da ação (A5 *Nulla injuria sine actione*); (f) princípio da responsabilidade pessoal (A6 *Nulla actio sine culpa*); (g) princípio da jurisdicionalidade (A7 *Nulla culpa sine iudicio*); (h) princípio acusatório (A8 *Nullum iudicium sine accusatione*); (i) princípio da verificação (A9 *Nulla accusatio sine probatione*); e (j) princípios do contraditório e da ampla defesa⁴⁶ (A10 *Nulla probatio sine defensione*) (FERRAJOLI, 2010, p. 91).

Os dez axiomas equivalem a dez princípios, dos quais decorrem quarenta e cinco teoremas formados a partir da interligação entre ambos, sendo todos enunciáveis como consequentes de outros e tendo como antecedentes todos os que os precedem no sistema. Desse modo, a retirada de algum dos elementos implicados nos teoremas subverte todo o sistema garantista (FERRAJOLI, 2010, p. 92). No sentido de razão *do* Direito, um sentido axiológico e político, refere-se às justificações ético-políticas: (a) da qualidade, quantidade e necessidade das penas e das proibições; e (b) das formas e dos critérios das decisões penais. Esse aspecto diz respeito à fundamentação política ou externa do direito criminal acerca dos valores, interesses e finalidades extra ou metajurídicas, todavia, sem se desligar do primeiro sentido. Traduzido numa técnica punitiva

45 No original é apresentado como princípio da *necessidade* ou da economia do direito penal no original, todavia, o princípio de direito penal a que corresponde esse axioma é o da intervenção mínima.

46 No original é apresentado como princípio do *contraditório* ou da *defesa*, entretanto, ambos os princípios são complementares e igualmente importantes para a defesa. Não por outro motivo, preferiu-se utilizar os dois.

racionalmente mais idônea que tem o objetivo de maximizar a liberdade e de minimizar o arbítrio de acordo com opções políticas de fundo: (a) o valor primário associado à pessoa e aos seus direitos naturais; e (b) o utilitarismo jurídico; c) a separação laica entre direito e moral. Não é nada mais que uma alternativa a modelos penais decisionistas e substancialistas, orientados pela cultura política autoritária, com sua estrutura empírica e cognitiva assegurada pelos princípios da estrita legalidade e da estrita jurisdicionalidade (FERRAJOLI, 2010, p. 16).

A justificação do direito penal envolve um conjunto de problemas, que implica em doze questionamentos aos três momentos da técnica punitiva referidos, ou seja, à justificação do direito de punir, ou seja, à justificação das penas, bem como à justificação dos fatos classificados como criminosos, chamados de crimes, e à justificação dos procedimentos de apuração dos crimes e aplicação das penas que formam o processo. Os questionamentos dividem-se em três grupos de quatro questões: (a) se, como, quando e por que punir; (b) se, quando, como e por que proibir; (c) se, quando, como e por que julgar. Sendo intimamente ligadas todas as perguntas, de modo que a resposta à uma influencie diretamente na resposta à outra (FERRAJOLI, 2010, p. 197). A justificação deve ser entendida sob dois pontos de vista normativos: um externo, chamado de legitimação externa, e outro interno, chamado de legitimação interna. O primeiro refere-se à legitimação do direito criminal através de critérios morais, políticos ou utilitários, ou seja, de critérios extra ou metajurídicos que integram à moral⁴⁷. O segundo refere-se à legitimação (de direito penal) através do próprio ordenamento jurídico⁴⁸, ou seja, de critérios intrajurídicos, inerentes ao direito (FERRAJOLI, 2010, p. 199).

Há duas correntes de pensamento da justificação do direito penal: a que separa a legitimação externa da legitimação interna; e a que confunde as duas formas de legitimação, subordinando a primeira à segunda e o direito à moral.

47 "Existe [...] uma correspondência biunívoca entre justificação externa ou ético-política e garantismo Penal. Um sistema penal é justificado se, e somente se, minimiza a violência arbitrária na sociedade. E atinge tal objetivo à medida que satisfaz as garantias penais e processuais do direito penal mínimo. Estas *garantias* se configuram, portanto, como outras *condições de justificação* do direito penal, no sentido que somente a atuação destas vale para satisfazer-lhes os objetivos justificantes." (FERRAJOLI, 2010, p. 318)

48 Idem citação anterior sobre a ordem jurídica (KELSEN, 1998, p. 155)

À teoria do garantismo criminal interessa a primeira corrente (FERRAJOLI, 2010, p. 200). A doutrina da separação entre legitimação externa e legitimação interna forma o pressuposto teórico e axiológico do modelo penal garantista, porquanto exclui a autolegitimação ético-política e a heterolegitimação jurídica do direito, exigindo que a legitimação política restrinja-se ao âmbito externo, formado por valores e interesses individuais e coletivos tutelados, individuais e coletivos, e que a legitimação jurídica restrinja-se ao âmbito interno, fundado em lei, de modo exclusivo em relação às fontes e de modo exaustivo em relação aos conteúdos (FERRAJOLI, 2010, p. 201).

Essa diferenciação importa para compreender que a ampliação de elementos indeterminados nos tipos penais e a redução da vinculação do legislador aos critérios de legitimação interna da lei nos conteúdos, implica diretamente a ampliação do campo para decisionismos e do uso de critérios de legitimação externa nos julgamentos (FERRAJOLI, 2010, p. 203). No sentido de razão *de* direito criminal, um sentido normativo e jurídico, refere-se à validade ou coerência lógica de cada sistema criminal entre princípios normativos superiores e normas e inferiores. Pertence, portanto, à teoria geral do direito e à dogmática criminal de cada ordenamento (ciência criminal). Nesse sentido, o modelo criminal garantista representa o fundamento interno ou jurídico da legitimidade da legislação e da jurisdição criminal. Além de um modelo racional de justificação é, também, um modelo constitucional de legalidade, para limitar e convalidar ou invalidar a possibilidade de punir, com razões de direito (legitimação interna), bem como para condicionar juridicamente o válido exercício à prova dos comportamentos validamente proibidos por lei sobre a base dos critérios de legitimação externa produzidos pelas normas constitucionais (FERRAJOLI, 2010, p. 16-17).

Nessa direção, analisou quando e como proibir, punir e julgar. Advertiu que essas questões se referem à legitimação externa e interna (FERRAJOLI, 2010, p. 325), porquanto podem ser respondidas tanto “por referência a princípios ou valores metajurídicos externos ao ordenamento [...] [quanto] por referência a princípios ou normas jurídicas internas ao mesmo ordenamento.”⁴⁹ (FERRA-

49 Não abordarei os aspectos relacionados ao crime ultrapassarem o objeto deste artigo.

JOLI, 2010, p. 326). Sob o ponto de vista da legitimação externa, interessam-me os modelos de justiça:

a) as condições de justificação da imposição em concreto das penas, assim como da natureza e medida das penas impostas; b) os interesses que justificam ou não justificam a tutela penal mediante a proibição como delitos de certos comportamentos e não de outros; c) as razões que justificam ou não justificam o processamento judicial e, por outro lado, os diferentes modelos de juiz e de juízo (FERRAJOLI, 2010, p. 326).

Desenvolverei a reflexão acerca dos diversos modelos de justiça determinados pelas distintas respostas externas às questões do quando e do como paralelamente à reflexão relacionada aos diversos modelos de legalidade, chamados de sistemas garantistas, que equivalem a sistemas normativos de respostas internas às mesmas questões (FERRAJOLI, 2010, p. 326). Grande parte das fontes de legitimação externa dos modernos estados de direito, relacionadas ao quando e ao como punir, são incorporadas e transformadas em normas de legitimação interna, frequentemente essas normas são incorporadas aos textos constitucionais (FERRAJOLI, 2010, p. 326). Nos modernos Estados constitucionais de direito, a validade das normas reside na correspondência formal e material com normas de categoria superior que regulam as formas e estabelecem limitações de conteúdo ao exercício do poder normativo, ou seja, depende “dos aspectos formais da produção normativa que permitem afirmar o ‘ser’ ou a existência das normas [...] [e] da valoração da correspondência do conteúdo com o ‘dever ser’ jurídico estabelecido por normas superiores.” (FERRAJOLI, 2010, p. 327)

O fundamento externo desses estados de direito tem a função de garantir os direitos fundamentais mediante a anulabilidade dos atos inválidos, anulabilidade essa que serve de sanção para o descumprimento dos direitos fundamentais: leis por violação da constituição, atos administrativos por violação de leis constitucionalmente válidas (FERRAJOLI, 2010, p. 328). Para tanto, é necessário que todos os estados de direito, mormente os dotados de constituições rígidas, sejam suscetíveis a uma valoração referida a princípios naturais de justiça, uma valoração externa, e outra referida aos próprios princípios, uma valora-

ção interna, da forma que estão garantidos por regras constitucionais positivas (FERRAJOLI, 2010, p. 328). Tais valorações referem-se tanto à justiça quanto à validade das normas jurídicas. Especificamente, a diferença entre ser e dever ser, no direito, coincide com a diferença entre validade (direito) e eficácia (fato), da mesma forma que a diferença entre ser e dever ser, do direito, coincide com a diferença entre justiça e direito positivo (FERRAJOLI, 2010, p. 329).

Por isso, toda norma jurídica representa fato em relação às normas que regulam a produção da norma jurídica e direito em relação às normas e práticas cuja produção é regulada pela norma jurídica. No primeiro caso é valorada a validade ou invalidade de uma norma de acordo com as normas de categoria superior a ela e no segundo caso é valorada a eficácia ou ineficácia de uma norma em relação às normas de categoria inferior a ela (FERRAJOLI, 2010, p. 329). Ocorre que, no moderno estado constitucional de direito, as condições de validade das leis, estabelecidas na constituição, incorporam tanto requisitos de regularidade formal quanto requisitos de validade material, também chamada de verdade substancial⁵⁰ (FERRAJOLI, 2010, p. 330). Objetivando eliminar sentidos ambíguos, Ferrajoli divide a validade formal e material das normas. À validade somente formal chama de vigência. À validade formal e material chama de validade (FERRAJOLI, 2010, p. 330-331). Desse modo, torna possível dividir a legitimidade interna em: (a) legitimidade jurídica formal, referente às formas prescritas para as normas e à vigência delas; e (b) legitimidade jurídica substancial, referente aos conteúdos prescritos ou proibidos às normas (FERRAJOLI, 2010, p. 331).

Destarte, não foram produzidas e não estão vigentes as normas produzidas sem que sejam observadas as condições formais de validade, e não são válidas as normas produzidas sem que sejam observadas as condições substanciais de validade, ainda que estejam vigentes ou existam (FERRAJOLI, 2010, p. 331). Portanto, apesar de eficazes ou ineficazes, as normas podem ser também válidas ou inválidas, ou seja, juridicamente legítimas no plano formal, mas ilegítimas no plano material (FERRAJOLI, 2010, p. 331). Nesses casos, a existência das

⁵⁰ Trata-se de análise de constitucionalidade formal e material das normas.

normas inválidas cessa apenas quando elas são anuladas⁵¹ (FERRAJOLI, 2010, p. 332). No Brasil, depois da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal é necessário que o Senado Federal suspenda a execução das normas inconstitucionais, assim reconhecidas após o trânsito em julgado da decisão, ou seja, a decisão se tornar irrecurável, nos termos do art. 52, X, da Constituição. Há uma conexão proporcional entre a legitimação interna e a legitimação externa, de modo que a ampliação de uma corresponde proporcionalmente à restrição da outra, e vice-versa (FERRAJOLI, 2010, p. 334).

Por esse motivo, quanto mais valores vinculantes são incluídos na constituição, menor a margem de discricionariedade para legislar, em função dos critérios formais e materiais de constitucionalidade; e quanto mais valores vinculantes são incluídos nas leis, menor a margem do judiciário para decidir (FERRAJOLI, 2010, p. 334).

A vinculação incorporada pode ser limitativa, uma incorporação limitativa, ou potestativa, uma incorporação potestativa. A primeira modalidade corresponde a vinculações de limites na forma de proibições ao quando e ao como do exercício do poder punitivo, característica do modelo garantista de direito criminal mínimo. A segunda modalidade corresponde à incorporação de valores ético-políticos ou critérios valorativos de punibilidade, característica do modelo substancialista de direito criminal máximo (FERRAJOLI, 2010, p. 335). Enquanto a incorporação limitativa reduz ou condiciona o poder de punir, a incorporação potestativa incrementa-o, proporcionalmente (FERRAJOLI, 2010, p. 335). Por tudo isso, a tarefa do garantismo é a revisão crítica da epistemologia jurídica iluminista, sem pretender chegar a um racionalismo utópico e nem se conformar com um decisionismo mais ou menos racional (FERRAJOLI, 2010, p. 17).

Nessa empreitada é necessária uma prospectiva garantista plausível, que exige repensar os fundamentos axiológicos externos do direito criminal (FERRAJOLI, 2010, p. 18) e que deve levar em consideração a existência de três

51 No ordenamento jurídico brasileiro a anulação equivale à suspensão, pelo Senado Federal, da execução da lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 52, X, da CR.

subsistemas penais e processuais. O primeiro, que tem princípios pautados nas garantias da estrita legalidade, da responsabilidade pessoal, do contraditório e da presunção de inocência. O segundo, que é informado por meras razões de segurança e a esquemas substanciais de discricionariedade administrativa. O terceiro, que é desenvolvido predominantemente pela via jurisprudencial e às vezes inspirado abertamente na justificação decisionística dos meios sobre os fins (FERRAJOLI, 2010, p. 19).

Para que exista correspondência entre o sistema processual acusatório e o garantismo processual, como é evidente, é necessária a correspondência entre as normas processuais e os aspectos epistemológico, axiológico e teórico do garantismo processual. Noutras palavras, é necessário que estejam positivados os axiomas do garantismo processual, que o sistema atenda a critérios de racionalização quantitativa e de formas de punição, bem como que a produção normativa tenha observado os procedimentos de elaboração legislativa (devido processo legislativo) em consonância com as normas constitucionais (constitucionalidade material das normas). Por isso, não existe um garantismo processual inerente ao sistema processual acusatório, por três motivos que explicitarei a seguir. A epistemologia garantista processual, como observei acima, com Jacinto Coutinho, não é pressuposta para a formação de um sistema acusatório, pois o que caracteriza um sistema processual é a gestão da prova, de modo que não existem mais sistemas puros⁵². Isso possibilita que pensemos num sistema processual acusatório formado por somente um dos axiomas garantistas, o princípio dispositivo ao qual corresponde o A8 (*nullum iudicium sine accusatione*).

A axiologia garantista processual também não é imanente ao princípio dispositivo, o que torna possível a existência de um sistema que puna exacerbadamente e que admita formas abusivas e autoritárias. Nesses casos, a desconformidade decorre da inexistência de todos os axiomas da epistemologia garantista. A

52 “[...] não há mais sistema processual puro, razão pela qual tem-se, todos, como sistemas mistos. Não obstante, não é preciso grande esforço para entender que não há e nem pode haver um princípio misto, o que, por evidente, desconfigura o dito sistema. Assim, para entendê-lo, faz-se mister observar o fato de que, ser misto significa ser, na essência, inquisitório ou acusatório, recebendo a referida adjetivação por conta dos elementos (todos secundários), que de um sistema são emprestados ao outro.” (COUTINHO, 1998, p. 167)

teoria garantista também não é inerente ao sistema acusatório, pois o princípio dispositivo pode ser estabelecido em costumes, decisões ou resoluções judiciais, bem como em regimentos internos dos tribunais, independente de o sistema jurídico do país ser de direito costumeiro (*common law*) ou de direito escrito (*statute law*). Ou seja, pode não ser estabelecida por meio do devido processo legislativo e pode não ser materialmente constitucional. Ainda que isso seja verdadeiro em relações aos sistemas hipotéticos narrados, não é verdadeiro em relação ao nosso sistema processual, o qual abarca todas as características pressupostas para que eu afirme que nosso sistema processual é acusatório e garantista.

Sob o aspecto epistemológico, o sistema processual constitucional brasileiro adotou: o axioma 7 (*nulla culpa sine iudicio*), o axioma 8 (*nullum iudicium sine accusatione*), o axioma 9 (*nulla accusatio sine probatione*) e o axioma 10 (*nulla probatio sine defensione*). Os axiomas estão previstos: (A7) no princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CR) e no princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CR); (A8) na atribuição exclusiva da ação penal de iniciativa pública ao Ministério Público (art. 129, I, da CR) e da iniciativa subsidiária da ação penal não intentada nos prazos legais (art. 5º, LIX, da CR); (A9) indiretamente, na presunção de inocência (art. 5º, LVII, da CR); e (A10) nos princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da CR). Portanto, sob esse aspecto, o sistema processual criminal brasileiro possui um elevado grau de Garantismo⁵³, uma vez que adotou o princípio da estrita jurisdicionariedade (FERRAJOLI, 2010, p. 40). Todavia, na prática a realidade tende a ser outra. O cumprimento da legislação processual criminal costuma se dar em detrimento da Constituição, o que nos relega um conjunto de direitos e garantias castrados.

A inafastabilidade da jurisdição e a presunção de inocência são, na prática, assassinadas pela transação penal (art. 76 da Lei nº 9.099/95):

Infelizmente, no lugar onde mais deveria se realizar a filtragem processual, com uma enxurrada de ações penais sendo rejeitadas, é exatamente onde menos se controlam as condições da ação (prática de fato aparentemente

53 Os graus do Garantismo foram descritos por Luigi Ferrajoli (2010, p. 95-96).

criminoso "*fumus commissi delicti*"; punibilidade concreta; legitimidade de parte; justa causa) (LOPES JR., 2012, p. 953).

A transação penal e as regras do Código de Processo Penal que violam às normas constitucionais resultam num baixo grau de Garantismo, mormente se considerado que na prática "o número destes sistemas (garantistas) se reduz notavelmente se se considerar que muitas das garantias pressupõem outras, na falta das quais elas também sucumbem ou, em todo caso, resultam debilitadas." (FERRAJOLI, 2010, p. 95) Sob o aspecto axiológico, ao adotar o modelo de justiça apresentado anteriormente, o ordenamento jurídico foi estruturado assertivamente sobre o modelo de legalidade constitucional referente às normas constitucionais que o incorporam, mas as leis ordinárias não foram estruturadas em conformidade com o texto constitucional. Sob o aspecto teórico, as normas legais indicadas no item 2 deste artigo não possuem validade, pois correspondem formalmente à Constituição, na medida em que foram produzidas em conformidade com o devido processo legislativo, mas não correspondem materialmente.

Evidente, portanto, que os valores da jurisdição criminal (imunidade do cidadão contra o arbítrio e a intromissão inquisitiva; defesa dos fracos pela igualdade de tratamento dos arguidos; e dignidade da pessoa do arguido) não são atendidos, porquanto o Código de Processo Penal atribui a gestão da prova ao juiz em várias ocasiões, violando os três valores. Outrossim, a garantia orgânica⁵⁴ da imparcialidade do juiz é violada pela atribuição de iniciativa probatória, em todos os casos descritos no item anterior, e as garantias procedimentais⁵⁵ do ônus da prova exclusivo da acusação e a publicidade são violadas pela atribuição do ônus da prova a quem fizer a alegação (art. 156 do CPP) e pelo sigilo do inquérito policial (art. 20 do CPP), respectivamente.

⁵⁴ As garantias orgânicas são: sujeição do juiz à lei; imparcialidade do juiz; independência do judiciário e do juiz; juiz natural; responsabilidade política do juiz; responsabilidade jurídica do juiz; e responsabilidade social do juiz (FERRAJOLI, 2010, p. 532-556).

⁵⁵ Dividem-se em primárias: a contestação da acusação (*nullum iudicium sine accusatione*), o ônus da prova exclusivo da acusação (*nulla accusatio sine probatione*) e o Direito de defesa do arguido (*nulla probatio sine defensione*); e secundárias: a publicidade, a oralidade, a legalidade dos procedimentos e a motivação das decisões (FERRAJOLI, 2010, p. 558).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática dos sistemas processuais, apesar de ser considerada ultrapassada por alguns juristas, é central nas discussões sobre o sistema criminal;

As violações aos direitos e às garantias fundamentais dos arguidos podem decorrer do descumprimento da estrutura sistêmica. Digo podem porque um sistema inquisitório pode ser estruturado sobre uma única garantia: ser preso a qualquer custo. Nesse caso, qualquer condenação arbitrária não é uma violação, mas um estrito cumprimento da garantia;

As lições de Jacinto Nelson de Miranda Coutinho sobre os sistemas processuais são centrais: conceito, princípios unificadores, gestão da prova, inexistência de sistemas puros e existência de somente dois princípios unificadores;

As principais normas que estruturam os sistemas processuais dizem respeito: (i) à produção e gestão das provas; (ii) à iniciativa do processo; (iii) às funções de julgar e acusar; (iv) à forma como se desenvolve o processo; (v) à possibilidade de fiscalizar o processo; (vi) à situação do acusado;

O termo garantismo comporta três sentidos: (a) *razão no* direito; (b) *razão do* direito; e (c) *razão de* direito criminal;

No sentido de *razão no* direito, um sentido teórico, tratou da epistemologia do direito e à racionalidade das decisões penais como um sistema de vínculos e de regras elaborado pela tradição liberal e dirigido a fundar os processos de imputação e de sanção penais em conhecimento ao invés de em autoridade;

No sentido de *razão do* Direito, um sentido axiológico e político, refere-se às justificações ético-políticas: (a) da qualidade, quantidade e necessidade das penas e das proibições; e (b) das formas e dos critérios das decisões penais;

No sentido de *razão de* direito criminal, um sentido normativo e jurídico, refere-se à validade ou coerência lógica de cada sistema criminal entre princípios normativos superiores e normas e inferiores. Pertence, portanto, à teoria geral do direito e à dogmática criminal de cada ordenamento (ciência criminal);

Para que exista correspondência entre o sistema processual acusatório e o garantismo processual é necessária a correspondência entre as normas processuais e os aspectos epistemológico, axiológico e teórico do garantismo processual;

A epistemologia garantista processual não é pressuposta para a formação de um sistema acusatório, pois o que caracteriza um sistema processual é a gestão da prova, de modo que não existem mais sistemas puros;

A axiologia garantista processual também não é imanente ao princípio dispositivo, o que torna possível a existência de um sistema que puna exacerbadamente e que admita formas abusivas e autoritárias;

A teoria garantista também não é inerente ao sistema acusatório, pois o princípio dispositivo pode ser estabelecido em costumes, decisões ou resoluções judiciais, bem como em regimentos internos dos tribunais, independente de o sistema jurídico do país ser de direito costumeiro (*common law*) ou de direito escrito (*statute law*). Ou seja, pode não ser estabelecida por meio do devido processo legislativo e pode não ser materialmente constitucional;

Sob o aspecto epistemológico, o sistema processual criminal brasileiro possui um elevado grau de Garantismo, uma vez que adotou o princípio da estrita jurisdicionabilidade. Todavia, na prática a realidade tende a ser outra. O cumprimento da legislação processual criminal costuma se dar em detrimento da Constituição, o que nos relega um conjunto de direitos e garantias castrados;

Sob o aspecto axiológico, ao adotar o modelo de justiça apresentado anteriormente, o ordenamento jurídico foi estruturado assertivamente sobre o modelo de legalidade constitucional referente às normas constitucionais que o incorporam, mas as leis ordinárias não foram estruturadas em conformidade com o texto constitucional; e

Sob o aspecto teórico, as normas legais indicadas no item 2 deste artigo não possuem validade, pois correspondem formalmente à Constituição, na medida em que foram produzidas em conformidade com o devido processo legislativo, mas não correspondem materialmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. O processo criminal brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959, v. 1.

BARREIROS, José Antônio. Processo penal. Coimbra: Almedina, 1981.

BORGES, Clara Maria Roman. Jurisdição e normalização: uma análise foucaultiana da jurisdição penal. 2005. 213 f. Tese (Doutorado em Direito do Estado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

BORGES, Clara Maria Roman. Um olhar para além dos sistemas processuais penais. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 104, pp. 147-172, 2013, p. 166.

BRUM, Nilo Bairros de. Requisitos retóricos da sentença penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Introdução aos princípios gerais do processo penal brasileiro. Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 30, n. 30, p. 163-198, 1998.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. O núcleo do problema no sistema processual penal brasileiro. Boletim IBCCRIM, v. 175, p. 11-13, 2007.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. O papel do novo juiz no processo penal. *In*: _____. (Org.). Crítica à teoria geral do Direito processual penal. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema acusatório: cada parte no lugar constitucionalmente demarcado. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 186, p. 103-116, 2009.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sonhocídio: estragos neoliberais no ensino do Direito ou “*La búsqueda del banquete perdido*”, como diria Enrique Marí. Empório do Direito, Florianópolis, 03 abr. 2015. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/leitura/sonhocidio-estragos-neoliberais-no-ensino-do-direito-ou-la-busqueda-del-banquete-perdido-como-diria-enrique-mari>>. Acesso em: 02 set. 2018.

EYMERICH, Nicolau. Manual dos inquisidores. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tem-

pos e Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1993.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

GILISSEN, John. Introdução histórica ao direito. Trad. António Manuel Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

GONZÁLEZ POSTIGO, Leonel. Bases da reforma processual penal no Brasil: lições a partir da experiência na América Latina. In: GONZÁLEZ POSTIGO, Leonel (Dir.). Desafiando a inquisição: ideias e propostas para a reforma processual penal no Brasil. Santiago: Centro de Estudios de Justicia de las Américas, p. 15-35, 2017.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPES JR., Aury. LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LUCA, Giuseppe de. Primi problemi della riforma del processo penale. Veneza: Sansoni, 1962.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

RAMOS, João Gualberto Garcez. Audiência processual penal: doutrina e jurisprudência. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. Vol. 1. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

8

O LOCAL E O GLOBAL NAS RELAÇÕES AMBIENTAIS DA SUB-BACIA DO LAJEADO DOS FRAGOSOS, CONCÓRDIA/SC

Maria Cristina Pansera de Araújo⁵⁶

Jairo Marchesan⁵⁷

Eduardo L. Bernardo⁵⁸

No artigo, a categoria geográfica de análise lugar é utilizada para compreender o espaço ocupado e transformado pelas intervenções humanas e suas consequências. No entendimento de Santos (2005), essa categoria possibilita identificar e caracterizar um determinado ambiente, onde ocorrem as ações humanas. Optou-se pela Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos, localizada no município de Concórdia (SC), onde o sistema de produção integrado adotado gera crescentes degradações ambientais. Liebmann (1979) já chamava a atenção para o problema da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para a manutenção da vida humana e do sistema de produção agropecuário e industrial. O

56 Bióloga; Professora Associada ao Departamento de Ciências da Vida e no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI; Endereço: Avenida São Francisco, 501, São Geraldo, CEP: 98700-000, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil; E-mail: pansera@unijui.edu.br

57 Geógrafo; Professor do Programa de Mestrado da Universidade do Contestado, UnC; Professor Efetivo de Geografia da Rede Pública do Estado de Santa Catarina; Endereço: [Rua Santa Catarina, 257](#), Centro, CEP: 89700-047, Concórdia, Santa Catarina, Brasil; E-mail: jairo@unc.br

58 Biólogo e Engenheiro Sanitarista e Ambiental; Doutorando em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC; Endereço: Rua Pedro Detoni, 240, Cinquentenário, Concórdia, Santa Catarina, Brasil; E-mail: eduardolbernardo@gmail.com

fundamento teórico-metodológico escolhido subsidia as análises que permitem entender as relações entre a disponibilidade de água para a população humana e a dessedentação suinícola, bem como as imposições globais ao desenvolvimento da área. Essa escolha fundamentou-se na produção pecuária intensiva (suínos, aves e bovinos de leite) como principal atividade econômica. O lugar está vinculado ao conceito de bacia hidrográfica, que é constituída de uma determinada área de terras delimitada topograficamente pelas partes mais altas do relevo (interflúvios), em que as águas superficiais convergem para as partes mais baixas, desaguando num rio principal. Ela pode possibilitar estudos, intervenções, gestão de recursos naturais, bem como ações de educação ambiental nesta área de grande intervenção humana, intensa exploração econômica e ambientalmente impactada. Tais problemas decorrem de atividades econômicas agropecuárias vinculadas ao modo de produção capitalista, que se fundamenta nos preceitos da produtividade a qualquer custo, da acumulação desigual da produção, de maximização do lucro e da competitividade entre os sujeitos. Essa lógica mercantil determina o quê, como, onde e para quem algo deve ser produzido, distribuído e consumido, orientando a sociedade humana em crescentes e contínuas investidas de exploração e degradação dos bens naturais.

A estrutura do artigo compreende a descrição do local (Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos, Fig.1) e a análise das entrevistas com os sujeitos de pesquisa (suinocultores, representantes de órgãos de fiscalização e técnicos das agroindústrias), de modo a responder à questão "Quais as percepções dos sujeitos envolvidos no processo produtivo sobre os problemas ambientais, decorrentes das relações local-global e as expectativas de sustentabilidade econômica e ambiental na área em estudo?". As características da Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos fundamentam as questões em análise, já que se trata de um lugar de produção altamente dependente do sistema de integração agroindustrial e, conseqüentemente, das relações globais e do impacto ambiental. Essa sub-bacia (Figura 1) situa-se a Oeste da cidade de Concórdia (SC) e possui uma área de 61,54 km², correspondendo a 7,6% da área total do município (EPAGRI-CIRAM/EMBRAPA, 2000). No ano de 2000, abrigava 197 propriedades rurais,

com 120 produtores de suínos em escala comercial, tendo um rebanho de 40.312 cabeças e 648.000 aves (Quadro 1). Aproximadamente, 90% da atividade suinícola da Sub-Bacia aconteciam através do sistema de integração agroindustrial (EPAGRI-CIRAM/EMBRAPA, 2000). Esse modo de ocupação e produção na área pouco mudou desde então. A densidade aproximada de suínos na época era de 6,5 suínos/hectare, o que explica parte da realidade ambiental atual. A maior parte destes animais encontra-se confinada e a produção dos dejetos armazenada nas esterqueiras. Posteriormente, os dejetos são lançados nos solos das propriedades rurais (pastagens e lavouras), ocasionando impactos ambientais negativos na qualidade das águas e dos solos. Lindner (1999, p. 40) observa que "a legislação da Alemanha permite apenas 3 suínos por hectare", a metade do que é encontrada no lugar em análise

Quadro 1: Situação da atividade pecuária na Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos.

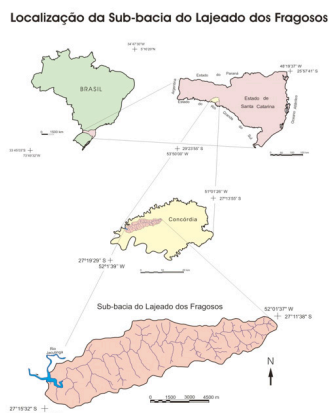
Espécie	Criador (nº)	Cabeças Rebanho (nº)	Média (nº)	Densidade/ha
Suínos	120	40.312	335,9	6,5
Bovinos	183	4.458	24,3	0,7
Aves	60	648.000	10.800,0	105,29

Fonte: Silva (2000).

Milton Santos contribui com a discussão ao afirmar que "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (1999, p. 51). A compreensão da dinâmica do espaço e de suas transformações pode ser realizada por meio da análise das diferentes dimensões, relações e elementos que o constituem. Nesse processo, tanto a espécie humana quanto a natureza se transformam permanentemente. Porém, determinado lugar, apesar de ser uno, singular e distinto de outros, faz parte da totalidade universal do espaço geográfico e, portanto, está relacionado e influenciado por esse contexto (SANTOS, 1988).

Neste sentido, o lugar, com suas condições "os recursos naturais", é influenciado pelas ações humanas. Trata-se de um conceito e de uma metodologia para trabalhar as relações entre a Sociedade Humana e a Natureza, na dimensão espacial, quando se tem a preocupação de analisar e/ou desenvolver políticas de recuperação, uso, gestão e preservação dos recursos naturais como a água. O conceito de bacias hidrográficas determina a delimitação territorial através dos divisores de água (interflúvios). Assim, possibilita desenvolver estudos locais das precipitações pluviométricas e seus fluxos, quantidade, qualidade e gestão das águas superficiais e subterrâneas, processos produtivos, entre outros aspectos, conectados a questões globais como o ciclo hidrológico. A intensidade de tais relações pode variar no tempo e no espaço, devido ao modo de uso dos recursos naturais e ao tipo de produção adotada (integrada ou extensiva). As águas superficiais que nascem passam pela Sub-Bacia, deslocam-se pelos rios, deságuam na Barragem de Itá e são conduzidas ao leito do Rio Uruguai, constituinte da Bacia do Prata, e, por fim, chegam ao Oceano Atlântico

Figura 1: Mapa de Localização da Sub-Bacia Hidrográfica do Lajeado dos Fragosos. 1: 25000 (2000).



Fonte: Santa Catarina. Atlas, 1986; www.cnpsa.embrapa.br/pnma/pdf_doc/pa.pdf. Acesso em: 23/05/07.

Nessa lógica, a poluição e o esgotamento das águas locais superficiais, em quantidade e qualidade, não se restringem ao seu lugar inicial, mas repercutem noutros espaços territoriais, suscitando uma alternativa: a crescente busca de águas subterrâneas. Toda água subterrânea provém da chuva ou da superfície. Em razão da poluição dos solos pelas atividades dos processos produtivos e erosivos, ocorre o comprometimento da sua potabilidade. Assim, as formações geológicas que possibilitam o armazenamento de águas nos aquíferos subterrâneos nesta Sub-Bacia podem interligar-se com outros espaços, comprometendo, em consequência, a qualidade das águas de outros lugares. Marchesan (2007) constatou que existe, em média, na área, 1,75 poço tubular por km², de modo que a proximidade entre eles pode interferir na disponibilidade de água em cada um, provocando a perda de função.

Desta forma, as relações e ações sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais estabelecidas em determinado espaço devem ser pensadas nas dimensões do local e do global. Ressalta-se que é fundamental considerar a complexidade do planeta Terra como uma rede de interações espaço-temporais, que influencia e é influenciada pelos mesmos, visto que outras funções, relações e dimensões, como insumos, consumo e exportação, envolvidas na produção agropecuária estão interligadas e submetidas ao global. Concorde-se com Milton Santos, ao afirmar que os problemas ambientais podem ser discutidos e interpretados à luz do modo de produção capitalista, que foi adotado na região. O homem torna-se fator geológico, geomorfológico, climático e a grande mudança vem do fato de que os cataclismos naturais são um incidente, um momento, enquanto hoje a ação antrópica tem efeitos continuados, e cumulativos, graças ao modelo de vida adotado pela humanidade. Daí vêm os graves problemas de relacionamento entre a atual civilização material e a Natureza. Assim, o problema do espaço humano ganha, nos dias de hoje, uma dimensão que ele não havia obtido jamais antes. Em todos os tempos, a problemática da base territorial da vida humana sempre preocupou a sociedade. Mas nesta fase atual da história tais preocupações redobram, porque os problemas também se acumularam (SANTOS, 1992, p. 97).

Portanto, a Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos (SC) não foi estudada observando-se rigorosamente os seus limites físicos, mas também suas interações histórico-culturais, pela colonização e instalação da sede do município; econômicas, pela representatividade produtiva, decorrente da produção pecuária instalada; e ainda ambientais, pela degradação dos recursos naturais. Isso nos leva a concordar com Souza, quando afirma que [...] mundo e lugar se constituem num par indissociável, tornando, no entanto, o lugar como a categoria real, concreta. O lugar é também, segundo inspiração sartreana, o espaço da existência e da coexistência. O lugar é o palpável, que recebe os impactos do mundo. O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política (2005, p. 253).

Para entender essas questões no contexto local, fizemos entrevistas com os sujeitos envolvidos no sistema de produção integrado em análise: a) suinocultores; b) representantes dos órgãos de fiscalização; e c) técnicos das agroindústrias. Procurou-se identificar em que medida as percepções das causas dos problemas ambientais eram vistas como consequência da dicotomia local-global. As respostas deles foram analisadas e são apresentadas no item a seguir. Os sujeitos envolvidos no processo produtivo foram entrevistados com questões semiestruturadas e audiogravadas, nos anos de 2005 e 2006. Elas relacionavam-se à percepção sobre o processo instaurado, buscando identificar as relações, que os sujeitos estabeleciam ou estabelecem com as águas superficiais e subterrâneas. Os sujeitos, considerados atores-autores e agentes de mudanças no processo produtivo, participantes da pesquisa, foram: vinte suinocultores com propriedades localizadas num dos terços (superior, médio ou inferior) da Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos; seis técnicos de empresas, que atuam no sistema de integração agropecuária; e quatro representantes dos órgãos de fiscalização (Ministério Público, Fundação Municipal de Meio Ambiente e Fundação Estadual do Meio Ambiente). Para aqueles que aceitaram participar da pesquisa, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com os objetivos, a

metodologia, a solicitação de concordância em participar e a autorização para usar as suas falas, nas publicações resultantes, durante dez anos.

A identidade e a autoria das falas dos sujeitos entrevistados foram resguardadas, pela seguinte denominação: Suinocultor (S1, S2, S3,..., S20), Técnicos das Agroindústrias (T1, T2, T3,...,T6) e representantes dos Órgãos de Fiscalização Ambiental (OF1, OF2, OF3 e OF4). As entrevistas audiogravadas foram transcritas, respeitando-se a fala e o sotaque dos sujeitos. As transcrições foram analisadas com base na análise textual discursiva (Moraes & Galiazzi, 2007), que permite construir unidades de significado, constituindo as categorias das percepções dos sujeitos pesquisados. Considerando a percepção dos entrevistados sobre o local e suas relações com o global, foi possível reconhecer as seguintes categorias: 1. a disponibilidade e a qualidade da água; 2. o sistema de produção adotado e a demanda de água. Cada uma delas foi analisada e discutida separadamente à luz das contribuições de autores como Liebmann (1973), Santos (1992), Souza (2005), Vigotsky (1994) e Fairchild (2003).

Categoria 01. A disponibilidade e a qualidade da água: Esta categoria apresenta a compreensão dos sujeitos entrevistados sobre a disponibilidade e qualidade da água ao longo do tempo, e é ilustrada com alguns excertos extraídos das suas falas. Eles consideraram que as águas superficiais eram encontradas, antigamente (anos 70) em maior quantidade e potabilidade quando comparadas a 2005 e 2006. Em cada fala selecionada, foram grifadas em negrito as afirmações significativas à questão de pesquisa.

Por aquilo que eu via, eu acho que havia muito mais [água] porque eu nunca vi rios secos, mas sempre via os rios, vamos dizer, com volume de água razoável. Lembro que quando era piazote aí, eu lembro que teve enchente e grande também! Agora, o ano não lembro por causa da barragem aqui na nossa propriedade, mas teve, teve enchente sim (...). Parece que depois, com o passar dos anos, não sei se foi por causa do desmatamento ou o quê, não parava de, como se diz assim, de mal e mal terminava de parar a chuva a água já tava toda no rio [...]. Mudava esse fluxo, ele vinha muito rápido pro rio. [...] É... se mantinham e se percebia que o rio tinha, como se diz, um volume estável de água corrente.

Ele subia e descia assim. Agora ele vai além do limite e vai além do limite pra baixo também. Que ele seca mais rápido e enche mais ligeiro (S20, 2005). Hoje dá uma enchente, treis ou quatro dias o rio já tá quase seco de novo, porque eu não saberia nem tanto te explicá, não tem nada que segura ela [a água]. Sei lá, dá aquela enxurrada, faiz aquele estrago e corre pela estrada e logo, logo tu nota tá seco de novo e questão de quinze, vinte dia, um meis já tá seca outra veiz (S18, 2005).

Antigamente [1960/70] era uma água assim potável, a gente ia tomar banho, tinha sempre bastante peixe nessa água ali e se via bastante poços mais profundos no próprio Rio Fragosos, inclusive a gente até tomava banho ali. Sim, é com certeza isso aí naquele tempo, se caso a pessoa estivesse com sede, poderia até tomar a água do Rio Fragosos. Porque hoje, acontece o quê? Antigamente, quando dava uma chuva de um dia ou um dia e meio, o Rio Fragosos ele subia até uma certa altura e depois se mantinha ali. E daí, o que acontecia? Ele ficava ali oito a dez dias no nível e ela [a água] ia abaixando um pouco por dia. Se mantinha sempre com bastante água. Hoje, dá uma “pancadona” de água aqui e o rio sobe uns três ou quatro metros e aí uma hora já não tem mais e tem pouquinha água de novo. [...] Olha, eu tenho uma reserva de uma fonte. Eu até comento assim com o pessoal: é uma área de mato que eu tenho, dois alqueires de puro mato e tem lá no meio uma fonte dessa área ali. Eu peguei e fiz uma fonte drenada daquelas que eles fazem [caxambu] e eu estou ocupando esta água pro consumo dos animais e da família. É a mesma água. Só que é, por exemplo, se for só pra minha família essa água seria suficiente. Mas, como tem a grande produção e um grande consumo de água, então não tem nem... E porque também é uma coisa difícil de achar uma assim. E pode chegar qualquer tempo de estiagem coisa assim que essa fonte tem água (S5, 2005). As águas superficiais são praticamente de graça. Como nós: nasce lá, de lá vem na caixa e de lá vem na propriedade, vem por declividade. Por isso que na época que nós construímo aqui foi feito o chiqueiro aqui embaixo. Por causa da água. Eu sempre pensando pra ter menos despesa. [...] A água há 30 anos atrás era uma riqueza. Eu tomava

água no rio quando eu ia pescá, tanto no Rio Fragosos quanto no Jacutinga, eu me abaixava e tomava [...] (S17, 2005).

Tem muita gente fazendo. Como eu disse: essas águas, por cima, é uma água barata. Tem que cuidar e o pessoal tá mais pra esse lado aí financeiro. Tem essa sensibilidade de cuidar das fontes porque tão vendo que é uma água que tem pouco custo (S8, 2005). A água era sempre de qualidade porque era mato. Tinha água mais que hoje e era boa (S15, 2005). [...] tinha uma quantidade de água maior, principalmente de qualidade, até porque existia muito menos suínos naquela região [área] (T3, 2006). A partir dessas afirmações, Marchesan (2007) analisou o Mapa de Uso e Ocupação do Solo (de 1957) dessa área e constatou que a cobertura vegetal total perfazia 43,1% da área da Sub-Bacia. A vegetação era composta por capoeirão (36,6%), capoeira (5%) e florestamentos (floresta nativa homogênea) (1,5%). Essa análise sustenta a fala de S15 e as impressões dos outros entrevistados, reafirmando que a cobertura vegetal existente contribuía para a retenção da água com qualidade para ser bebida pelos seres humanos e para a dessedentação animal. A crescente expansão da agropecuária na área aumentou o consumo de água para a dessedentação dos animais (suínos, aves e bovinos) e as operações de higienização das pocilgas. Afinal, a produção para consumo próprio tende a causar menos impacto ambiental que a produção em grande escala. Para Milton Santos (1999), o mundo rural (campo) adapta-se com maior facilidade aos imperativos da modernização (p. 243).

Nesse mundo rural assim domesticado, implanta-se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. Muitas delas só se tornam possíveis quando tem êxito a vontade de se subtrair às leis naturais. O respeito tradicional às condições naturais (solo, água, insolação, etc.) cede lugar, em proporções diversas, segundo os produtos e as regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento (...). Esse mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, e consegue, contagiar as diversas tarefas rurais. É assim que se expande no campo o domínio desse capital hegemônico com as suas exigências de racionalidade, impondo novos usos e novas definições do tempo social. Isso amplia a discussão

sobre o desenvolvimento da consciência ambiental, desde o local na interlocução com o global, de modo que os sujeitos na interação entre si e com o meio (VIGOTSKY, 1994) percebem as mudanças sofridas e articulam-se na busca de soluções.

Categoria 02. O sistema de produção adotado e a demanda de águas: Esta categoria, por sua vez, explicita a compreensão dos entrevistados sobre a evolução do sistema de produção e da relação entre o local e o global, no decorrer dos anos, observando a escala como uma perspectiva de análise. Existem propriedades que foram mal encaminhadas na quantidade de animais pra questão da água. [...] numa propriedade não foi avaliada a capacidade de distribuição destes dejetos e você acaba por colocar um monte de animais e dali, por consequência, vai ter um volume alto de dejetos que a terra da propriedade não comporta. [...]. Porque ela tem um limite pra recebimento destes dejetos. É muito dejetos pra pouca área e acaba até por, vamos dizer, prejudicar até as outras plantas. O mercado hoje ele exige que você produza em escala, escala e produtividade. Então, pra ele [produtor] se mantê na propriedade, ele tem que aumentar a escala dele. Então, desde aquela água que ele tinha há 15 anos atrás ele conseguia produzir, só que essa água diminuiu e a escala aumentou (T4, 2006). Com essas estiagens, o pessoal, com um monte de porco e frango, vão fazer o quê? Vão ter que prevenir. (...) Dos rios ninguém mais pega água. Uma porque não vence e outra que não tem qualidade, não tem condição. É a poluição do rio. Que nem nós, essa seca que deu, essa sanguinha aqui se foi. Se fosse só para uma família, tem água e sobra... Só que agora tem as criação, gado, chiqueiro, galinheiro, o consumo é grande (S8, 2005).

O consumo triplicou. Veja bem: até uns vinte anos atrás, o cara que tinha dez ou quinze criadeiras era um granjeiro. Hoje ele é quase descartado de uma firma. Eu tava conversando aí com o vizinho, ele tá entre aqui embaixo [Comunidade de Linha Oito de Maio] e lá em cima [Comunidade de Santo Antônio], aquele mais novo tá com 540 criadeira! Então, você veja bem o consumo! Pode até acontecer da água tê diminuído, mas eu acho que é o consumo (S17, 2006). Influencia. Nós táva comentando esses dia entre nós, só dois vizinhos aqui (...),

dois parceiro. A gente termina lá uns nove ou dez mil porco num ano em terminação. E uma vez uma propriedade grande tinha lá uns oitenta porco num ano! Então? (S19, 2006). É, na questão ambiental, eu acredito que só teve prejuízos (T1, 2006). [...] Não se tinha uma antevisão do que poderia acontecer e tal situação passava ao largo da sociedade (OF1, 2006). Os sujeitos entrevistados chamam a atenção para a inexistência de planejamento, fiscalização e acompanhamento das propriedades, quando da implantação da produção em escala. O número de animais (suínos e aves) instalados, considerando a área disponível e necessária para a manutenção, manejo adequado dos dejetos e disponibilidade de água para atender a demanda foi desconsiderado. Hoje, encontrar o equilíbrio entre produção integrada e impacto ambiental transformou-se numa questão crucial para o desenvolvimento econômico dessa comunidade dentro de padrões sustentáveis ao longo do tempo. Os entrevistados evidenciaram o poder das relações de mercado (agroindústrias integradoras) e a pressão que este exerce sobre os que dele participam. A escala de produção imposta para manter a lucratividade desejada pelos suinocultores, hoje, chama a atenção para a imprevisibilidade anterior no modo de organização do sistema de integração agroindustrial. Tais condições de produção são cada vez mais intensas e interferem nas relações com a natureza, num nível que impossibilita continuar atendendo à demanda existente. Isso porque o mercado necessita da produção em escalas cada vez maiores, para manter o nível de lucratividade, num determinado tempo, e desconsidera os limites da natureza. Neste sentido, Fairchild (2003) contribui: A questão é o ritmo dessas mudanças. O ponto mais preocupante é que a atividade antrópica, ou seja, do ser humano como agente transformador do Planeta, seja um catalisador de processos geológicos, induzindo, provocando e aumentando, num curto prazo, efeitos que a Natureza normalmente levaria séculos, milênios ou milhões de anos para fazer... ou desfazer. Mas isto não é problema para a mãe-natureza, pois ela já sobreviveu a inúmeras crises sem a presença do ser humano, pois a vida é extremamente oportunista e rapidamente repovoa nichos vagos enquanto os ciclos dinâmicos e tendências seculares continuam em seu ritmo inexorável (p. 516).

Desde 1970, com as exigências do mercado consumidor, as agroindústrias estimularam a aceleração dos níveis de produtividade agropecuária. Com o crescimento do rebanho animal, aumentou o consumo de água e, também, intensificou-se o desmatamento para o plantio de milho, considerado a principal matéria-prima para a alimentação de suínos. Como consequência, os processos erosivos do solo acentuaram-se, bem como a utilização de agroquímicos nas lavouras e de dejetos, o que influencia na disponibilidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Assim, as implicações ambientais na referida Sub-Bacia não se restringem ao local, mas repercutem em outros territórios, já que a mesma compõe o complexo hidrográfico da Bacia do Prata. Os sujeitos comprometidos com o processo produtivo demonstram preocupação com as demandas da produção e a dependência da água subterrânea para a sua concretização. Os fragmentos das entrevistas apresentados a seguir possibilitam reconhecer as interações produzidas entre os sujeitos e seu ambiente, no desenvolvimento da organização de produção adotada. Eu acho importante que a área que tem essas fontes mais ainda é aplicar uma mata ciliar em cima disso pra proteger isso aí. E deixar uma área meia sem acesso de animais (S5, 2005);

Sim, eu acho que devia ser. Muitos tão fazendo. Muita gente não tá fazendo nada. Eu acho que devia ser mais cuidada essas água. Cuidar mais das fonte de água. Tem gente que abandonou as fontes e meteu o gado em cima e não tem nada que protege; então essa água, com certeza, o que nasce aí já é poluída. [...] É água de graça. Muitas vezes vem até por conta (declividade). Que nem a nossa, nós nunca precisemo de bomba. Vinha lá de cima direto (S12, 2005). Eu, as fontes que tiver na minha área de terra que eu puder eu tou conservando elas já. Onde tem mato não derrubo mais, deixo quieto, porque a nossa terra mesmo é mal de água mesmo. [...] Então, esse de poço artesiano uma pergunta que eu me faço: que essa água que estão tirando de baixo: até quando ela vai aguentar? Essa pergunta eu sempre me faço. Não sei pra quem que eu devo de fazer. Eu feiz açudes, que elas com a chuvarada depois elas ficam cheias, pra dar sustentação às vertentes pra baixo. Só que a qualidade da água ela não é tão confiável, vamos

dizer assim. Eu feiz investimento da água de poço artesiano pela qualidade da água e não pela quantidade, (S3, 2005).

Artesiano também. Tudo de poço artesiano. Tudo, tudo. Eu até sinto em falar. Eu passei tanta carestia de água na minha vida uns anos, que hoje eu tenho um poço meu, só particularmente meu e sou sócio de mais quatro poço. Eu senti tanto a coisa que, quando um vizinho fazia um poço e se tinha uma “brechinha” de eu entrá de sócio eu entrava, pra não faltá água. Eu comprei esses dias mais uma cota de um outro poço artesiano e não instalei ainda. Tá ali. Tá comprada, tá paga, o dia que eu precisar eu tenho (S20, 2005). Por causa justamente do grande consumo de água e muitas vezes até o capricho de ter uma água melhor (Esposa). Quando as águas por cima (superficiais) são poluídas, você busca as águas de melhor qualidade no subsolo (S11, 2005). Essas manifestações demonstram a preocupação com a quantidade e a qualidade das águas superficiais para o consumo humano e animal. Algumas ações, embora ainda bastante tímidas e pontuais de recuperação das fontes, indicam certa necessidade de retorno às práticas exercidas no passado. A recuperação, proteção e utilização das águas superficiais podem estar vinculadas a dimensões, como, por exemplo: i. a sensibilidade ambiental; ii. a importância econômica e o valor cultural; iii. o significado da água; iv. a crescente carência de águas, traduzida em dificuldades para a sobrevivência dos sujeitos e de suas atividades econômicas.

Portanto, é preciso compreender os sujeitos em si, conhecendo suas vivências, condições concretas de existência, bem como as contradições do sistema capitalista e sua influência no setor agropecuário e agroindustrial local. Entender as formas de produzir, distribuir, consumir e as transformações ocorridas no espaço implica reconhecer a interferência nas relações dos sujeitos com os recursos naturais. Neste sentido, a História, a Antropologia e a Ciência Geográfica fornecem elementos para analisar e interpretar as relações do local com o global, bem como as transformações do espaço e do ambiente em si. Por isso, torna-se importante considerar que o lugar tem uma história geológica e ambiental em que se constroem relações econômicas e sociais internas e externas. Este lugar (Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos), desde a instalação do sistema de integra-

ção agroindustrial até a atualidade serviu e/ou atendeu, com seus bens naturais (matas - madeira, capacidade produtiva dos solos e água), à lógica e aos interesses capitalistas que geraram e geram demandas externas. Tal sistema incentivou o processo de extração desses bens e continua atuando nessa perspectiva, que desconsidera a água incorporada nos produtos (suínos) e encaminhada a outros lugares. Nesse processo produtivo, geralmente, não são contabilizados os custos ambientais e a economia da natureza, por exemplo, como a exportação da água presente nos produtos agrícolas (RICKLEFS, 1996). Desta forma, o sistema produtivo instalado na Sub-Bacia não considera o tempo geológico, nem os limites da natureza e muito menos o tempo histórico da sociedade humana.

Constatou-se que, na área estudada, os suinocultores, as agroindústrias e o Estado não planejaram a quantidade de animais instalados por propriedade, em relação aos recursos naturais disponíveis. Atualmente, ocorre uma contínua perfuração de poços tubulares, que oferecem soluções imediatas, sem considerar as possíveis consequências futuras decorrentes de tais práticas. A busca pela disponibilidade de água em quantidade e qualidade necessárias à produção e à vida de toda a área estudada poderá passar pela gradativa superação das atuais formas, sistemas e modelos de produção, no cumprimento da Legislação Ambiental, pela implementação de políticas públicas e privadas de recuperação e proteção das fontes superficiais, pelo aproveitamento das águas de chuva, entre outras ações, que podem ser propostas, consideradas e concretizadas. A contribuição desta análise poderá passar, também, por uma nova dimensão política e pedagógica institucional pública e/ou privada, a ser construída pelos envolvidos no processo produtivo. Esses sujeitos, mediadores e/ou interlocutores estratégicos, poderão interagir, por meio de um processo educativo contínuo, formal ou informal, no sentido de contribuir para a superação dos atuais sistemas de produção pecuária.

Diante disso, propõe-se que os sujeitos implicados e atuantes no processo produtivo integrado superem as ações de exploração contínua dos recursos naturais, mediante a adoção de uma perspectiva do cuidado ambiental. O sistema econômico-social vigente precisa reconhecer os limites dos bens naturais e atuar

parcimoniosamente com tais bens se quiser sobreviver social, econômica e ambientalmente. Porém, a compreensão das práticas concretas leva-nos a afirmar que as ações, conduzidas de forma interativa entre todos os órgãos com a sociedade de um modo geral, poderão possibilitar a formação de novas consciências e, conseqüentemente, em práticas mais sustentáveis. Por essa razão, acredita-se na possibilidade de estímulo ao desenvolvimento de outras atividades econômicas, seja na produção agrícola ou na criação de animais, que considerem e respeitem as condições de vida dos sujeitos e efetivem o estabelecimento de novas relações dos atores envolvidos com os recursos naturais. Eis o desafio!

REFERÊNCIAS

- EPAGRI-CIRAM/EMBRAPA. Inventário das terras e diagnóstico sócio-econômico e ambiental da Sub-Bacia Hidrográfica Lajeado dos Fragosos. Florianópolis: 2000.
- FAIRCHILD, Thomas R. A terra: passado, presente e futuro. In: TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Orgs.). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.
- LIEBMANN, Hans. Terra, um Planeta inabitável? Da antiguidade até os nossos dias, toda a trajetória poluidora da humanidade. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1979.
- LINDNER, E. Diagnóstico da suinocultura e avicultura em Santa Catarina. Florianópolis: FIESC-IEL, 1999.
- MARCHESAN, Jairo. A água no contexto da suinocultura na Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos - Concórdia (SC). Florianópolis, UFSC, 2007 (Tese de doutorado).
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. (2007). Análise textual discursiva. Ijuí: Unijuí.
- RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.
- SANTA CATARINA. Atlas de Santa Catarina 1986. Mapa Planialtimétrico e Hidro-rodoviário da Sub-Bacia Hidrográfica do Lajeado dos Fragosos 1:25.000. Disponível em: www.cnpsa.embrapa.br/pnma/pdf_doc/pa.pdf. Acesso em 23/05/2007.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Adroaldo Pagani da. *Diagnóstico sócio, econômico e ambiental - aspectos sobre a sustentabilidade da bacia hidrográfica dos Fragosos - Concórdia/SC*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da UFSC, 2000.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Milton Santos, um revolucionário. In: *O retorno do território*. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6, n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLASCO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>.

VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche).